

SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA
RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO
KARLA CRISTINA SILVA SOUSA
VALDENICE DE ARAÚJO PRAZERES
(ORGANIZADORAS)



DIFERENÇAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: estudos, pesquisas e intervenções

**Anais do II Encontro Maranhense Sobre Gênero, Educação e Sexualidade -
EMGES**
20 a 23 de março 2018

SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA
RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO
KARLA CRISTINA SILVA SOUSA
VALDENICE DE ARAÚJO PRAZERES
(ORGANIZADORAS)

**DIFERENÇAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: estudos,
pesquisas e intervenções**

**Anais do II Encontro Maranhense Sobre Gênero, Educação e Sexualidade –
EMGES**

20 a 23 de março 2018

E-BOOK

São Luís-MA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof.^a Dr.^a Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

Prof. Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PPPGI

Prof.^a Dr.^a Lindalva Martins Maia Maciel
Diretora do Centro de Ciências Sociais - CCSo

Prof.^a Dr.^a Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho
Coordenadora do PPGE | Mestrado em Educação

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Coordenador do PPGEEB | Mestrado Profissional em Gestão do Ensino da Educação Básica

Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante
Coordenador do Curso de Pedagogia

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Estrela Paixão
Chefe do Departamento de Educação I

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Chefe do Departamento de Educação II

Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Coordenadora do II EMGES e do GESEPE

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Prof.^a Dr.^a Karla Cristina Silva Sousa
Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Prof.^a Dr.^a Valdenice de Araújo Prazeres

**Membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero
NEPERGE**

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Grupo de Estudo Pesquisa em História Cultural, Educação e Relações Raciais (GEP-HICERER)

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Grupo de Estudos e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras (GIPEAB)

Prof.^a Dr. Diomar das Graças Motta, Prof.^a Dr.^a Iran de Maria Leitão Nunes e Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe)

Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE)

Prof.^a Dr.^a Valdenice de Araújo Prazeres
Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as para Educação das Relações Étnico-Raciais (GEP-FOPERER)

**DE I | DE II | CCSO | PPGE | PPGEEB
PROMOÇÃO**

Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA
Fundaçao Sousândrade de Apoio à UFMA - FSADU
APOIO



Copyright © 2018 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof.^a Dr.^a Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

Prof.^a Dr.^a Lindalva Martins Maia Maciel
Diretora do Centro de Ciências Sociais

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes, Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva, Prof. Dr. Luciano da Silva
Façanha, Profa. Dra Andréa Dias Neves Lago, Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima,
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire, Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz,
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos, Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin, Prof. Dr. Ítalo Domingos
Santirocchi.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Sousa Gomes (UFPI), Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes (UFMA), Prof.^a
Dr.^a Cidinalva Silva Câmara Neris (CEAA/NEAB/UFMA), Prof.^a Dr.^a Diomar das Graças Motta
(PPGE/UFMA), Prof.^a Dr.^a Francilene Brito da Silva (UFPI), Pós PhD Francis Musa Boakari
(DEFE/PPGE/UFPI), Prof.^a Dr.^a Joelma Reis Correia (UFMA), Prof.^a Dr.^a Valdenice de Araujo
Prazeres (UFMA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Sirlene Mota Pinheiro da Silva (UFMA), Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
(Coordenadora/UFMA), Prof. Dr. Acildo Leite da Silva (UFMA), Doutoranda Antonia Regina dos
Santos Abreu Alves (UFPI), Glaucia Santana Silva Padilha (Graduanda em Pedagogia), Prof.^a Dr.^a
Karla Cristina Silva Sousa (UFMA), Prof.^a Ma. Maria do Carmo Alves da Cruz (UFMA), Prof. Me.
Raimundo Nonato Silva Júnior (COLUN/UFMA), Prof.^a Dr.^a, Prof.^a Doutoranda Vicielma Maria de
Paula Barbosa Sousa e (UFPI), Walquiria Costa Pereira (Graduanda em Pedagogia).

Editoração e Projeto Gráfico

Raimunda Nonata da Silva Machado
Sirlene Mota Pinheiro da Silva

CAPA

Mervaldo de Jesus Sousa Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade (EMGES):
diferenças de gênero e sexualidade na educação: estudos, pesquisas e
intervenções (2.: 2018: São Luís, MA).

Anais do Segundo Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade
(EMGES): diferenças de gênero e sexualidade na educação: estudos, pesquisas
e intervenções [Recurso eletrônico] / Coordenadora: Sirlene Mota Pinheiro da
Silva et al. — São Luís: EDUFMA, 2018.

Acesso <https://www.neperge.ufma.br/ebook/emges2>

ISBN 978-85-7862-770-6

1. Gênero - Educação. 2. Sexualidade – Educação. I. Machado, Raimunda
Nonata da Silva. II. Sousa, Karla Cristina Silva. III. Prazeres, Valdenice de Araújo.

CDD 370.305

CDU 37:305



I COPERGE II EMGES



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
COMUNICAÇÃO ORAL	
CORPO E SEXUALIDADE: dialogando sobre uma das experiências no Curso Gênero e Sexualidade na Escola. <i>Catarina de Cassia Moreira e Sirlene Mota Pinheiro da Silva</i>	12
EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense. <i>Alberto Magno Moreira Martins e Rosyene Conceição Soares Cutrim</i>	22
MULHER, MERCADO DE TRABALHO E CURRÍCULO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEÓTIPOS. <i>Elisângela Moraes Gonçalves</i>	34
POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMA SOB ASPECTOS DE GÊNERO E RAÇA: UMA DISCUSSÃO PAUTADA NA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE EM AMARTYA SEM. <i>Luciana Gomes da Silva e Arnaldo Vieira Sousa</i>	44
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E NA PRÁTICA DOCENTE: o que dizem os/as professores/as no Curso GSE? <i>Mariana Fernandes Brito e Rosyene Conceição Soares Cutrim</i>	56
A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: uma análise do projeto pedagógico do curso de Pedagogia do CESI/UEMA. <i>Jaqueline da Costa Barros e Jônata Ferreira de Moura</i>	69
INFÂNCIA EROTIZADA E A EXPRESSÃO DA SEXUALIDADE NA SALA DE AULA: dizeres e fazeres de professoras. <i>Emanuella Silva Silveira e Sirlene Mota Pinheiro da Silva</i>	85
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	
O ESPORTE E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO: Um relato de experiência de um projeto de Intervenção para o PIBID/EDF/UFMA. <i>Antonio Higor Gusmão dos Santos e Pablo Linhares Teixeira</i>	95
MENINOS E MENINAS TODOS (AS) TEMOS OS MESMOS DIREITOS? Um olhar sobre a prática na Educação Infantil. <i>Aldenora Resende dos Santos Neta</i>	102
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA POR MEIO DA LITERATURA DE CORDEL. <i>José Mario Lima de Jesus</i>	110
IDEOLOGIAS DAS BRINCADEIRAS X BRINQUEDOS DE MENINOS X MENINAS. <i>Rachel Bonfim da Silva, Mariana Fernandes Brito, Selma Ribeiro Mendonça</i>	117
PÔSTER	
A CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA MULHER POR MEIO DA OBRA “ALMA: EDUCAÇÃO FEMININA” DE COELHO NETO (1900 A 1930). <i>Maria Roseli da Conceição da Silva e Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales</i>	127
SILHUETA: percebendo mudanças no corpo e na mentalidade. <i>Giselia Alves dos Santos e Ana Amélia Coelho Braga</i>	132



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

APRESENTAÇÃO

O Encontro Maranhense sobre Gênero Educação e Sexualidade - EMGES (em sua segunda edição) configura-se a partir da iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares – GESEPE, justificando-se na necessidade de promover discussões acerca da produção acadêmica e científica produzida no Maranhão sobre gênero e sexualidade como objeto de estudo e reflexão. De diferentes lugares políticos e epistemológicos, este evento busca combater as diferentes formas de sexismos e violências que são produzidos em nossos cotidianos, além de congregar e oportunizar espaços de socialização de experiências entre professores, estudantes e pesquisadores em Gênero, Sexualidade e Educação.

Na primeira edição, em maio de 2015, foram apresentados os principais resultados e atividades desenvolvidas durante os Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE, oferecido pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA nos anos de 2013 a 2015. Na segunda edição, nossa proposta foi ampliar o evento com apresentações de Relato de Experiências dos Projetos de Intervenção operacionalizados por participantes do Curso de Extensão Gênero e Sexualidade na Escola (GSE) em desenvolvimento nesta Universidade e com previsão de conclusão em dezembro de 2017.

Com duração de quatro dias, totalizando 40 horas de atividades, o II EMGES, com o tema *“Diferenças de gênero e sexualidade na educação: estudos, pesquisas e intervenções”* foi dedicado, de forma geral, às discussões teóricas e metodológicas em Conferências, Mesas e Rodas de Diálogo, com a participação de renomadas/os estudiosas/os da área, convidadas/os para socializarem suas experiências e pesquisas. Tivemos ainda apresentações culturais, minicursos, oficinas e apresentação de trabalhos em forma de Comunicação Oral, Relatos de Experiência e Pôster que tratam dos estudos e pesquisas sobre as temáticas



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar, cujos textos estão organizados neste e-book.

Dentre as **Comunicações Orais** temos o artigo “Corpo e sexualidade: dialogando sobre uma das experiências no Curso Gênero e Sexualidade na Escola”, traz uma experiência desenvolvida no Curso de Extensão “Gênero e Sexualidade na Escola – GSE” oferecido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE, com o intuito de promover a formação contínua de professores/as da Educação Básica da rede de ensino pública do estado do Maranhão, objetivando analisar alguns planos de aula produzidos por uma das turmas em que o curso foi oferecido.

O trabalho intitulado “Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense” que analisa o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias uma escola do Ensino Médio Maranhense, buscando-se perceber aspectos da diversidade sexual e inclusão, respeito e valorização da diversidade sexual.

O artigo intitulado “Mulher, mercado de trabalho e currículo escolar: a educação a serviço da desconstrução de estereótipos” nos traz uma reflexão sobre a contribuição da educação, através das práticas curriculares, no processo de inclusão da mulher no mercado de trabalho. Em seguida, temos o texto da Comunicação “Políticas de ações afirmativas na UFMA sob aspectos de gênero e raça: uma discussão pautada na concepção de desenvolvimento como liberdade em Amartya Sen”. O estudo considera os aspectos de gênero e raça, destacando-se alguns aportes para a superação das desigualdades, a partir da concepção seniana de desenvolvimento como liberdade.

Ainda sobre as experiências do Curso GSE, temos o artigo intitulado “Gênero e sexualidade na escola e na prática docente: o que dizem os/as professores/as no Curso GSE?” discute aspectos acerca de experiências compartilhadas entre os participantes do curso em um dos Fóruns de discussão



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

intitulado: “Educação para a Sexualidade”, momento em que dialogam e propõem a construção de caminhos e de possíveis alternativas para o trabalho com questões de gênero e sexualidade na escola de modo prático e problematizador, com vistas ao fortalecimento das discussões sobre a temática em foco.

O texto “A educação sexual no curso de formação de professores: uma análise do projeto pedagógico do curso de Pedagogia do CESI/UEMA” discute os impactos da ausência ou existência da abordagem sobre educação sexual no ambiente escolar, baseado na análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia do CESI/UEMA referentes aos anos de 2008, 2012 e 2013, buscando elementos que dão atenção a educação sexual no curso de formação de professores.

Por fim o artigo “Infância erotizada e a expressão da sexualidade na sala de aula: dizeres e fazeres de professoras” analisa situações que envolvem a sexualidade na sala de aula e como as professoras tratam as questões, identificando aspectos voltados à erotização infantil que influenciam no desenvolvimento da sexualidade das crianças.

Sobre os **Relatos de Experiências**, o texto intitulado “O esporte e suas relações de gênero: um relato de experiência de um projeto de Intervenção para o PIBID/EDF/UFMA” relata o projeto de intervenção pedagógica construído no Curso GSE, buscando-se compreender qual conhecimento os/as alunos/as tem sobre a temática e propor intervenções para qualificar e melhorar o discurso, bem como superar diálogos sexistas e propor uma mudança social na escola afim de promover uma discussão com direitos igualitários, baseado no respeito e tolerância para todos os gêneros e as sexualidades.

O relato de experiência dos estudos no curso GSE intitulado “Meninos e meninas todos (as) temos os mesmos direitos? Um olhar sobre a prática na Educação Infantil” objetiva refletir a questão de gênero e os direitos da mulher, realizando-se atividades como a produção de um livro infantil, rodas de leitura e bate-papo, revelando a reprodução de comportamentos machistas e sexistas por pessoas



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

adultas e por crianças. Com isso, a autora reconhece que a escola de Educação Infantil é um *locus* privilegiado para problematizar essas discussões e levantar a reflexão sobre a igualdade de gêneros, a fim de reduzir a violência, os privilégios e as hierarquias de gênero.

O relato “Gênero e sexualidade na escola por meio da literatura de cordel” apresenta o trabalho desenvolvido em uma turma do ensino fundamental por meio de contação de histórias, reflexões, análises de depoimentos e vídeos infantis que retrataram subjetivamente o conceito de gênero a partir do diálogo entre alunos, pais e educadores. Ao final apresenta um caderno de cordéis, escrito pelas crianças, sobre gênero e sexualidade, discriminação, racismo e homofobia.

Sobre os trabalhos escritos para apresentação em **Pôster** temos: “A caracterização da educação da mulher por meio da obra “alma: educação feminina” de coelho neto (1900 a 1930)”, estudo em que as autoras observam a educação pretendida para as mulheres de classe média e alta no contexto da Primeira República. Por fim apresentamos o pôster intitulado “Silhueta: percebendo mudanças no corpo e na mentalidade”, cujo objetivo foi compreender a importância da temática de Gênero e Sexualidade na construção da identidade do sujeito a partir da percepção dos alunos sobre o assunto.

Todos os trabalhos apresentados e selecionados para publicação destacam ser necessário o despertar de uma capacidade reflexiva sobre as questões de gênero e da sexualidade nos espaços educativos, questionando e problematizando os padrões ditos normais e naturais, e isso só será possível com conhecimento, leituras e releituras dos processos aos quais originaram tais pensamentos.

A todas/os boa leitura e que este seja mais um momento de ricos aprendizados.

Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Coordenadora do II EMGES



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

COMUNICAÇÃO ORAL



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

CORPO E SEXUALIDADE: dialogando sobre uma das experiências no Curso Gênero e Sexualidade na Escola

Catarina de Cassia Moreira¹

Sirlene Mota Pinheiro da Silva²

Resumo: Estudos sobre corpo e sexualidade no espaço escolar tem tido um relevante crescimento desde os últimos anos do Sec. XX, sendo desenvolvidos a partir da aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, em 1997, que possibilitaram a evocação destes temas na sala de aula, bem como no advento de diversos espaços de formação de professores/as que contemplam essas temáticas. Assim, o presente artigo, fruto de uma experiência no Curso de Extensão “Gênero e Sexualidade na Escola – GSE” oferecido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE, com o intuito de promover a formação contínua de professores/as da Educação Básica da rede de ensino pública do estado do Maranhão. O curso em seu conteúdo programático visou estabelecer relação entre o gênero, a sexualidade e a prática educativa, pontuando a inclusão social e reconhecendo o dever no combate as discriminações que ocorrem no ambiente escolar. Trata-se de um estudo exploratório, idealizado a partir dos conteúdos estudados no curso GSE, objetivamos analisar os planos de aula produzidos pela turma de Codó/MA, tendo como base o tema transversal “corpo e sexualidade”.

Palavras-chave: Curso Gênero e Sexualidade na Escola. Corpo. Sexualidade.

Iniciando nossa conversa

O Curso Gênero e Sexualidade na Escola (GSE), ofertado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), teve as atividades iniciadas em agosto de 2017 e será finalizado em março de 2018. Trata-se de uma ação formativa do Projeto de Pesquisa “Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas Maranhenses”, com parceria entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Núcleo de Educação a Distância (NEaD/UFMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: catherine.cassia@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Educação I da UFMA. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: sirlenemp@gmail.com



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), objetiva acolher e promover a formação contínua de professores/as da educação básica, especificamente da rede pública dos municípios de São Luís, Codó e Imperatriz no estado do Maranhão.

Segundo informações referentes ao projeto do curso disponibilizadas no site do GESEPE³, o GSE objetiva “desenvolver formação continuada para profissionais da educação, em especial para professores e professoras da Educação Básica, com vistas a promoção da inclusão social por meio de conteúdos transformadores das culturas discriminatórias de gênero e sobre a sexualidade e diversidade sexual nas escolas”.

Tratando-se de um curso de extensão ofertado na modalidade semipresencial, o GSE possui uma carga horária total de 120 horas, sendo 30h presenciais e 90h à distância, utilizando o sistema intitulado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)⁴ do NEAD/UFMA como um dos espaços fundamentais no processo de ensino aprendizagem.

Dividido em quatro módulos, o curso conta com conteúdos diversificados desde a familiarização com o sistema AVA até as discussões sobre a inclusão dos temas voltados às questões de gênero, diferentes formas de violência de gênero, sexualidade e diversidade sexual, dentre outros.

Além dos textos didáticos escritos por membros do GESEPE e disponibilizados no ambiente virtual, ao longo dos módulos foram realizadas diferentes atividades reflexivas e avaliativas, como: Fóruns de discussão com temas específicos, conforme os conteúdos estudados, com comentários e debates entre alunos/as e tutores/as, com o intuito de promover a interação entre os usuários e também de propiciar a troca de saberes; construção de Texto colaborativo (WIKI) a partir de reflexão de conteúdos apresentados em textos e vídeos; Tarefas, que

³ Disponível em: <https://gesepeufma.wixsite.com/gesepe/curso-gse>.

⁴ Pereira e França (2013, p. 79) definem os AVA's como “[...] ferramentas que oferecem suporte para o gerenciamento de informações, postagem de materiais de estudo seja pelo professor ou pelo aluno e ainda através dele é possível a comunicação (síncrona e assíncrona) via fórum, chat, etc. Assim, permitem aos professores e alunos interação simultânea, exposição de textos e documentos de forma organizada, acesso e exposição de informações de maneira conectada, em rede”.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

podem ser a escrita de um texto a partir dos textos conteúdos estudados no módulo, elaboração de Planos de Aula, Projetos ou Memorial, sendo este elaborado a partir as anotações feitas no Diário de Bordo, desde o início do curso e no final de cada módulo.

Elegemos os planos de aula postados pela turma de Codó - MA⁵ para serem problematizados e discutidos neste estudo. Nesta atividade os/as cursistas deveriam escolher uma disciplina ou área de conhecimento do currículo escolar e elaborar um Plano de aula que fosse incluído o tema “corpo e sexualidade”, a partir de uma questão problema: como este tema pode ser trabalhado na área de conhecimento escolhida?”.

Cumpre ressaltar que para a realização desta atividade, além do texto didático sobre o tema, foi sugerido, e incluído no AVA, a leitura do PCN, Volume 10, que trata da Sexualidade e do Caderno organizado pela UNESCO, “Conceito -chave 4 – Desenvolvimento humano”⁶. Também foi sugerido que o referido Plano fosse trabalhado em suas escolas.

Transversalizando corpo e sexualidade no espaço escolar

Pensar e discutir o corpo e a sexualidade no ambiente escolar pode tornar-se um perigoso exercício na atualidade, visto que grupos conservadores instalados nos diversos cenários políticos influenciam diretamente no exercício da docência, ditando e regulando os discursos que apenas desejam promover a equidade entre os gêneros e promover o respeito pela diversidade sexual, visto que foi e é possível constatar que a sexualidade e o gênero constituem-se, duplamente, numa fonte problemática.

⁵ A escolha pelo município foi devido ser uma das tutoras desta turma.

⁶ Disponível em:

http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_e_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Louro (2016) também esclarece que ao passo que o discurso sobre a diversidade tomasse forma nos espaços educacionais, os discursos conservadores tomariam a contrapartida impondo suas ideias não apenas como um contraponto, mas como regime totalitário e repressor. Como defende Foucault (2015, p. 8) “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”.

Sabemos que a linguagem, os silêncios, os preceitos e os corretivos aplicados na socialização de crianças e jovens, as discriminações e as violências produzidas concorrem na construção de corpos, sujeitos e identidades, promovendo a adaptação a ele e punindo o que é percebido como desvio à norma.

Se por um lado, temos a manifestação da sexualidade e o desejo de saber das crianças e adolescentes se acentuado cada vez mais, sendo este um fator intrigante para os/as próprios/as docentes que, muitas vezes, não sabem, ou não aprenderam a ensinar tais questões; por outro lado, sabemos que muitos docentes carregam consigo insegurança, dúvidas, desconhecimento, medos e tabus, frutos de sua própria história de vida, incluindo a educação sexual que tiveram, seja ela intencional ou informal, e os processos de formação docente e continuada que vivenciaram.

Sobre o trabalho que vise a desmistificação dessas questões pelo/a docente em sala de aula, Dias (2014, p. 1874) ressalta que:

É fundamental, portanto, um trabalho de formação sobre as questões das relações de gênero, da desigualdade social e da necessidade de seguir uma pedagogia dentro de um compromisso pela transformação da condição feminina. Conscientizar cursistas, graduandos/as e professores/as a terem com as crianças atitudes que não passem modelos sexistas, destinando a alunos e alunas as mesmas atividades ou cuidando para não reforçar por palavras e ações os modelos machistas.

Os estudos sobre as relações de gênero e a sexualidade visam promover: um debate consciente em torno da equidade dos direitos de homens e mulheres,



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Iutando para que a pessoa mulher possa galgar lugares de evidencia no mercado de trabalho, assim como lhes propiciando condições dignas trabalhistas; um debate constante no que tange o respeito e visibilidade das sexualidades e gêneros ilegítimos da sociedade, reconhecendo que transgêneros, gays, lésbicas e demais (LGBTQI's) são cidadãos detentores de direitos e deveres; a capacidade dos jovens de reconhecerem métodos contraceptivos, refletindo sobre a prevenção de uma gravidez precoce e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's); além de ensinar as crianças que o corpo nada mais é do que uma propriedade particular, reconhecendo que qualquer tipo de toque indesejado, assédio ou violência deve ser denunciado as mães, pais e responsáveis para que possam tomar as devidas providências.

Retornando ao cerne de nossa discussão, elegemos para analise uma das atividades propostas no curso GSE, parte da Unidade 1 do Módulo III, intitulado “Educação para sexualidade”. A tarefa consistiu em elaborar um plano de aula tendo como tema principal “o corpo e a sexualidade”, deixando livre a escolha da/s áreas de conhecimento com as quais o/a professor/a trabalha ou queira trabalhar, no caso da Educação Infantil ou Anos Iniciais.

Corpo e sexualidade no planejamento e na prática docente: um constante exercício de (des) construção no cotidiano escolar

Dentre as atividades postadas pela turma de Codó, elegemos os 4 (quatro) primeiros Planos de Aula entregues para serem analisados neste estudo, a fim de explorar de forma mais minuciosa a natureza dos objetivos propostos em cada plano de aula. Tendo em vista que este documento possui uma diversidade de elementos – objetivos, conteúdos, procedimentos e dentre outros - que devem ser pontuados, correlacionados e analisados de forma cuidadosa, evitando generalizações. Para preservar as identidades das/os professoras e professores alunas/os do curso, elegemos nomes de deusas/es gregas/os (Atena, Artemes, Hefesto e Afrodite). Vale



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

destacar que as escolhas não se deram a partir de uma correlação lógica entre personalidades e as/os autoras/es das atividades, e sim de forma aleatória.

Atena em seu plano de aula elaborado para uma turma de 3º ano do Ensino Médio, pretendeu trabalhar a partir da disciplina de história, a sexualidade. Objetivou conhecer os limites do preconceito social contra homossexuais no século XX. Para ambientar os alunos em relação à temática, ela propõe que a sala assistisse coletivamente o filme norte americano intitulado “O Jogo da Imitação”, o qual trata-se da história do matemático britânico Alan Turing (1912 – 1954) que entre os conflitos da Segunda Guerra Mundial, liderou uma equipe de trabalho, e propôs decifrar um enigma alemão a partir de uma invenção sua. Muito inteligente e necessário para a guerra naquele momento, Turing era homossexual. Considerando que naquela época no Reino Unido a homoafetividade era considerada um crime, como punição, Alan Turing passou por tratamentos de castração química até o fim precoce de sua vida, aos quarenta e um anos de idade.

Percebemos que o cinema é uma excelente ferramenta de auxílio para o processo de ensino aprendizagem, e neste contexto foi a chave para trabalhar um tema que é considerado tabu dentro do espaço escolar. A discriminação de determinadas sexualidades é um fato, não é uma nova onda, fatos reais foram retratados assim como no filme “O jogo da imitação”.

Evocar temas desta natureza dentro da sala de aula se torna necessário para que as futuras gerações de engenheiros, administradores, políticos e demais profissionais compreendam que a diversidade sexual necessita minimamente ser respeitada, e que esta demanda perpassa desde os tempos antigos.

Esta discussão também pode surtir efeito a curto prazo, começando pelo dever de respeitar as diferenças dentro da sala de aula, tarefa árdua e incessante, tendo em vista a apropriação de discursos preconceituosos em diferentes instituições sociais, desde a família.

Como exemplo, podemos citar Louro (2016) quando declara que as sexualidades que possuem desejos distintos à norma heterossexual, muitas vezes



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

são silenciadas e segregadas, o que contribui com a homofobia, retrato da rejeição da homoafetividade. Para Maia e Castellanos (2017, p.84):

O tratamento, as chacotas, os apelidos e as discriminações sofridas por jovens homossexuais muitas vezes são legitimados ou silenciados pelos integrantes que compõem a cultura escolar, entre eles: professores (as), alunos (as), coordenadores (as), supervisores (as), diretores (as), entre outros(as), sendo visível na cultura da escola a permanência de uma visão e compreensão da homossexualidade como algo a priori, comportamental, pulsional ou biológico. Em outra direção, a homossexualidade é concebida por outros, como decorrente do meio social, familiar – e até espiritual – ou no último dos possíveis, como opção ou escolha do indivíduo; no entanto, todas essas visões apresentam percepções positivas ou negativas, bem como ambiguidades, tensões e contradições.

Atena, no que tange a discriminação, objetivou também identificar o quanto a sociedade descrimina, seleciona, exclui e institui padrões de comportamento e sexualidade. Relacionando os fatos do filme aos acontecimentos atuais, elegendo como estratégia a discussão em grupo para que os/as alunos/as pudessem expor as suas experiências vividas e as realidades observadas.

Artémis nos propõe pensar o sexismo sofrido pelas mulheres ao longo dos anos no mercado de trabalho. Assim como Atena, ela tem como foco a disciplina História. Seu plano de aula objetiva a desmistificação dos ideais de gênero construídos sobre carreiras no mercado de trabalho. Sobre o sexismo na distribuição de funções Lameirão (2011, p.02) afirma que:

[...] a inserção feminina no mercado de trabalho ocorre em contextos fundados por diferenças percebidas entre os sexos e em relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Como consequência, predomina no mercado de trabalho a segregação ocupacional horizontal, pois as mulheres estão concentradas em profissões “femininas”, e a segregação ocupacional vertical, visto que ocupam funções subalternas se comparadas às exercidas pelos homens. Por esse motivo, verifica-se um quadro de desigualdade de oportunidades e rendimentos médios reais inferiores aos dos homens.

Os últimos dois planos de aula escolhidos possuem vários pontos em comum: Hefesto e Afrodite elencaram a disciplina de ciências como ponto de partida, objetivando reconhecer os órgãos genitais como parte importante do corpo humano, assim como identifica as mudanças ocorridas no corpo durante a puberdade.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Entendemos ser este último objetivo um exercício importantíssimo de sensibilização, principalmente no que tange sobre o conhecimento do corpo feminino, que por muito tempo manteve-se secreto, ou melhor, (des) naturalizado e estigmatizado.

Os fluídos corporais, assim como a sua própria vagina mantiveram-se distantes dos discursos, tida como irrelevante e muitas das vezes impura, assim reforçando a ideia de submissão e irrelevância do ser feminino. Sobre esse processo de dominação, Louro (2016, p. 23) nos esclarece que:

Historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, “emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder”. Buscamos, todos, formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos.

Afrodite em um de seus objetivos também propõe conhecer alguns dos métodos contraceptivos, tendo em vista a conscientização dos/as alunos/as sobre a gravidez precoce e na prevenção de IST's.

Compreendemos ser importante tratar questões biológicas, no entanto, pensar o corpo e a sexualidade na prática docente não perpassa somente o ensino de ciências. Os estudos sobre os corpos não se tratam apenas do conhecimento sobre a puberdade, contracepção e prevenção, eles devem objetivar o empoderamento de corpos que historicamente foram silenciados e, devem superar a lógica da heteronormatividade.

Encerrando nossa conversa

Falar de sexualidade, não se trata do incentivo precoce da relação sexual, a sexualidade perpassa o contato físico, ela exprime desde os menores prazeres individuais que o ser humano pode se proporcionar, como a satisfação na leitura de um bom livro, ou até mesmo na degustação de um chocolate, dentre outros.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Embora este artigo trate da análise de planos de aula elaborados como uma das atividades de um curso de formação docente continuada, para evocar esses temas dentro da sala de aula, não necessariamente deve-se elaborar um plano de aula específico, visto que podem ser incluídos nas mais diversas áreas do conhecimento, desde os estudos da Matemática quando interpretamos um problema, na História, Geografia, até nos debates nas aulas de Sociologia onde podemos discutir e problematizar a importância do respeito sobre o próprio corpo, o corpo do outro, e especialmente sobre o corpo feminino, tão carregado de estereótipos.

Nós educadores/as temos o dever de problematizar, mesmo que de forma discreta estes temas transversais entre os conteúdos escolares, promovendo assim a colaboração na formação de cidadãos/as críticos e que compreendamos que todos/as somos merecedores/as de respeito e dignidade, independente de nossas identidades.

Referências

DIAS, Alfrancio Ferreira. Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente para uma educação não discriminadora. *In: Anais do 18º REDOR*, Recife, 2014. Disponível em:<<file:///C:/Users/USERS%20PC/Downloads/765-4643-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

LAMEIRÃO, Adriana Paz. Mercado trabalho, desigualdade social e de Gênero. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES**. v. 1, n. 1, 2011. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1630/1226>> . Acesso em: 05 de jan. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In: LOURO, Guacira (Org.). O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

MAIA, Marília Milhomem Moscoso; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A representação do sujeito homossexual na cultura da escola: potencialidades e resistências para além dos rótulos. *In: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro (Org.). Usos e desusos do gênero e diversidade no processo educativo.* São Luís: EDUFMA, 2017.

PEREIRA, Lourivaldo dos Santos Souza Aragão; FRANÇA, George. Os ambientes virtuais de aprendizagem (ava): um estudo do moodle no curso de pedagogia da UFT. *In: Inter Science Place*, v. 1 , n. 5, Abr/Jun, 2013. Disponível em:<<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/viewFile/240/237>> . Acesso em: 08 de fev. 2018.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE SEXUAL: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense

Alberto Magno Moreira Martins⁷

Rosyene Conceição Soares Cutrim⁸

Resumo: Esta pesquisa procurou analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Maranhão, tendo como lócus da pesquisa uma escola do Ensino Médio Maranhense, onde foram analisados o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias com foco nos componentes curriculares: Sociologia, Filosofia, História e Geografia com abordagens acerca da diversidade sexual e inclusão, respeito e valorização da diversidade, políticas educacionais no Brasil e no Maranhão e análise da pesquisa *in loco*, por meio da incursão no Projeto Político Pedagógico e nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Nesse contexto consideramos que a temática analisada é pouco discutida em todas as abordagens, o que consideramos uma contradição quando todas as políticas públicas e a escola em seus instrumentos falam de educação democrática e inclusão social, uma vez que estas apresentam silenciamentos e em certos momentos omissões acerca da diversidade sexual, orientação sexual, gênero e inclusão.

Palavras Chave: Educação. Diversidade Sexual. Orientação Sexual. Gênero e Inclusão

INTRODUÇÃO

Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, Especialização em Gestão Escolar Pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; Mestrado em Educação – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. Maranhão. magnummartins65@gmail.com

² Curso de Pedagogia e Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, Especialização em Supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Integrada de Amparo. São Luís, Maranhão. rosycutrim@gmail.com



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

A crescente violência sofrida pelos (as) homossexuais⁹ em praticamente todas as esferas da sociedade e a atuação dos movimentos sociais LGBT¹⁰ têm provocado debates sobre a Homossexualidade e a ampliação das discussões teóricas relativas às relações de gênero no ambiente escolar.

Surge, então, a necessidade do debate sobre as práticas docentes; práticas essas que precisam ser: não homofóbicas, não sexistas, não machistas, mas que possibilitem na escola o reconhecimento da diversidade sexual, se estabelecendo a perspectiva de gênero preconizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), formulados pelo MEC para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental. Igualmente, convém ressaltar a pouca relevância da temática da diversidade sexual na elaboração dos PCNs. Ela aparece apenas na apresentação, do referido documento, na introdução aos Temas Transversais, e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCNs do 1º ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série do Ensino Fundamental em diante. O que prevalece é a reiteração compulsória da heterossexualidade (LOURO, 2009) e fora os esforços de pioneiras (os) na área, são trabalhos mais recentes os que vão problematizar essa questão, com destaque para a crítica ao processo de invisibilização da população LGBT no cotidiano e na organização escolar (VIANNA, 2012).

As escolas tornaram-se focos essenciais dos movimentos sociais e das políticas públicas visando à constituição de uma prática docente multicultural e inclusiva, por conseguinte não homofóbica. Portanto, problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política.

⁹O Grupo Gay da Bahia (GGB) divulga mais um Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT) relativo a 2013. Foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo uma transexual brasileira morta no Reino Unido e um gay morto na Espanha. Um assassinato a cada 28 horas! Um pequeno decréscimo (-7,7%) em relação ao ano passado (338 mortes), mas um aumento de 14,7%. Disponível em:
<http://grupogaydabahia.com.br/2015/01/13/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2014/>

¹⁰Sigla cada vez mais empregada a partir da metade dos anos 1990 e fortemente ligada às políticas de identidade das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Nesse sentido, tendo por base nossa atuação profissional e participação na militância motivada pelo contexto de violência contra os (as) homossexuais em todas as esferas da sociedade, bem como pelo debate político e acadêmico sobre a homossexualidade e suas repercussões nas políticas educacionais do governo brasileiro e maranhense, nos questionamos: Como é abordada a temática da diversidade sexual, mais especificamente a homossexualidade, no Ensino Médio maranhense? E assim delineamos como objetivo geral deste trabalho investigativo: analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, e mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão.

A problematização exposta e o alcance do objetivo em tela apontaram para percursos definidos por objetivos mais específicos quais sejam:

- a) Investigar a produção acadêmica acerca da temática da Diversidade Sexual tendo como eixo as concepções de diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão;
- b) Historicizar a trajetória de construção da valorização da diversidade sexual na sociedade brasileira e maranhense e suas repercussões no campo educacional;
- c) Analisar as principais medidas educacionais brasileira e maranhense pós- Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN) 9.394/96, referentes à abordagem da diversidade sexual e homossexualidade nas práticas a serem desenvolvidas nas escolas;
- d) Analisar a abordagem da temática da diversidade sexual e mais especificamente da homossexualidade nos planos de ensino da área de conhecimento denominada “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão, tendo por base a realidade de uma escola de referência em São Luís.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Elegemos uma escola de Ensino Médio, integrante da Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís na qual analisamos os Planos de Ensino da área de Ciências Humanas e suas tecnologias. Ela é uma unidade de ensino de referência na Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

A opção pelos Planos de Ensino da área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” da referida escola justifica-se pelo fato de que as disciplinas que a compõe têm como foco de trabalho com os alunos (as) a compreensão dos elementos que constituem a cultura, as identidades, além do reconhecimento da dinâmica das organizações dos movimentos sociais e a compreensão da sociedade e da natureza reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos.¹¹

Nessa perspectiva, o presente artigo se estrutura com esta primeira parte introdutória, além de apresentar o tema, problematizando-o em rápidas pinceladas. No desenvolvimento iniciamos com uma investigação da produção acadêmica, a respeito da temática diversidade sexual, tendo como eixo as concepções de diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão. Posteriormente demonstramos e analisamos o quadro sobre a incidência das categorias nos planos das áreas de conhecimento de ciências humanas e suas tecnologias. Logo depois, tecemos as considerações finais.

DIVERSIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO: algumas aproximações

Esse tópico objetiva investigar a produção acadêmica, a respeito da temática diversidade sexual, tendo como eixo as concepções de diversidade, orientação sexual, homossexualidade e inclusão. A temática da diversidade sexual traz inscritos diversas concepções e conceitos, exigindo um aprofundamento em relação daquilo que no nosso entendimento, facilita uma discussão mais ampliada.

¹¹ C.f. BRASIL, Parecer CNE/CEoB 492/2001 e 38/2006



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Diversidades

Diversidade, orientação sexual e inclusão – esses são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo, na contemporaneidade.

A diversidade pode ser entendida como:

A construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. Inobstante a hierarquia que existe no sistema, os papéis devem ser definidos e trabalhados de forma colaborativa, para que ocorra efetivamente respeito à diversidade, aos princípios democráticos constituídos legalmente (BRASIL, 2008, p.69)

A discussão em torno da diversidade seja ela, cultural, racial ou sexual é algo ainda muito controverso, em nossa sociedade. Nesse sentido, concordamos com Gomes (2000, p.70-71) quando propõe que:

O reconhecimento dos diversos recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negros, índios, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais entre outros), coloca-nos frente a frente com a luta desses e outros grupos em prol de respeito à diferença. Coloca-nos também, diante do desafio implementar políticas públicas em que a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam respeitadas dentro das suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais.

No que diz respeito à luta pelo direito à diversidade, é reafirmar que a diversidade é uma construção histórica, social e cultural e que essa construção pressupõe no tratamento igualitário e democrático, que deverá ser dispensado aos “diferentes”, pois isso leva a compreender as causas políticas, econômicas e sociais dos fenômenos quais sejam: racismo, sexism, homofobia, xenofobia dentre outros.

Pensar na diversidade, como oportunidade de reflexão das relações que se estabelecem entre o “eu e o outro”, para tanto, se faz necessário considerar o outro, o diferente, sem perder de vista, que este outro é tão legítimo quanto eu, e que deve ser levado em consideração sua construção política, histórica e social.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Inúmeras discussões emergem também no ambiente escolar e precisam ser concebidas enquanto políticas de Estado vislumbrando a garantia de direito a todos/as. Pois refletir sobre a escola e a diversidade é antes de qualquer coisa reconhecer e respeitar as diferenças que ali se estabelecem.

Diversidade e Orientação Sexual

A concepção de diversidade sexual aqui adotada refere-se ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos (JESUS, 2008, p 9).

A aceitação da diversidade sexual varia de acordo com os costumes de determinada época e com o tipo de sociedade. A própria sexualidade é influenciada pelos valores e costumes de uma época (JESUS, 2008, p.16).

Definimos sexualidade, portanto, conforme a formulação de Foucault (1977, 1979), ou seja, como um dispositivo constituído por um conjunto de discursos, instituições e práticas que visam produzir/estabelecer/normatizar "verdades" em relação aos corpos e aos prazeres. A sexualidade é uma construção histórico-social carregada de significados, que podem ser controversos e polêmicos.

No entanto se faz necessário esclarecer as diferenças existentes entre Sexo biológico entendido como sendo os órgãos genitais, cromossomos e hormônios, sejam eles masculinos ou femininos; Identidade de gênero: é como você se percebe psicologicamente (como pensa de si mesmo/a como se sente, como se vê; Expressão de gênero: é como você demonstra seu gênero, pela forma de agir, se vestir, interagir, se expressar; Orientação sexual: refere-se ao desejo por quem você se sente atraído/a afetivo/sexualmente (diz respeito a que gênero te atrai sexualmente, romanticamente, afetivamente); (ABGLT, 2010)¹²

¹² A ABGLT, lançou em 1º de fevereiro de 2010 - Um manual com termos, leis, datas e outras informações que ajudam a compreender a realidade e as necessidades do público LGBT (formado por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) já está disponível para os profissionais de comunicação. O material, idealizado pela



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Portanto, ao situar as questões relativas a gênero, sexualidade, diversidade, orientação sexual, e inclusão, nas discussões em sala de aula, é olhar e tematizar esses conteúdos a partir de uma perspectiva emancipadora, justa, cidadã e democrática.

Homossexualidade

A homossexualidade, entendida como “o que ou quem sente atração por e /ou tem relações com pessoas do mesmo sexo”(AULETE, 2011, P.467).

Ser homossexual, no contexto atual , leva em consideração uma revolução, que evidencia sentimentos que envolvem as pessoas e as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, denominadas de relações homoafetivas que trazem seu bojo: cuidado, zelo, e afeto, companheirismo, cumplicidade, dentre outros sentimentos se contrapondo aos diversos discursos morais e ideológicos que sustentam a intolerância diante de comportamentos, práticas e vivências da sexualidade que não estão em conformidade com o padrão heterossexual e patriarcal da nossa sociedade.

Se a homossexualidade tratada como “anormal” e “patológica” é uma construção histórica, também a heterossexualidade como “normal”, consentida e legitimizada pelas sociedades contemporâneas é produto de variados mecanismos ideológicos, históricos e institucionais pautadas em relações de poder e padrões culturais.

Portanto, concordamos com Mott (2003, p.15), quando afirma que:

A importância de estudar sobre a homossexualidade na realidade brasileira é ter a possibilidade de desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra os homossexuais. A homossexualidade foi ao longo dos tempos e das diferentes culturas, motivo de punição, de vergonha, segregação e

Associação Brasileira que congrega entidades do segmento LGBT, foi lançado durante a 5ª Conferência Regional da Ilga na América Latina e no Caribe - evento realizado em Curitiba (PR) entre os dias 27 e 30 de janeiro.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

violência contra todos aqueles que atravessassem a fronteira da heteronormatividade.

A luta, portanto, é para explicitar que de fato existe uma homofobia velada e silenciosa na sociedade e que deve ser combatida.

Inclusão

Os debates em torno da inclusão se constituem em desafios nos dias atuais, pois é necessário que se possa ressignificar a atuação dos profissionais da educação para pensar a inclusão para além do viés das pessoas com deficiências, que efetivamente garantam o direito à inclusão e à diversidade, comprometidos com a inclusão de todos no processo educacional de qualidade (quilombolas, negros, indígenas, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e travestis (LGBT), pessoas privadas de liberdade, mulheres, jovens, adultos e idosos).

Assim é estabelecido para a escola o desafio de se tornar efetivamente um espaço da inclusão e da diversidade, respeitando as diferenças, bem como explicitá-las em seus componentes curriculares, como também na materialidade do projeto político pedagógico da escola, como documento orientador das várias manifestações da inclusão e da diversidade, sejam essas manifestações explícitas e implícitas, no intuito de se contrapor a uma educação homogeneizadora, excludente, sexista, machista e homofóbica, dentre outras manifestações, e que garanta a igualdade de oportunidade a todos/as.

Quadro 1 - Incidência das Categorias nos Planos das Áreas de Conhecimento de Ciências Humanas e suas Tecnologias

CATEGORIA	ÁREAS DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS INCIDÊNCIA

	SOCIOLOGIA	FILOSOFIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA
Diversidade	2	0	1	0
Sexualidade	0	0	0	0
Diversidade sexual	0	0	0	0
Orientação sexual	0	0	0	0
Homossexualidade	0	0	0	0
Homofobia	0	0	0	0
Discriminação sexual	0	0	0	0
Preconceito	1	0	0	0
Preconceito sexual	0	0	0	0
Diferença	0	0	0	0
Diferença de gênero	0	0	0	0
Identidade de gênero	0	0	0	0
Diferença cultural	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria

O quadro acima trata da incidência das categorias elencadas para efeito deste trabalho, a categoria Diversidade, aparece duas vezes na disciplina Sociologia, na disciplina História aparece apenas uma vez, as demais categorias: Sexualidade, Diversidade sexual, Orientação sexual, Homossexualidade, Homofobia, Discriminação sexual, Preconceito, Preconceito sexual, Diferença, Diferença de gênero, Identidade de gênero, Diferença cultural. Observa-se total ausência.

Isso nos leva a crer a despeito de todo o conhecimento produzido sobre a temática, a homossexualidade continua sendo vista como algo pecaminoso e imoral, revelando a urgência de um trabalho educativo na perspectiva da inclusão, uma vez que o quadro acima revela essa ausência o que, por sua vez, requer dos/as



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

educadores/as uma postura política que reconheça e valorize as diferenças, indo além do binário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi elaborado no sentido de comunicarmos nosso objeto de estudo, cujo objetivo geral pautou-se na abordagem da diversidade sexual, mais especificadamente na homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino Maranhense.

Longe de falarmos em conclusão ou verdades absolutas, nos deparamos com considerações relevantes em nossa investigação, no que diz respeito aos objetivos delineados. Buscamos aprender como a temática da diversidade sexual é abordada no ambiente escolar e constatamos que a discussão das categorias anteriormente citadas ainda causa muita polêmica. Acreditamos que tal fato deve-se a posturas que se caracterizam ora por preconceitos, ora por ignorância em relação à temática como um todo. Trata-se, portanto, de uma temática em construção.

No que tange ao Projeto político Pedagógico, a escola demonstra preocupação em edificar-se numa perspectiva democrática, com ênfase na formação da cidadania, porém, não apresenta um discurso consistente sobre as questões relativas à diversidade sexual, gênero e orientação sexual.

Este fato nos conduz à verificação de que existe um silenciamento ou até mesmo omissão por parte da escola quanto às questões em foco. O mesmo se aplica às intervenções pedagógicas, não apresentando clareza quanto a sua utilização pelos/as professores/as em sala de aula sobre a temática em tela, no sentido da promoção de uma educação inclusiva.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Quanto à análise dos planos percebemos quase a ausência total das discussões acerca das categorias elencadas, no caso específico do componente curricular Sociologia em todo o plano a categoria diversidade aparece apenas duas vezes, a categoria preconceito aparece uma única vez. Já no caso do componente História, a categoria diversidade aparece uma só vez. Nos componentes Filosofia e Geografia, ausência total das categorias elencadas. Portanto, os planos não contemplam a diferença como princípio norteador para a inclusão social.

Logo, problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política. Essa reflexão passa por atitudes de respeito e aceitação de que, em uma sociedade plural, pautada pelo entendimento de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que, atitudes de discriminação, devem ser combatidas, sobretudo, no ambiente escolar, pois as ideologias discriminatórias naturalizam em nossa sociedade os preconceitos e as desigualdades historicamente construídas.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3^a ed. Rio de Janeiro:Lexikon, 2011

BRASIL, **Conferência Nacional de Educação Básica**. plenária final .Brasília: Ministério da Educação 2008. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documento/doc_final.pdf>. acesso em 23 fevereiro.2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, 1998.

FOUCAULT. Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Mariatereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

GOMES, Nilma Lino, “O impacto do diferente: reflexões sobre a escola e a diversidade cultural”. Publicada na revista educação em foco, Belo Horizonte, ano 4 nº 04. Dez. 2000, p. 21-27ISBN 978-85-736-5934-4



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

JESUS, Beto de *et al.* Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. 92 p.

LOURO, Guacira. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2009.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011, Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>> Acesso em : 20 fev. 2016

VIANNA, Claudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições [online]**. 2012, vol.23, n.2, pp. 127-143. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200009>> Acesso em: 10 de março de 2015.

MULHER, MERCADO DE TRABALHO E CURRÍCULO ESCOLAR: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEÓTIPOS

Elisângela Moraes Gonçalves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Resumo: Considerou-se o tema “Mulher, História e Educação.” A educação é reconhecida como processo de formação humana e, por meio das práticas curriculares, pode confirmar ideologias e reforçar desigualdades entre homens e mulheres. A escola coopera para legitimar essas desigualdades, construídas primeiramente na família. O currículo é um instrumento que tem uma função social e cultural, não é neutro e sustenta-se em diferentes



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

perspectivas: de construção social, pragmática, pedagógica e prática. Possui estreita conexão entre identidade de gênero e poder. Resultado é uma visão estereotipada da mulher com repercussão na sua inclusão em diferentes âmbitos sociais, como é o mercado de trabalho. Atrela-se à mulher funções peculiares ao espaço privado, criando espaços laborais hierarquicamente distintos em relação aos homens e com oportunidades desiguais. O objetivo geral da pesquisa foi: refletir sobre a contribuição da educação, através das práticas curriculares, no processo de inclusão da mulher no mercado de trabalho. E os objetivos específicos foram: perceber o currículo como expressão da função social e cultural da instituição escolar e suas implicações na construção da identidade das mulheres; reconhecer diferentes perspectivas sobre currículo e suas implicações na formação de mulheres; perceber os reflexos da educação sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. A metodologia da pesquisa foi sustentada em estudo bibliográfico, de caráter descritivo e sob abordagem qualitativa. Concluiu-se que a educação pode contribuir para uma verdadeira inclusão da mulher no mercado de trabalho e para a desconstrução da sua visão estereotipada nesse espaço social quando conceber o currículo baseado numa perspectiva prática, respeitando e reconhecendo homens e mulheres em suas subjetividades, com identidades próprias, mas que possuem direitos iguais; desmitificar a ideia de que algumas atividades são tipicamente para mulheres e outras para homens; e romper com uma concepção de currículo atrelada a poder, superando a diferença entre gêneros.

Palavras-chave: Mulher. Currículo. Educação.

INTRODUÇÃO

Entende-se que a educação é um processo de formação humana e como tal é permeado de ideologias historicamente construídas e que se legitimam no espaço escolar por meio das práticas curriculares.

O currículo é então um instrumento de regulação social, de construção de identidades, mediado por relações culturais e de poder responsáveis por definir o papel de homens e mulheres, aguçando, muitas vezes, as desigualdades entre estes e que se apresentam em diferentes âmbitos sociais, como no mercado de trabalho.

A escola, como aparelho ideológico, não é um espaço neutro e como tal pode consolidar essas desigualdades ou contribuir para que sejam desconstruídas, problematizando as diversas situações que envolvem a atividade humana.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Nessa acepção, a produção de identidades no espaço escolar deve ser dinâmica, em constante aperfeiçoamento e baseada numa perspectiva de inclusão, e não em estereótipos que determinam a distinção entre os gêneros.

A perda de certezas e a superação de estereótipos exige uma visão intelectual pós-moderna, integrando os diversos elementos inerentes ao espaço escolar e que servirão para que novos conceitos sejam (des) construídos quando necessário.

A partir de tais prerrogativas, o problema da pesquisa foi: “Como a educação, por meio das práticas curriculares, pode contribuir para a desconstrução da visão estereotipada da mulher que se reflete na sua inserção no mercado de trabalho?”

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em: Refletir sobre a contribuição da educação, através das práticas curriculares, no processo de inclusão da mulher no mercado de trabalho.

Os objetivos específicos foram:

- ✓ Perceber o currículo como expressão da função social e cultural da instituição escolar e suas implicações na construção da identidade das mulheres;
- ✓ Reconhecer diferentes perspectivas sobre currículo e suas implicações na formação de mulheres;
- ✓ Perceber os reflexos da educação sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho.

A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica, de estudo descritivo, com abordagem qualitativa das informações obtidas em artigos e livros publicados ou não por meios eletrônicos.

CURRÍCULO ESCOLAR E A IDENTIDADE FEMININA

Perspectivas de currículo



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Como construção social, o currículo não é neutro, nem atemporal, e se concretiza no âmbito das instituições educativas (ALMEIDA, 2004).

Numa perspectiva de produção de identidades no espaço escolar, o currículo deve ser um instrumento de possibilidades, que se (re) faz de uma maneira dinâmica e permanente de modo a possibilitar o reconhecimento de homens e mulheres como sujeitos diferentes em suas características individuais, mas que na sua essência humana e legalmente são iguais e assim devem ter acesso às mesmas oportunidades.

Sob um paradigma pragmático, o currículo apoia-se numa visão intelectual pós-moderna, que enaltece a dúvida pragmática, possibilitando o questionamento antes de qualquer decisão. O diálogo é encorajado, as certezas são questionadas, o direito das pessoas de escolherem é respeitado diante uma variedade de opções, baseadas na experiência humana. Busca-se uma “[...] uma integração eclética, mas local, do sujeito/objeto, mente/corpo, currículo/pessoa, professor/aluno, nós/outros. Essa integração, contudo, é um processo vivo; ela é negociada, não pré-ordenada; é criada, não descoberta.” (DOLL JR., 1997 apud CARRIAS, 2013, p.1)

Como produto da função social e cultural da instituição escolar, consolida-se na prática pedagógica (GIMENO, 2000), representando o cruzamento de diferentes perspectivas que se legitimam no processo de ensino e aprendizagem.

Considerando a prática, o currículo é um caminho a ser construído durante o caminhar, um jeito de edificar homens e mulheres, que devem construir suas próprias identidades. Então, inclui subjetividades, intencionalidades, percepções, que se corporificam e produzem as relações de gênero (SILVA, 2009).

Como relação de poder, o currículo, materiais didáticos e as diferentes linguagens dentro ou fora da escola cooperam para legitimar desigualdades, forjando identidades. O currículo é então um “[...] documento de identidade.” (SILVA, 1999 apud BEZERRA et.al, 2011, p.10) e, como tal, independente da perspectiva,



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

crítica ou pós-crítica, apresenta “[...] estreitas conexões entre conhecimento, identidade de gênero e poder.” (SILVA, 2009, p. 97).

Implicações curriculares na formação das mulheres

Historicamente é notória a desigualdade construída entre homens e mulheres. No espaço escolar, essa desigualdade se confirma nas práticas curriculares, que traz implicações socioculturais e assim não está livre de conceitos de gênero a partir do momento que mulheres e homens têm suas formações baseadas num processo de interação no interior de uma sociedade (SILVA, 2009), cujos interesses e percepções se expressam na prática pedagógica, delimitando os seus papéis.

Nesse patamar, mulheres e homens são distintos histórica e socialmente: os homens do início do século XX, tal como as mulheres, são diferentes dos homens e mulheres atuais.

Estudiosos vêm se interessando em conhecer as implicações socioculturais do currículo (SILVA, 2009), já que este reflete a função da educação com base nas experiências das pessoas e nas acepções ideológicas remetidas pelas duas principais instituições responsáveis pela formação humana: a família e a escola.

À família cabe as primeiras experiências que conduzem os comportamentos e identidades sociais de homens e mulheres. Demarca as desigualdades entre estes, já que segue o “manual” da sociedade na qual se insere estipulando o que é certo, admissível e aceitável. Daí advém o conceito de gênero que indica:

[...] nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho etc (MEYER, 2001 apud BEZERRA et.al, 2011, p. 2).



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A escola, historicamente, legitimou essas desigualdades em suas práticas curriculares, separando homens e mulheres conforme mecanismos de classificação (meninos e meninas), hierarquização (ricos e pobres), ordenamento (católicos e protestantes) e assim “[...] é o palco para criação de situações que podem significar o cruzamento de fronteiras ou limites entre os gêneros, o qual pode produzir tanto o fortalecimento quanto a superação da diferença (LOURO, 1997 apud BEZERRA et.al, 2011, p.12).

Para Silva (1999 apud BEZERRA et.al, 2011, p.9):

[...] o currículo “é a expressão da cosmovisão masculina”. O autor suspeita, sobretudo, do chamado currículo oficial que valoriza e põe em evidência características que refletem os conhecimentos e as experiências ditas masculinas: o domínio e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição. São precisamente essas características que conferem ao currículo seu caráter masculino e machista.

Ainda segundo Silva (1999 apud BEZERRA, 2011), esse falocentrismo do currículo implica não somente na formação da identidade feminina, mas torna evidente a produção da identidade masculina com um currículo estruturado para a reprodução e reforço do domínio masculino sobre as mulheres, definindo diferentes características a meninos e meninas, o que reflete as concepções de gênero reproduzidas pelas escolas que circulam na sociedade.

Esse currículo partido acaba por levar a um olhar dividido para meninos e meninas. Por esse olhar dividido, somos levados, por exemplo, a recompensar um menino e a corrigir uma menina por um comportamento semelhante. São por essas atitudes que somos levados a explicar ou justificar de maneiras desiguais seus desempenhos (SILVA, 1999 apud BEZERRA et.al, 2011, p.9).

MULHER E MERCADO DE TRABALHO: reflexos da educação



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

A escola possui historicamente uma presença marcante da figura masculina. Quanto ao gênero feminino foi inserido no espaço escolar associado a atividades como o cuidado, a vigilância, ao lado maternal e ao trabalho doméstico, percebidas como tarefas fáceis, peculiares ao espaço privado, e tidas como obrigações estritamente femininas (BEZERRA et.al, 2011).

Dessa forma, a educação no espaço escolar confirmou um padrão estereotipado de mulher, refletido em diferentes âmbitos sociais. No mercado de trabalho, por exemplo, reflete-se no acesso às oportunidades.

Nesse contexto, faz-se indispensável superar as desigualdades nas relações de gênero. Para tanto, “[...] é fundamental a desmistificação dos papéis sociais tradicionalmente estereotipados em masculinos e femininos, para que outras subjetividades possam fluir.” (CARVALHO, 2000 apud BEZERRA et.al, 2011, p.70).

A Tabela 1 expressa essa desigualdade no nível de instrução e no número de mulheres em atividade profissional, demonstrando que, mesmo com instrução maior que os homens, encontram-se em desvantagem em relação aos mesmos, possuindo menos acesso ao mercado de trabalho.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Tabela 1 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas com 16 anos ou mais idade, por sexo, segundo nível de instrução -2016

Nível de instrução	População em idade de trabalhar	População na força de trabalho	População ocupada (PO)	População desocupada (PD)
	Total	Total	Total	Total
Total	159 938	102 357	90 792	11 564
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	58 588	28 427	25 672	2 755
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	27 357	16 594	13 991	2 603
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	52 552	39 555	34 376	5 179
Ensino Superior completo	21 441	17 781	16 753	1 027
Homens				
Total	76 245	57 440	51 665	5 774
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	29 241	18 874	17 144	1 731
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	13 746	9 999	8 665	1 334
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	24 384	20 738	18 414	2 323
Ensino Superior completo	8 874	7 829	7 442	386
Mulheres				
Total	83 693	44 917	39 127	5790
Sem instrução ou Ensino Fundamental incompleto	29 347	9 553	8 528	1 025
Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto	13 611	6 595	5 326	1 269
Ensino Médio completo ou Ensino Superior Incompleto	28 168	18 817	15 961	2 856
Ensino Superior completo	12 567	9 952	9 312	640

Fonte: Adaptado IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Percebe-se na Tabela 1 que, apesar das mulheres serem em maior número e possuírem melhor nível de instrução, o quantitativo delas em ocupação ainda é menor que dos homens. Esse percentual é de 95,06% para os homens enquanto para as mulheres equivale a 93,56%.

Essa realidade é reflexo da desigualdade que cresce no Brasil nas comparações de gênero: mesmo com mais escolaridade e expectativa de vida, as mulheres brasileiras recebem bem menos que os homens, com uma renda per capita 66,2% inferior às pessoas com sexo masculino (PIRES, 2017).

A educação tem um importante papel e é “[...] interessante tentar olhar para dentro da escola e do currículo e ver que histórias estão sendo produzidas e reforçadas [...]” (FERREIRA, 2000, p.10).

A questão de gênero reproduzida pela educação escolarizada se manifesta no ambiente de trabalho, criando espaços laborais diferenciados e hierárquicos (ARIZA; OLIVEIRA apud DANIEL, 2011). Confirma-se uma diferença historicamente construída de qualidades, habilidades e características entre homens e mulheres, que conferem a estas determinadas atividades a partir de representações de feminino e masculino.

Então, o aumento da escolaridade das mulheres não lhes é garantia de trabalho remunerado ou salários melhores do que os homens, o que agrava a desigualdade entre os gêneros (LAVINAS, 1997 apud DANIEL, 2011), tornando necessário compreender que as diferenças não estão aprisionadas a padrões preestabelecidos e que à escola cabe criar um ambiente democrático para a construção de um “[...] currículo multicultural que exige também um contexto democrático de decisões sobre os conteúdos do ensino, e no qual os interesses de todos sejam representados (CARVALHO, 2000 apud BEZERRA, s.d., p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar tem implicações na formação da identidade de homens e mulheres, confirmado em suas práticas curriculares ideologias que se refletem na desigualdade de gênero.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

O currículo não é um instrumento neutro, já que é mediado por relações de poder que emergem de diferentes espaços sociais e que se legitimam na escola. Possui diferentes perspectivas: de construção social, sendo atemporal; de produção de identidades, demarcando possibilidades de que as identidades sejam (re) feitas de maneira dinâmica e permanente; pragmática, quando a dúvida, o diálogo e o respeito à variedade de opções devem permear qualquer decisão; pedagógica, consolidando-se no processo de ensino e aprendizagem e sendo produto social e cultural da escola; e prática, que considera o currículo como caminho para a construção de identidades, baseado nas subjetividades de homens e mulheres.

As implicações sociais sobre o currículo decorrem, primeiramente, da família, responsável por definir o que é certo ou errado, aceitável ou não no comportamento masculino e feminino.

A escola reproduz esses comportamentos e assim constrói estereótipos.

A visão estereotipada da mulher no mercado de trabalho emerge de uma educação baseada numa concepção de currículo arraigada a uma relação de poder, que se manifesta no ambiente de trabalho pela criação de espaços laborais distintos e hierárquicos e atrela à função da mulher atividades peculiares ao espaço privado, tidas como tipicamente femininas, como é o trabalho doméstico, enquanto aos homens associam-se atividades marcadas pelo controle, técnica e competição. Daí se comprehende uma certa valorização das características masculinas no currículo oficial.

Considerando o problema que norteou a pesquisa, infere-se que a educação, por meio das práticas curriculares, pode contribuir para a desconstrução de uma visão estereotipada da mulher e para sua verdadeira inclusão no mercado de trabalho, à medida que o currículo for percebido sob uma perspectiva prática, respeitando as subjetividades de mulheres e homens e os reconhecendo como sujeitos com identidades próprias, mas que têm direitos iguais; desmitificando a ideia de que algumas atividades são tipicamente para mulheres enquanto outras são para homens; e a partir do momento que for alicerçada em práticas pedagógicas que



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

fortaleçam a superação da diferença entre gêneros, rompendo assim com uma concepção de currículo atrelada a poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Doninha (org.). **Curriculum como artefato social:** coleção pedagógica. 2.ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2004.

BEZERRA, Jolene Rocha et.al. **Curriculum e as relações de gênero:** o olhar de pedagogas de uma escola pública da Paraíba. Espaço do currículo, v.4,n.1, mar./set.,2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 10.fev.2018.

CARRIAS, Eleazar Venancio. Curriculum, identidade e relações de gênero. In: **Revista de educação, ciência e tecnologia –TEAR.** Canoas, v.2, n.1, 2013.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. In: **Revista o social em questão.** Ano XIV, nº 25/26,2011.

FERREIRA, Márcio Porciúncula. **Curriculum, gênero e sexualidade:** questões indispesáveis à formação docente. Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 10 fev.2018.

GIMENO, Sacristán J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIRES, Breiller. **Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU.** Disponível em:
https://brasil.elpais.com.brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html&ei=8rd4EWxe&lc=pt-
[BR&s=1&m=758&host=www.google.com.br&ts=15189247707sig=A0yes_TGDFRAzQBtLkwIDcCmPecu07D0Ow](https://brasil.elpais.com.brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html&ei=8rd4EWxe&lc=pt-). Acesso em: 15 fev.2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMA SOB ASPECTOS DE GÊNERO E RACA: UMA DISCUSSÃO PAUTADA NA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE EM AMARTYA SEN

Luciana Gomes da Silva¹³

Arnaldo Vieira Sousa¹⁴

Resumo: Este trabalho buscou discutir as políticas de ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão, considerando os aspectos de gênero e raça e sua contribuição para superar as desigualdades, a partir da concepção seniana de desenvolvimento como liberdade. Assim, configurou-se como uma pesquisa de caráter exploratório baseada em levantamento bibliográfico. Além disso, baseou-se em levantamento documental dos quantitativos feminino e masculino de candidatos autodeclarados pretos e pardos, analisados comparativamente aos dados da ampla concorrência. Ao longo da discussão, foi possível perceber que apesar da oportunidade oferecida pelas ações afirmativas, o aproveitamento feminino de autodeclaradas pretas ou pardas na UFMA, de modo geral, foi inferior ao masculino. Isto indica que existem obstáculos ou privações impactando significativamente na vida das mulheres negras maranhenses e, por isso, a necessidade de buscar mecanismos de superação dos mesmos para que as políticas de ações afirmativas possam apresentar melhores resultados.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Desenvolvimento. Liberdade.

Introdução

Atualmente, com a realização das ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão, é possível observar importantes avanços referentes ao quantitativo de estudantes autodeclarados pretos ou pardos que podem usufruir da reserva de vagas, através do sistema de cotas. Entretanto, para compreender melhor o aproveitamento das mulheres diante da oportunidade de ingresso na UFMA, nos diversos cursos oferecidos em todo o estado, é necessário quantificar os dados referentes à distribuição das vagas reservadas, considerando também aspectos de gênero, o que neste trabalho ainda se restringe ao sexo.

Realizar essa intersecção entre gênero e raça é algo complexo, vez que os dados disponíveis são quantificados de forma isolada. Entretanto, um levantamento

¹³Graduanda em Direito, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís, luciana.gomes@ifma.edu.br.

¹⁴Mestre em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, arnaldo.sousa@undb.edu.br.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

desses dados pode ser relevante para compreender a situação das mulheres negras quanto ao acesso à universidade pública no Maranhão. A partir da observação dos dados levantados é possível pautar uma discussão sobre o desenvolvimento de tais mulheres, na perspectiva do autor indiano, Amartya Sen, que apresenta uma concepção de desenvolvimento como liberdade, considerando não só a existência de oportunidades, mas também a ausência de obstáculos ou privações para o gozo de liberdades reais que podem conduzir ao desenvolvimento e ajudar a superar as desigualdades.

Dessa forma, o trabalho apresenta inicialmente uma breve análise da desigualdade de gênero e raça no Maranhão, ressaltando a importância das políticas de ações afirmativas para superar essas desigualdades, considerando a perspectiva seniana do desenvolvimento como liberdade. Posteriormente, apresenta-se como resultados da pesquisa realizada, uma discussão com base no levantamento realizado sobre o quantitativo feminino e masculino, nas categorias de cotas para autodeclarados pretos ou pardos e ampla concorrência, de candidatos convocados nas chamadas regulares da UFMA nos anos de 2015 a 2017. Os resultados observados conduzem a questionamentos sobre as causas da discrepância entre os quantitativos apresentados, sendo relevantes para a compreensão da situação das mulheres negras maranhenses neste contexto.

Desigualdade de gênero e raça e as políticas de ações afirmativas no Maranhão: breve análise sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade

Discutir a democratização do acesso ao ensino superior nas universidades públicas brasileiras, considerando questões referentes à gênero e raça é algo complexo, vez que estas são muito amplas para se mensurar e comparar. Entretanto, pode-se obter melhor resultado destacando alguns aspectos das políticas de ações afirmativas. Assim, ao observar o percentual das vagas destinadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos e analisar conjuntamente critérios de gênero, que por sua vez são limitados à sexualidade, é

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

possível ir compondo um cenário mais específico sobre a acessibilidade ao ensino superior no Maranhão.

Atualmente, encontrar informações precisas sobre o perfil dos estudantes que ingressam nas universidades públicas, segundo o critério racial e o sexo demanda tempo e requer uma ampla pesquisa, haja vista que normalmente essas análises são feitas de forma isolada, sem intersecção entre esses aspectos. Isto vem sendo inclusive debatido pelo movimento feminista, vez que consideram a necessidade de superar as desigualdades em todos os sentidos. Sotero (2013) destaca que as experiências das diferentes formas de ser mulher perpassam pelo entrecruzamento entre gênero, raça, classe, sem predominância de nenhum desses aspectos. Portanto, é imprescindível uma observação mais ampla para compreender melhor como esses aspectos juntos impactam a vida das mulheres.

Dessa forma, percebe-se a importância de observar os resultados das políticas de ações afirmativas considerando também os aspectos de gênero, para que as mulheres negras, em especial, possam superar as desigualdades às quais foram e ainda são recorrentemente submetidas, como um processo de reparação aos danos causados pela escravidão no Brasil que “foi uma gravíssima violação dos direitos humanos à igualdade e liberdade da população negra, e seus efeitos repercutem, porque após a abolição da escravidão a igualdade de fato entre negros e brancos não foi alcançada”. (SILVA, 2009, p. 19). Em que pese as críticas recebidas, o sistema de cotas raciais, na maioria das universidades brasileiras, tende a combater a desigualdade, considerando não só o critério racial, mas também o critério econômico e social.

Segundo dados do IBGE, em 2017, a população maranhense estava chegando aos 7 milhões e as mulheres representavam pouco mais de 50% da população. Em relação à questão racial, os dados demonstram que a população preta e parda no Maranhão chega a 80%, sendo o segundo maior percentual do Nordeste, perdendo apenas para o estado da Bahia (Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios contínua trimestral). Entretanto, quando se considera o percentual da população negra que tem acesso ao ensino superior,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

principalmente em cursos mais valorizados no mercado, esses percentuais são muito inferiores, apesar de alguns avanços obtidos com o sistema de cotas raciais.

Antes de iniciar efetivamente o debate sobre os resultados das políticas de ações afirmativas e seu impacto na situação atual das mulheres negras no Maranhão, é fundamental refletir sobre a sua participação efetiva em processos democráticos. Para tanto, é necessário indagar se as demandas e propostas de inclusão, presentes nas políticas públicas, conseguem mudar ou transformar a lógica hegemônica de poder e de hierarquia que alimenta as desigualdades de gênero e raça, representando desenvolvimento às mulheres negras no Maranhão. Nesse sentido, pode-se considerar o conceito apresentado no Estatuto de Igualdade racial: “a desigualdade de gênero e raça significa a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais” (Art. 1º, paragrafo único, III). Apesar de muito oportuno, não é suficiente para assegurar a igualdade de gênero e raça.

Para maior aprofundamento, é válido enfatizar a tênue relação entre igualdade e respeito às diferenças que deve se fazer presente também nas políticas de ações afirmativas. Ferrajoli (2008) afirma que há uma contradição evidente entre igualdade e desigualdade, mas isso não implica dizer que há contradição entre lutar contra as desigualdades e, ao mesmo tempo, a favor das diferenças. O autor defende que a igualdade é um princípio complexo que impõe a tutela das diferenças (diversidade das nossas identidades pessoais: diferença de sexo, de nacionalidade,...) e a redução das desigualdades (diversidade de condições materiais). Assim, percebe-se que questões de desigualdade estão vinculadas a uma compreensão mais ampla que acaba implicando também num debate sobre liberdade.

A partir da concepção de desenvolvimento como liberdade, apresentada pelo economista e filósofo indiano, Amartya Sen, em seu livro *“Development as Freedom”* (1999), percebe-se que uma maior compreensão dessa relação entre desenvolvimento e liberdade pode ajudar a superar as desigualdades. O autor considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais,



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

afirmando que o mesmo consiste em: "eliminare i vari tipi di negazione della libertà che lasciano agli uomini poche scelte e scarse possibilità di agire secondo la ragione" (SEN, 2000, p.6). Assim, aprofundando o debate sobre o aproveitamento das mulheres negras quanto às políticas de ações afirmativas, vale considerar as condições a que são submetidas, antes e depois do ingresso na universidade.

Na abordagem seniana, destaca-se o valor da liberdade, ligada aos conceitos de funcionamentos e capacidade. Por funcionamentos (functionings) o autor entende "estado de ser e fazer" que qualificam o bem-estar. Em contrapartida, a expressão capacidade (capability) quer dizer, a possibilidade de adquirir funcionamentos de relevo, ou seja, a liberdade de escolher entre uma série de vidas possíveis. Para o autor, são essas condições de funcionamentos e capacidade que devem ser consideradas pelo poder público ao traçarem suas estratégias de redução das desigualdades sociais, inclusive aquelas de gênero e raça.

Existem algumas críticas a esta abordagem das capacidades, tal como aquela apresentada por autores como Denis O'Hearn, conforme aponta Mosaner (2016):

Sen não apresenta críticas estruturais às instituições, na medida em que se resguardaria em seu individualismo, propondo apenas um espaço de análise de arranjos sociais e políticas públicas de modo a propor "ajustes pontuais" e que reflitam pequenos avanços nas métricas de liberdade, equidade e direitos humanos, sem que haja um questionamento acerca do status quo, das estruturas de poder que produzem desigualdade de condições de vida entre as pessoas, países e grupos sociais. (O'HEARN, 2009 apud MOSANER, 2016, p.14).

Assim, para a crítica, como Sen não condena o capitalismo global com suas estruturas assimétricas de poder, sua abordagem é tida como frágil. Assim, não pode contribuir efetivamente para uma redução das desigualdades, apontando apenas pequenas saídas numa esfera microeconômica e individualista. Em contrapartida, existem outros autores que ressaltam a importância da concepção seniana, destacando o peso da liberdade defendida pelo autor indiano no processo de desenvolvimento:

A liberdade é sobremaneira importante para uma eficiente estrutura social que estenda aos indivíduos não apenas os benefícios decorrentes de pretenso desenvolvimento tomado como crescimento econômico, mas que favoreça a participação desses indivíduos em todo o processo desenvolvimentista: uma sociedade desenvolvida é uma sociedade de liberdades. (SOUSA, 2011, p. 90)

Assim, pode-se dizer que as políticas de ações afirmativas podem se valer da concepção seniana, vez que com a reserva de vagas para os candidatos autodeclarados pretos e pardos, a universidade pública oportuniza um acesso mais democrático e pode servir ao desenvolvimento das mulheres negras, mas é necessário compreender efetivamente como isto pode ocorrer a partir de uma observação das escolhas (ou das privações) dessas mulheres. Mesmo que considere somente alguns aspectos, este tipo de análise pode servir também a uma avaliação mais ampla acerca das políticas de ações afirmativas.

Discussão sobre as políticas de ações afirmativas na UFMA sob a perspectiva seniana

As políticas de ações afirmativas foram implantadas na Universidade Federal do Maranhão no ano de 2007, depois da aprovação da Resolução nº. 499 - CONSEPE, de 31 de outubro de 2006. Atualmente, as mesmas seguem o que preconiza a Lei nº 12.711 de agosto de 2012 e buscam tornar o acesso ao ensino superior o mais democrático possível, considerando além dos aspectos raciais, também aqueles econômicos e sociais, contudo é necessário observar se e como este escopo vem sendo perseguido.

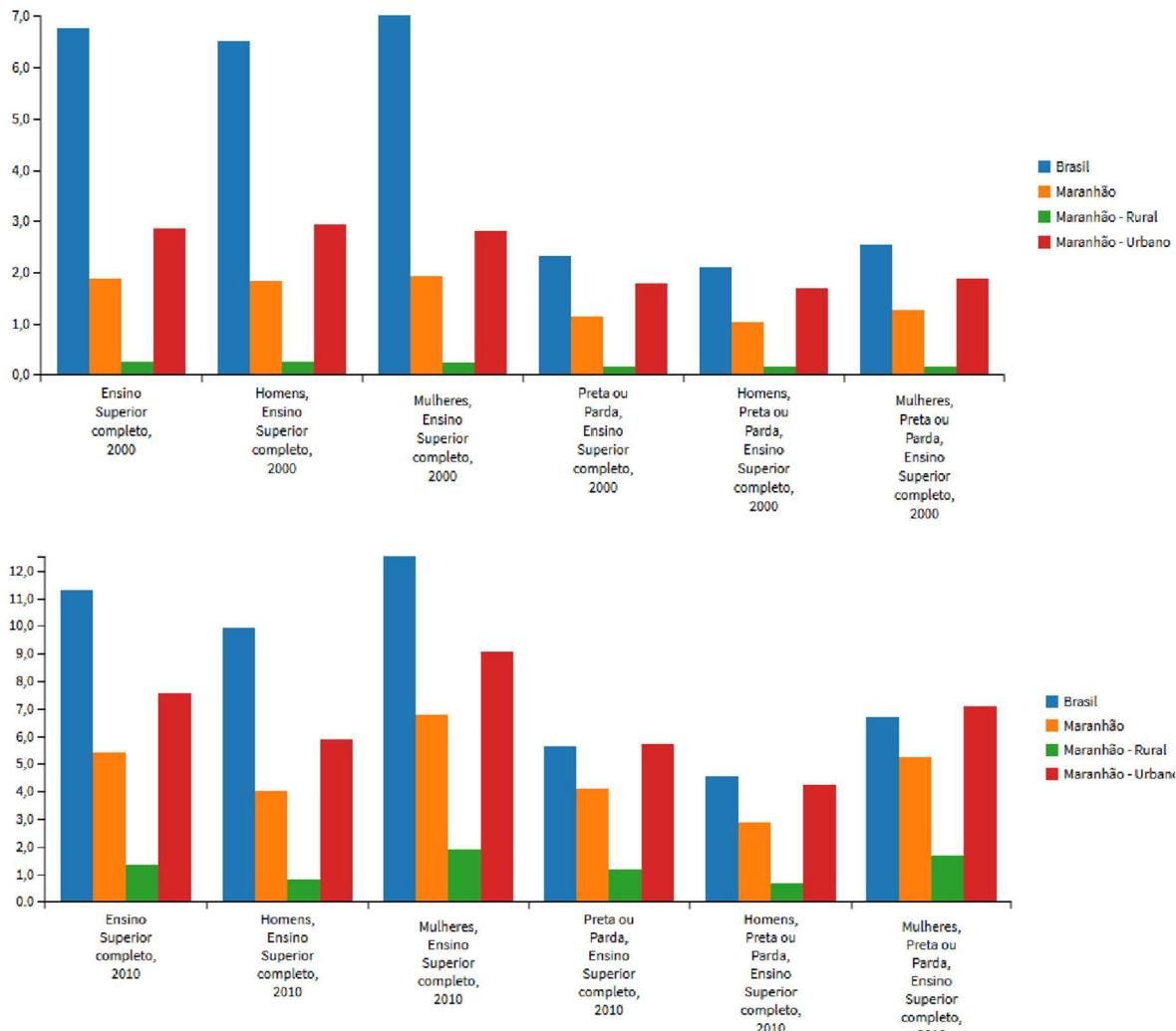
Para aprofundar a discussão sobre os resultados das políticas de ações afirmativas, fez-se necessário também observar historicamente a situação da população maranhense no tocante ao acesso ao ensino superior. Assim, através das estatísticas de gênero divulgadas pelo IBGE referentes aos anos 2000 e 2010, percebe-se uma evolução das mulheres maranhenses quanto à conclusão do ensino superior, mesmo sem considerar ainda a contribuição do sistema de cotas raciais.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)



De modo geral, houve um aumento significativo nos quantitativos de 2010 em relação àqueles apresentados em 2000. Mas, é interessante notar que os dados referentes ao ano 2000 apresentam uma discrepância entre os dados do Brasil e do Maranhão, considerando principalmente o aspecto racial. No tocante aos dados específicos do Maranhão, comparando os dois gráficos, percebe-se que os números referentes ao Maranhão rural continuam muito aquém, se comparados àqueles do Maranhão urbano, demonstrando que há mais oportunidade de acesso ao ensino superior nas zonas urbanas, inclusive para os estudantes pretos ou pardos.

É relevante observar ainda que o quantitativo de mulheres se destaca em 2010, mesmo para aquelas pretas ou pardas, porque nos anos 2000 observa-se um certo equilíbrio entre os gêneros. Enfim, a partir desses dados é possível demonstrar

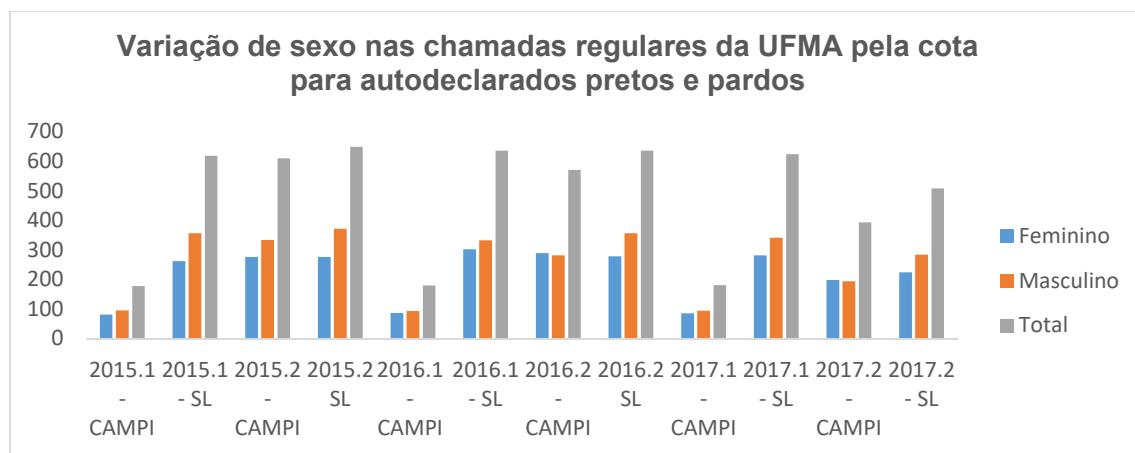
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

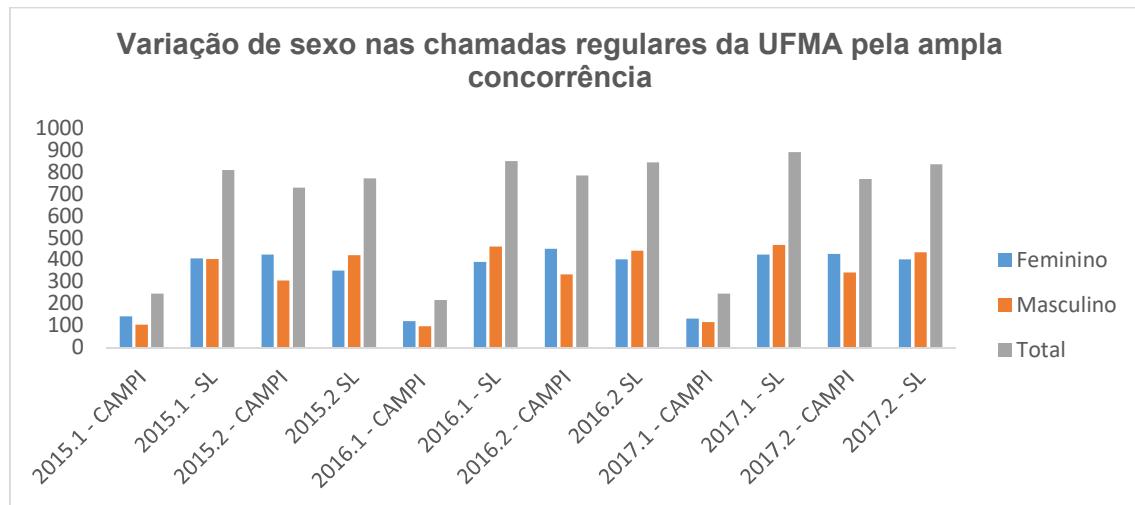
I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

as proporções das desigualdades de gênero e raça no Maranhão nos últimos anos. Vale ressaltar ainda que esses dados servem para a discussão sobre a situação atual, considerando as oportunidades de desenvolvimento para as mulheres negras, a partir das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão.



Fonte: Os autores (2018)



Fonte: Os autores (2018)

Através dos dados levantados foi possível fazer algumas considerações sobre o aproveitamento dos estudantes autodeclarados pretos ou pardos na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nos Campi do interior do estado e em São Luís, nos anos 2015, 2016 e 2017. Antes de tudo, de modo geral, percebeu-se um quantitativo feminino inferior ao masculino. Isto causou certo estranhamento, vez que o esperado

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

é que as mulheres representem a maioria também nas convocações, já que elas conseguem maior percentual de conclusão do ensino superior, tal como se observou nos gráficos anteriores. Contudo, vale enfatizar que tais gráficos apresentam dados gerais de conclusão do ensino superior no Maranhão e não se restringe à UFMA.

O fato é que os dados apresentados nos últimos dois gráficos levam a questionamentos sobre as causas das divergências. *A priori*, não é possível afirmar que representam o quantitativo exato de ingressantes em todos os cursos da UFMA, nesses três anos. Sabe-se que além dessa convocação pela maior nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para a admissão do aluno pelo sistema de cota racial é necessária a aprovação em entrevista e outros procedimentos. Contudo, esses dados podem servir a uma discussão inicial sobre os possíveis obstáculos ao desenvolvimento das mulheres negras no Maranhão. Elas representam a minoria. Entretanto, comparando com os dados da ampla concorrência, nos diversos Campi da UFMA, o quantitativo feminino superou o masculino, levando a crer que o problema da desigualdade de gênero esteja associada ao aspecto racial e econômico. Vale ainda notar que os cursos ofertados pela UFMA no interior do Maranhão e em São Luís também podem ter influenciado esses resultados.

Quanto aos dados especificamente do Campus São Luís, percebeu-se que as diferenças entre os totais femininos e masculinos se destacam em alguns cursos, como aqueles que apresentam maior quantidade de vagas, tais como os Cursos Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia, com um grande quantitativo masculino. Outro fato a considerar é que com o Sistema de Seleção Unificada (SISU), é possível que estudantes de todo o Brasil se candidatem a uma vaga na UFMA. Assim, pode-se questionar quem são os mais propensos a fazer este deslocamento.

A partir da concepção seniana, pensar em promover o desenvolvimento das mulheres negras, significa buscar meios para anular as “iliberdades”, ou privações pessoais, dando-lhes condições de fazer as próprias escolhas. É necessário, portanto, compreender melhor a situação dessas mulheres. Assim, sobre o desempenho no processo seletivo, pode-se afirmar que os homens estão mais capacitados intelectualmente que as mulheres? Ou que há menor interesse das

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

mulheres em uma vaga na UFMA? Isto demandaria uma pesquisa mais detalhada, com o quantitativo de inscritos, mas não foi possível obter dados institucionais, apesar de oficialmente requisitados. Portanto, a discussão se restringe aos dados coletados e organizados em pesquisa própria.

Segundo a abordagem de capacidade de Sen, além das oportunidades oferecidas é necessário também evitar privações para que as mulheres negras possam efetivamente se desenvolver. Se as mesmas tiverem maior oportunidade de acesso a uma vaga em universidade pública pelo sistema de cotas, isto não dispensa também o seu empenho pessoal e sua liberdade de escolha. Contudo, há que se considerar que muitas vezes as mulheres negras podem ser constrangidas a escolher determinadas áreas de formação, por imposição da família e da sociedade. Ao longo do levantamento, foi possível perceber que para as mulheres negras é ainda mais difícil o acesso a cursos predominantemente masculinos, tal como Engenharia Elétrica, Direito, Medicina... se comparados aos dados apresentados pela ampla concorrência, que apresentam maior tendência de mulheres inseridas nessas áreas. Assim, vale ressaltar o que afirma, Sotero (2013):

A distribuição desigual de mulheres e homens, brancos e negros, nas carreiras não é uma questão específica dos dias atuais, pelo contrário. Os determinantes sociais na escolha das carreiras têm explicações muito tradicionais. Todavia, o aumento do acesso coloca algumas questões particulares, na maioria das vezes relacionadas à constatação de que existe pouca variação nos padrões tradicionais. (SOTERO, 2013, p.46)

Na tentativa de compreender melhor o perfil das mulheres negras maranhenses que se submetem ao processo de seleção pelas cotas, fez-se uso ainda de informações divulgadas por Amilton Carlos Camargo (2016) em sua Tese:

Eva, aluna negra cotista, tem 27 anos, estava cursando o ‘fatorial’ de psicologia, naquilo que seria o equivalente ao oitavo período de curso. Ela reside em casa própria, no bairro Anjo da Guarda e a renda familiar é de dois salários mínimos. Tem 10 irmãos, porém mora somente com a mãe e uma irmã. Cursou todo ensino

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

fundamental e médio em escola pública. Dentre os depoentes, ela parece ter maiores dificuldades de comunicação e expressão de seus pensamentos e percepções, além de ser bastante tímida. (CAMARGO, 2016, p.83)

A partir deste relato, foi possível perceber a existência de muitos fatores que podem influenciar o desempenho das mulheres negras, seja no processo seletivo que na vida acadêmica, porque são mulheres que carregam consigo uma história, não raro, de privações. Dessa forma, ressalta-se de modo parcial e não conclusivo, que somente as políticas de ações afirmativas não são suficientes para proporcionar igualdade de gênero e raça. Através da amostra trabalhada, foi possível perceber que talvez seja necessário mais que a reserva de vagas para autodeclarados pretos ou pardos para promover o desenvolvimento das mulheres negras no estado.

Assim, pode-se considerar ainda que as mulheres candidatas àquelas vagas reservadas representam um quantitativo menor que as demais mulheres candidatas à ampla concorrência, demonstrando a influência do aspecto econômico que também impacta no desenvolvimento das mulheres negras no Maranhão. De fato, as políticas de ações afirmativas buscam reduzir as desigualdades econômicas, sendo destinadas aos estudantes oriundos de escola pública, portanto, aqueles que se candidatam às vagas para autodeclarados pretos ou pardos ainda se subdividem entre aqueles que possuem renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e aqueles de escola pública independentemente de renda. Enfim, percebe-se que são muitos obstáculos e estes precisam ser superados, transformados em oportunidades reais para que as mulheres negras no Maranhão possam se desenvolver.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto de Igualdade Racial. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CAMARGO, Amilton Carlos. As cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: a trajetória do estranho. **Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO** – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

FERRAJOLI, Luigi. **Le ragioni dell'uguaglianza**. Atti del 6º Convegno della Facoltà di Giurisprudenza, Università di Bologna, 15-16 Maggio, 2008.

IBGE, 2011. Estatísticas de gênero. Disponível

em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. Acesso em: 12 jan. 2018.

IBGE, 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T. Dados disponíveis em: <sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MOSANER, Marcelo Amado Sette. A capability approach de Amartya Sen como paradigma do desenvolvimento humano: diálogos com a crítica marxista. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (24), p. 1-26, jan./dez. 2016. Disponível em: <www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/download/176/129>. Acesso em: 05 fev 2018.

O'HEARN. Amartya Sen's development as freedom: ten years later. **Policy & Practice: A Development Education Review**, v. 8, p. 9-15, 2009. Disponível em: <www.developmenteducationreview.com/issue8-focus1?page=show>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SEN, A. **Development as freedom**. Nova York: Anchor Books, 1999.

SEN, Amartya. **Lo sviluppo è libertà**. Mondadori Editore, Milano, 2000.

SILVA, Maria do Socorro da. Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil. 2010. 214 f. **Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos)** – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-26112009-160000>. Acesso em 10 jan. 2018.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. **Direito e Desenvolvimento**: uma abordagem a partir das perspectivas de liberdade e capacitação. Juruá Editora, Curitiba, 2011.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. (In) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E NA PRÁTICA DOCENTE:
o que dizem os/as professores/as no Curso GSE?**

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Mariana Fernandes Brito¹⁵

Rosyene Conceição Soares Cutrim¹⁶

Resumo: Considera-se que problematizar, questionar, dialogar e compreender elementos inerentes à sexualidade e gênero, constituindo-se como aspectos do desenvolvimento humano. Realiza-se uma breve contextualização histórica das categorias gênero e sexualidade, utilizando-se teóricos e autores/as como Foucault (2003), Louro (1997, 2010), Furlani (2007, 2011), Silva (2011), dentre outros. Por meio da discussão e do compartilhamento de experiências, os participantes do curso “Gênero e Sexualidade na Escola-GSE, no fórum 3 do módulo intitulado: “Educação para a Sexualidade” dialogam e propõe Na construção de caminhos e de possíveis alternativas para trabalhar gênero e sexualidade na escola. As questões, tratadas de modo prático e problematizador, são assim ressignificadas em um processo em que os participantes são envolvidos e comprometidos com as ideias discutidas, com vistas ao fortalecimento de mecanismos da temática em foco.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Prática Docente

Introdução

Por serem fundamentais na formação da personalidade do ser humano, as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, ganham cada vez mais espaço nas discussões em diferentes espaços e mídias, a exemplo as redes sociais, blogs e sites disponíveis na Internet, nos espaços escolares entre os estudantes, sejam eles/as crianças ou jovens, nas produções científicas, dentre outros. Louro (2010) nos diz que no contexto escolar, as manifestações da sexualidade estão presentes, e cabe ao professor e a professora problematizá-las.

Uma vez que a escola tem como função a transmissão de conhecimentos científicos, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo, consideramos que problematizar, questionar, dialogar e compreender elementos inerentes à sexualidade e gênero, constituui-se como aspectos do desenvolvimento humano. O

¹⁵ Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Maranhão. Professora da Rede Pública Municipal de São Luís- MA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas- GESEPE.marybrito26@hotmail.com.

¹⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino na Educação Básica- PPGEEB/UFMA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas-GESEPE.rosycutrim@gmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

desafio maior do ambiente escolar é sem dúvida, o conhecimento em si, razão do trabalho docente e a sua função essencial.

De acordo com Louro (2010), a compreensão primordial fundamenta-se na ideia de que a sexualidade e gênero não são “partes” ou “complementos” da condição humana. Ao contrário, sexualidade e gênero são entendidos como características somente desenvolvidas e presentes na condição cultural e histórica da pessoa. Portanto, sexualidade e gênero transcendem à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas.

Por isso, percebemos que o trabalho com a sexualidade e gênero no contexto escolar é sempre um desafio que pode e deve transformar a prática educativa, pois desvela saberes e poderes, ocultados e silenciados em sala de aula.

Ao aprofundarmos os estudos por meio da participação como membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), bem como na atuação “moderadora online”¹⁷ do curso “Gênero e Sexualidade na Escola” (GSE), promovido pelo GESEPE, consideramos a necessidade de introduzir e fortalecer as discussões acerca dessas temáticas na formação docente e continuada.

O Curso GSE objetiva contribuir com educadores e educadoras maranhenses com vistas à reflexão crítica sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual, com alternativas para a efetivação de uma educação inclusiva e não sexista, além de serem capazes de produzir e estimular seus alunos e alunas no enfrentamento e desconstrução de preconceitos e estereótipos nas diferentes situações do cotidiano escolar e na sociedade.

Por sentirmos a necessidade de compreender o comportamento e a experiência humana, apreendendo como as pessoas constroem significados, além de interessarmo-nos pelo modo como elas normalmente se comportam e pensam, realizamos o presente estudo que objetiva analisar os comentários dos professores

¹⁷ Função dada à professores tutores ou professores que vão acompanhar o curso. A função dele/la será interagir com os alunos, avaliar, tirar dúvidas, acompanhar o desempenho do curso, emitir relatórios,etc. Disponível em www.coachead.com.br/Aceso em 15 de fevereiro de 2018.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

e professoras da Turma1 de São Luís (T1SLZ), no fórum 3 do módulo intitulado: “Educação para sexualidade”, com vistas ao fortalecimento da ação dos/das docentes na promoção da cultura de respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade.

Cumpre ressaltar que o Curso GSE vem sendo desenvolvido em 5 turmas, sendo que 3 delas são compostas por professores/as de São Luís, 1 de Imperatriz e 1 de Codó, estado do Maranhão. Escolhemos a Turma 1, sendo esta composta por professores/as da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, devido ser a que somos integrantes.

Para a compreensão e análise das questões destacadas, inicialmente, discutimos e fazemos um breve recorte histórico acerca das categorias “gênero” e “sexualidade” tendo como base teórica autores/as como Foucault (2003), Louro (1997, 2010), Furlani (2007, 2011), Silva (2011), dentre outros. Em seguida, discutimos o poema “Tem fantasma na Escola”, como metáfora que configura as “fugas da discussão” das temáticas de gênero e sexualidade que acabam sendo percebidas, pelos/las alunos/as como forma de intransigência pedagógica ou como espelho do despreparo docente. Posteriormente analisamos as respostas dos/das professores/as cursistas no Fórum 3 do módulo intitulado: “Educação para Sexualidade” destacando suas opiniões sobre a questão, sugerindo alternativas para o trabalho em sala de aula. E, por último, tecemos as considerações finais.

Gênero e Sexualidade

Fazendo um breve recorte histórico sobre sexualidade, percebemos que na antiguidade, o sexo era considerado algo natural. A visão que os povos tinham em relação à sexualidade foi alterada com o surgimento do cristianismo, que passou a reprovar toda e qualquer forma de atividade sexual estéril, isto é, que não fosse para a finalidade da procriação. (Foucault, 2009)

No livro “História da Sexualidade”, Foucault (2009) comenta que é a partir do século XVII com o surgimento do cristianismo que a sexualidade é, então,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca, absorvendo inteiramente na seriedade da função de reproduzir. Daí em diante, o sexo é silenciado e controlado. Ainda de acordo com o filósofo, o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso. O autor comenta: “poder falar da sexualidade se podia muito bem e muito, mas somente para proibi-la” (Foucault, 2009, p.9).

Entrelaçando sexualidade e gênero, temos esta se desenvolvendo pelas teorias do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros.

Podemos inferir o sexo como algo biológico, ou seja, quando um ser nasce diz-se que é macho ou fêmea. Enquanto que na questão gênero, este é construído historicamente, socialmente e culturalmente, sendo o sexo social definido, ou seja, não é sinônimo de sexo biológico. O gênero refere-se à construção social de relações de homens e mulheres, que não recebem o mesmo tipo de educação.

Torna-se compreensível que este modo distorcido de encarar as diferenças tem gerado, historicamente, sérios processos de exclusão no campo educacional. Percebemos, ao longo de nossas experiências educacionais que a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas fabrica sujeitos, suas identidades em meio a relações de poder, tornando este, um espaço disciplinar e normalizador.

Vejamos o que diz Louro, (1997, p. 57):

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Dessa forma, a escola ao longo do tempo separou os indivíduos utilizando-se de mecanismos de classificação: adultos e crianças, ricos e pobres, meninos e meninas. Seu ambiente foi constituído para acolher somente alguns, e não todos; no entanto, manifestações pelo acesso irrestrito à escola, assim como modificações nos regulamentos e currículos, têm sido organizadas para que as diferenças sejam repensadas e reduzidas.

A sexualidade encontra-se, portanto, sujeita ao discurso de uma pedagogia tradicional que se encarrega de “[...] reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais conectadas com o tipo de sociedade na qual os indivíduos estão inseridos.” (MENEZES, 2012, p.12). Deste modo, trata-se de uma forma de regulação social que tem funcionado no sentido de manter tipos de regulação social, como também manter espaços de segregação de gênero e sexualidade. Concordamos com Britzman (2001, p.61), quando apresenta que:

o que acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor deve ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ser ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria? Quando os professores pensam sobre a sexualidade,/ o que é que eles pensam? Que tipo de conhecimento poderia ser útil para seu pensamento? Existe uma posição particular que se deveriam assumir quando se trabalha com o conhecimento da sexualidade? Quais são as relações entre nosso conteúdo pedagógico e as interações que temos com os alunos e as alunas?

Muitas dúvidas relatadas acima por Britzman (2001) ainda permeiam em meio docente. Para muitos, a opção em não adentrar nas discussões de cunho sexual pode ser apoiada pela inexistência da temática nos currículos escolares, sendo favorecida inclusive pela ausência da temática nos seus cursos de formação inicial e continuada.

Neste contexto, que a educação exerce um papel determinante é necessário discutir sobre formação docente, trazendo a tona uma temática sempre tão discutida, mas cheia de entraves, que parecem não ser superados com o passar do tempo, mesmo com tanta reflexão. Consideramos que a formação do professor é um dos itens de maior influência na promoção de uma educação de qualidade.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Pimenta (1997) nos traz uma leitura muito interessante sobre a formação de professores, que cabe destaque, principalmente na discussão que levantamos neste trabalho. A autora ressalta a necessidade que a formação inicial e continuada de professores tem de ser repensada, porém, para que seja realizada essa ação é necessário analisar as práticas pedagógicas e docentes, pois estas devem ser o ponto de partida e chegada de qualquer formação. Gauthier (1998) reitera que vários são os saberes que são mobilizados para que o professor possa realizar seu trabalho. Tais saberes formam um reservatório, no qual o professor se fornece para responder as situações concretas de ensino.

Com o empobrecimento, ou mesmo, com a formação deficiente em relação a gênero e sexualidade na escola, tem causado tanto discentes quantos docentes prejuízos por vezes irreparáveis, na medida em que não são proporcionados momentos de reflexão, principalmente nos cursos de formação inicial e na escola, que para muitos é o único local de acesso a informações e a construção de conhecimento.

Assim, situações como a descrita acima, são comuns e reincidentes na escola e fazem com que as “fugas da discussão” acabem sendo percebidas, pelos alunos e alunas como forma de intransigência pedagógica ou como espelho do despreparo docente para trabalhar a temática que nas palavras de Silva (2011) são percebidas como “fantasmas na escola”, conforme discutidos a seguir.

De quê fantasmas estamos falando?

Acreditamos que existe grande resistência na maioria dos/as professores/as em refletir sobre as questões de gênero e sexualidade na escola. Enquanto as discussões acadêmicas alcançam um nível teórico-conceitual cada vez mais sofisticado, nas escolas a concepção de que as masculinidades e as feminilidades são construções culturais ainda é uma concepção distante.

A escola trabalha diretamente sobre a vida da criança transformando em conhecimentos curriculares, formalizados pela escola. Os docentes, segundo Furlani

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

(2011) atuam em um processo educativo que, quer queiramos ou não, contém consciente e/ ou inconscientemente, valores, afetos, condutas e prescrições impregnados da maneira como as pessoas sentem, concebem e vivenciam a sexualidade e gênero.

Quando se trabalha sexualidade e gênero em sala de aula, não sabendo o que dizer, os conceitos são difundidos sem embasamento teórico. Através de nossas experiências educacionais, percebemos o quanto as temáticas que envolvem sexualidade e gênero são marginalizadas, equivocadas e distorcidas. Na maioria das vezes, passam despercebidos sem uma reflexão por parte do/da educador/ra que as percebe apenas quando “algumas” das expressões da sexualidade e gênero chegam a incomodá-lo. Entretanto, é preciso:

[...] recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, p.26).

Segundo Mott (1998), os estudos sobre sexualidade e gênero tendem a ser “menosprezados” dentro do espaço acadêmico e escolar. Muitos seriam os motivos que explicariam o descaso dos/as professores/as e pesquisadores em relação ao tema, dentre eles, o fato destes estudos serem encarados como tabu dentro da cultura ocidental cristã e a dificuldade em abordá-los devido à diversidade de opiniões que eles geram.

Ainda encontramos tabus, preconceitos e relutâncias em discuti-los. Desta forma, destacamos que, “[...] é possível que os sexos’, as sexualidades’ e ‘os gêneros’, se tiverem que ser abordados no contexto escolar, para muitos professores, professoras, direção, pais e mães, se constituam em verdadeiros bichos-de-sete-cabeças” (Furlani, 2011, p. 283).

Surgem então os “fantasmas”, metáfora tão bem representada pelo poema a seguir, escrito por Silva (2011, p. 20-21):

TEM “FANTASMA” NA ESCOLA

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Sexo?! Sexualidade?! Relação Sexual?!

Que fantasmas são estes?

Que a tanta gente vem assustar.

*Sexualidade na Escola vem provocar,
muita tensão e mal estar.*

*Dizem que é melhor então,
dessa discussão se resguardar.*

*Hoje, com toda a modernidade,
quando se fala em sexualidade,*

muitos apresentam dificuldade.

*Contudo, lembre-se querida professora
a mídia demonstra facilidade,
quando se trata de apelar pra sensualidade.*

*Mais difícil ainda é associar,
Sexualidade ao prazer e à vida.*

*Quando se fala em Educação Sexual,
só o biológico e o reprodutivo vão enfatizar,
ou funções de sentinela irão executar.
Quanto ao psicossocial e ao cultural,
são deixados noutro lugar.*

*A criança tem curiosidade,
quer responder a sua inquietação.*

*Se na família,
o diálogo é preciosidade,
é na Escola que terá oportunidade,
de complementar sua educação.*

*Nos PCN's é Tema Transversal,
além de ser fator universal.*

Freud já dizia:

“Sexo é coisa natural”.

Então, por que será?

Que esse tema é tão difícil de falar?

*Por isso, minha querida professora,
preste muita atenção!*

*Você precisa superar essa limitação,
e exercer sua função,
para poder contribuir,
para o futuro da Nação.*

*Na Idade Média era pecado mortal,
sentir prazer na relação sexual.
A satisfação só podia ser espiritual.
Somente pra reprodução sexo era vital.
Assim foram-se criando,
mitos, tabus, preconceitos
e concepção moral.*

Só não esqueça de uma coisa:

*“Anatomia é destino”, dizia Freud,
mas isso é só casualidade.*

*É preciso também apreensão,
do conteúdo básico da sexualidade:
amor, respeito, valor e afeição.
Que devem ficar pra posteridade.*

A leitura da metáfora utilizada nos permite concordar com a autora, quando considera que:

[...] na escola, essas questões são de difícil abordagem, entretanto, ao mesmo tempo, aguçam e estimulam desejos e prazeres de um mundo pouco explorado e “ignorado” por muitos. Ao refletir sobre as temáticas “sexo”, “sexualidade” e “gênero” podemos percebê-las como fantasmas curriculares – assim com todo e qualquer assunto marcado pela polêmica, pela normalização, pelo olhar moral, pela regulação social (SILVA, 2011, p. 21).

O fórum 3 no módulo intitulado: “Educação para Sexualidade”, pedia para que os /as cursistas fizessem a leitura dessa poesia, refletir sobre o porquê do uso da metáfora “fantasma” para tratar do sexo, sexualidade e relação sexual, e em seguida, deviam fazer um comentário, destacando suas opiniões sobre a questão, sugerindo alternativas para o trabalho em sala de aula.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Os/as cursistas em sua grande maioria professores/ras da rede pública de ensino, atuando na educação básica, assim responderam:

“Sobre educação sexual muito se fala e pouco se faz. As escolas em geral, públicas e particulares, ainda estão longe de colocar em prática a grande discussão que há em torno do assunto. Quando estas trabalham esse tema nas escolas desenvolvem a temática aids e doenças sexualmente transmissíveis (DST). As dificuldades começam no despreparo dos professores, passam pelo medo dos pais, pela cultura sexista... Para estar preparado é preciso mais do que ler, deve-se saber lidar com medos, tabus, preconceitos e fantasmas”. Infelizmente esse assunto sempre nos foi proibido, escondido e até mesmo nos colocaram medo e pavor usando vários termos linguísticos como “fantasma” para que nós crianças, adolescentes não falássemos sobre este tema, principalmente no meio das pessoas, por que era algo ruim, nojento e vergonhoso...” (Cursista R.B.S,T1SLZ).

“O termo “Fantasma” se refere aos assuntos relacionados a sexualidade que em muitas escolas não são contextualizados pois ainda existe muito preconceito em função do não conhecimento dessa temática dos gestores e educadores. Para se trabalhar esse conteúdo que é muito delicado o professor primeiramente deverá fazer cursos se capacitar para não fazer nada com que os educandos interpretem erradamente o conteúdo. Dá para usar notícias e reportagens, recortes de anúncios publicitários e trechos de comerciais, filmes, livros didáticos, jogos e brincadeiras, livros de histórias infantis relacionados a essa temática e programas de TV. É de suma importância ter em todas as escolas projetos, pois os alunos são bem curiosos...” (Cursista J.J.A.C,T1SLZ)

“...a autora do Poema “Tem fantasma na escola” problematiza temas como sexo, sexualidade, relação sexual, que assombram o espaço escolar por falta de informações, tabus, questões religiosas, preconceitos, mitos e concepção moral e conservadoras. Metaforicamente são sobrenaturais e fantasiosos, pois na concepção conservadora da heteronormatividade, esses assuntos não devem ser debatidos na escola. O sexo, prazer, sexualidade são fenômenos não reais, fantasias e sobrenaturais e, portanto, fechado para o debate ou reduzidos a tema trabalhados apenas na biologia e ciência dentro dos aspectos da reprodução e corpo humano...” (Cursista A.R, T1SLZ)

“A metáfora fantasma na escola nos mostram os tabus existentes no meio escolar a respeito dessas temáticas, vivemos em um mundo onde tudo avança a cibernetica, a ciência, a tecnologia, porém os fantasmas da convivência social ainda nos assombram ao longo da existência. O homem torna-se imponente a isto, não é capaz de vencer os preconceitos que estão arraigados na sociedade. Além do poder público, docentes e gestão escolar têm de estar atentos ao papel essencial que cumprem na formação dos cidadãos. Muitas vezes, é preciso colocar em xeque os próprios preconceitos para, de fato, mudar a realidade. Faz-se necessária uma auto-análise constante...” (Cursista M.L.J T1SLZ)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

“...no tocante a leitura da poesia “Tem fantasma na escola” é possível ver que é exatamente como o assunto sexualidade é tratado nas escolas. Muitos professores e gestores sabem da importância dessa temática mais preferem mantê-la “escondida” como de fato um fantasma que ninguém vê. Desta forma, vivemos em novos tempos, com novas tecnologias é preciso que exista discussões sobre sexualidade, é uma temática quase que urgente que precisa ser mostrada e não escondida.”(Cursista L.C.S.S SLZ1)

“...as crianças e jovens vivem com curiosidades que não são esclarecidas e acabam aprendendo de maneira errada sobre assuntos que diz respeito a sua intimidade. Apesar de ter políticas para ser trabalhado a sexualidade na escola, os professores ainda estão atrapalhados e acabam se omitindo em relação ao tema tão necessário aos alunos no que diz respeito a sua identidade sexual. É preciso que a escola ponha em prática o tema sexualidade, já que é uma das funções da escola preparar o alunado para uma vida social e com conhecimento para o mundo lá fora.”(Cursista C.F SLZ1)

“ O “despertar” da sexualidade, muito comum no dia-a-dia das escolas de educação infantil, provocam diversos conflitos, não só em relação à dinâmica escola/família, mas, sobretudo, em relação às respostas dos profissionais que são sempre pegos de surpresa e quase nunca se consideram preparados para lidar com as questões das crianças referentes à sexualidade. O fantasma aqui é criado pelo próprio professor, por ser resistente e carregar consigo suas convicções(que podem ser ressignificadas, se aberto ao novo)...”(Cursista M.F.B, T1SLZ)

O que observamos nesses comentários dos/das professores/as, é que escola se constitui em espaço de poder onde se fala em sexo e sexualidade, porém, valorizando-o como se fosse “O” segredo, falando do assunto de maneira (re)velada. A educação sexual escolar, quando acontece, geralmente no nono ano, devido fazer parte do conteúdo do livro didático de Ciências, apenas informa como se constitui anatomicamente a genitália feminina e masculina, suas funções biológicas e reprodutivas; destaca o uso de a prevenção da gravidez, das DSTs e da Aids. São questões que devem ser discutidas, mas não isoladamente, devendo ser associadas a uma análise crítica, questionadora e global.

Como a sexualidade é uma questão da própria sociedade, uma questão de cidadania, a educação sexual escolar deveria proporcionar uma reflexão voltada para as diferentes formas de manifestações da sexualidade humana e os lugares que estas manifestações ocupam na sociedade: o sexo, o prazer, o desejo, o medo,



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

as angústias, o corpo biológico, o corpo social, o corpo cultural, os sentimentos, a sensibilidade, os papéis e identidades sociais/sexuais.

É necessário conhecer a perspectiva histórica, social e cultural sobre a sexualidade humana para se analisar as questões atuais de forma crítica, e assim, se repensar o espaço da educação sexual escolar; refletindo e questionando preconceitos, tabus, interditos e valores postos que, numa concepção foucaultiana, foram construídos e acumulados, em discursos nos últimos séculos.

Considerações Finais

Compreendemos o silenciar, o omitir, o proibir, como formas de reprimir a/s manifestações da sexualidade e gênero no espaço escolar, além de proporcionar algum prejuízo pessoal a outrem, ou mesmo um problema social, pois, o conhecimento e o controle que uma pessoa tem de seu corpo, de sua sexualidade, norteia suas relações com a sociedade, delineando inclusive o seu papel como cidadão e cidadã na sociedade. Os/as professores/ras que não conseguem se libertar dessas dificuldades acaba por refletir na eficiência de seu trabalho, necessitando, estar atento.

Nesse sentido, para que a/o professora (or) possa desenvolver um trabalho que leve em conta a educação sexual na escola, precisa refletir acerca de sua própria sexualidade, precisa trabalhá-la, rever seus próprios valores, conceitos, tabus, entre outros. E, isso, não apenas a nível racional, mas ao nível do emocional. Isso porque as/os professoras (es) possuem suas próprias limitações, medos, vergonha, conflitos, ou seja, suas próprias representações, construída a partir da diversidade e das contradições sociais.

Ainda há nos cursos que formam professores/as, nas universidades e nas faculdades de educação, certo mutismo sobre a questão. Pedagogas/os e professoras/es não se colocam como interlocutores com outros profissionais que de alguma forma falam sobre sexualidade. Dessa maneira, há omissão em refletir sobre uma das mais antigas e importantes formas de expressão humana – a sexualidade.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Referências

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 61-92.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 19.ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Alburqueque e J. A. Guilhon Alburqueque. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula**: relações de gênero, orientação sexual, e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma Teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí (RS): Unijuí, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Guacira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MENEZES, M. L. de. **Educando para diversidade**: uma questão de direitos. Sergipe: J. Andrade, 2012.

MOTT, L. **Homofobia**: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Salvador: Grupo Gay da Bahia: International Gay and Lesbian Human Rights Commission, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: saberes da docência e identidade do professor, 1997. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/50/46> Acesso em 01 fev 2018.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar**. São Luís, MA: EDUFMA, 2011.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: uma análise do projeto pedagógico do curso de Pedagogia do CESI/UEMA¹⁸

Autora: Jaqueline da Costa Barros¹⁹

Coautor: Jónata Ferreira de Moura²⁰

Resumo: Este trabalho discute a Educação Sexual no curso de Pedagogia do CESI/UEMA a partir da análise dos três últimos projetos pedagógicos do curso. Teve como objetivo analisar os impactos da ausência ou existência da abordagem sobre educação sexual no ambiente escolar, baseado na análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia do CESI/UEMA referentes aos anos de 2008, 2012 e 2013, buscando elementos que dão atenção a educação sexual no curso de formação de professores. Os resultados mostram que os projetos referentes aos anos 2008 e 2012 apresentam uma disciplina que possui elementos da temática educação sexual, porém o projeto atual (2013) não apresenta nenhuma disciplina que aborde o tema, nem discussões correlatas. O trabalho mostra ainda que as disciplinas que abordavam a educação sexual aparecem no núcleo livre do curso, como disciplinas optativas, assim, os futuros professores podem sair do curso sem “preparo” inicial para lidar com a temática sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual. Formação de Professores. Projeto Pedagógico.

Introdução

A abordagem de questões envolvendo a sexualidade no ambiente escolar é de suma importância não só para os alunos, mas também para os professores. Assim, faz-se necessário que durante sua formação acadêmica o professor tenha acesso a estudos que envolvam a temática, pois durante sua prática educativa terá de lidar com manifestações de sexualidade dos alunos, uma vez que estas são inerentes ao ser humano. Este artigo é uma continuidade de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia defendido em janeiro de 2014. Tal estudo permitiu analisar um projeto de mediação pedagógica numa escola da rede municipal de Imperatriz/MA (BARROS, 2014). Agora, voltamos nossos olhares para a formação

¹⁸ Pesquisa fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2014.

¹⁹ Professora de educação infantil na EMEI Jair Rosignoli - Imperatriz-Ma, e-mail: jaqueline.barros22@live.com

²⁰ Mestre em Educação e professor da Universidade Federal do Maranhão (CCSST/UFMA) e-mail: jonatamoura@hotmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

acadêmica do estudante de Pedagogia do CESI/UEMA²¹ analisando os Projetos Pedagógicos do Curso. Assim, este artigo é fruto de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que foram usados documentos como fonte de dados.

O objetivo é analisar os impactos da ausência ou existência da abordagem sobre educação sexual no ambiente escolar, baseado na análise dos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia do CESI/UEMA referentes aos anos de 2008, 2012 e 2013, buscando elementos que dão atenção a educação sexual no curso de formação de professores.

Todo Projeto Pedagógico é um instrumento de concepção de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação no Brasil e direcionam a formação de seus futuros profissionais. Neles podemos visualizar a concepção de mundo, humano e de conhecimento que o curso possui.

O Projeto Político Pedagógico foi utilizado como instrumento de levantamento de dados, por contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso de Pedagogia, assim como a sua estrutura, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e tudo quanto se refere ao desenvolvimento do curso, desde que obedecidas às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo MEC.

O método de análise dos dados foi a análise documental, pois consiste na busca de informações em documentos. Para este trabalho esse método foi o mais viável, por conta da precisão nas informações, acesso rápido e fácil aos dados.

A seguir, discutimos sobre a sexualidade e suas implicações na vida dos indivíduos, bem como a inserção dessa temática no ambiente escolar; por seguite analisamos os três últimos projetos do curso de Pedagogia da CESI/UEMA; por último mostramos de forma sintetizada os resultados da pesquisa, discutindo os impactos da existência ou não de discussões sobre sexualidade no curso de Pedagogia do CESI/UEMA.

²¹ Atualmente a Universidade tornou-se UEMASUL- Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, criada pela Lei nº 10.525, de 3 de novembro de 2016.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Uma Discussão Inicial Sobre Sexualidade e Orientação Sexual

Muitas são as dimensões que compõem a formação do ser humano, e uma delas é a sexualidade. Ela faz parte da construção do indivíduo como ser social, cultural e político, e não é algo pronto e definido, é construída de variados modos, sofrendo influência dos mais distintos meios: família, escola, mídia e etc.

A sexualidade é uma dimensão que integra a identidade pessoal de cada indivíduo, mas é originada, afetada e transformada pelo modo como valores sociais sistematizados em códigos culturais organizam a vida coletiva em diversas sociedades e momentos históricos. (SILVA, 2011, p. 17).

Um longo caminho foi percorrido até que a sexualidade deixasse de ser abordada apenas pelos aspectos biológicos e naturalistas para ser entendida numa dimensão social e política. Um dos motivos para que a sexualidade fosse um assunto não público era a crença de que assuntos referentes a ela devessem ser tratados pela família.

Na década de 1990 a educação sexual ganhou novos olhares tornando-se evidente no âmbito escolar. Só que sua inserção na escola ganhou um caráter de orientação sexual, sendo um tema transversal dos Parâmetros Curricular Nacional (PCN-1997). A inserção do tema no currículo tinha como objetivo inicial combater o alarmante número de casos de AIDS no Brasil e também evitar a gravidez indesejada entre adolescentes, pois “A incidência de adolescentes entre 10 e 14 anos grávidas no Brasil aumentou 7,1% entre 1980 e 1995. Atribui-se à escola a função de contribuir na prevenção dessa doença e dos casos de gravidez.” (ALTMANN, 2001, p. 579).

Dessa maneira, a escola como lugar onde grande parte de adolescentes e jovens passam boa parte de suas vidas, precisou articular o conhecimento de forma que atendesse às necessidades da sociedade e aos anseios dos alunos no que diz respeito à sexualidade. Foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) para garantir aos professores subsídio para conhecer algo acerca da sexualidade e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

assegurar aos alunos o acesso às informações e conhecimentos sistematizados sobre sexualidade de forma que os estimulassem a refletir sobre sua importância na vida de cada um.

Só que parece que esqueceram de avisar os professores sobre a existência da temática sexualidade, pois durante sua formação acadêmica e permanente, grande parte, senão todos os estudantes de licenciatura e professores, não sabiam como lidar com a temática e tampouco como reagir perante manifestações de sexualidade de seus alunos e/ou futuros alunos.

Por isso, entendemos como importante investigar o currículo do curso de Pedagogia, visto que este curso é o que legitima a pessoa a atuar como professor da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A seguir, analisamos os currículos do curso de Pedagogia do CESI/UEMA.

A Educação Sexual e o Curso de Pedagogia do CESI/UEMA: impactos na formação de futuros professores

No CESI/UEMA, o curso de Licenciatura em Pedagogia foi implantado em 2004 e, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2012, p. 06),

[...] propiciará aos futuros pedagogos uma formação cultural e científica possibilitando-os a apropriação da cultura produzida historicamente em suas manifestações cotidianas (o dia-a-dia do senso comum) e não-cotidianas (a ciência, a filosofia e a arte) para que, por sua vez, forme cidadãos participantes em todas as instâncias da vida contemporânea, o que implica articular os objetivos convencionais da escola às exigências postas pela atual sociedade.

O curso de Pedagogia do CESI/UEMA deve formar pedagogos capazes de relacionar os conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade com a realidade social que presencia. A sexualidade se apresenta como inerente a vida social e individual, assim faz parte da realidade de todos, por isso deve estar

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

inserida no processo de transmissão dos conhecimentos científicos, motivo este que levou à inserção da temática como tema transversal no currículo nacional por meio dos PCN (1997).

De acordo com estudos realizados pela Fundação Oswaldo Cruz, entre julho de 1999 e fevereiro de 2001, 32,5% das mães que engravidaram na adolescência estudaram no máximo, até a quarta série do ensino fundamental. (ALTMANN, 2001).

Desse modo, é necessário que as adolescentes que se encontram nas escolas tenham espaços para conversarem e tirarem suas dúvidas sobre sexualidade e ainda aprender maneiras de como se prevenir contra a gravidez indesejada e a infecção pelas DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A autora discorre sobre isso afirmado que

A escola é apontada como um importante instrumento para veicular informação sobre temas de evitar a gravidez e se proteger de doenças sexualmente transmissíveis, chegando-se a ponto de afirmar que quanto mais baixa a escolaridade, maior o índice de gravidez entre adolescentes (ALTMANN, 2001, p. 575).

Se a escola é apontada como principal local para a promoção da orientação sexual, é preciso que o professor dentro desta instituição esteja apto a realizar o trabalho de educação sexual. Pois, não é somente o trabalho de prevenção contra gravidez indesejada ou DST, mas discutir o respeito ao corpo do outro e ao seu próprio; as relações de carinhos entre namorados e/ou amigos; o respeito à decisão de uma mulher em não querer ser tocada, ou não ser mãe, de um homem querer ter outro homem como seu namorado, ou não querer jogar futebol, dentre outras coisas.

Encontramos nos objetivos específicos dos Projetos Pedagógicos de 2008, 2012 e 2013, um que determina: “Desenvolver, na escola, práticas pedagógicas experiências curriculares fundamentadas em princípios democráticos e no respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, de modo a contribuir na superação dos processos de seletividade e exclusão” (UEMA, 2012, p. 14).

Com este objetivo, o curso propõe-se a formar pedagogos que tenham a capacidade de lidar e contribuir com o respeito às diferenças sexuais e a superação da exclusão que tais diferenças ainda causam ou podem causar. Uma vez que,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

ainda há na nossa sociedade modelos fortes de comportamento e vivências de sexualidade, cristalizados por meio de normas e práticas naturalizadas que permeiam os mais variados ambientes, como esclarece Louro (2008, p. 22): essas normas “se expressam por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente que servem de referência para todos. Daí, por que a norma se faz penetrante, daí por que ela se faz naturalizar”.

Práticas preconceituosas e normativas naturalizadas podem atenuar estereótipos e desigualdades dentro do ambiente escolar, “[...] o desafio para educadoras e educadores é adotar um olhar reflexivo sobre esses preconceitos e as situações de desigualdades que eles geram, para ser capaz de abordar tais questões na sala de aula” (GDE, 2009, p.114).

Os futuros pedagogos devem estar preparados para lidar com práticas naturalizadas, para auxiliar os alunos a entenderem mais sobre sua sexualidade e o respeito à identidade sexual dos colegas, tal identidade se refere a “[...] duas questões diferenciadas; por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações”. (GDE, 2009, p.112).

Analizando os três últimos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia da CESI/UEMA, e apoiando-nos na premissa de que o curso tem como um de seus objetivos formar pedagogos que desenvolvam atividades fundamentadas no respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, é preciso oferecer formação inicial necessária para que o futuro professor se aproprie de tal conhecimento e técnicas pedagógicas.

Buscamos nos projetos algum componente curricular que ofereça essa formação inicial e encontramos no projeto de 2008 a disciplina “Educação e Gênero”, que abordava conteúdos relativos a “Relações de Gênero e Educação. Trabalho, educação e Gênero” (UEMA, 2008, p.41). O ementário da disciplina não cita a temática sexualidade, volta-se mais para discussões sobre gênero, porém essas duas categorias mesmo sendo diferentes relacionam-se de forma intrínseca,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

pois o sexo, um dos elementos que compõem a sexualidade humana refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto gênero significa dizer que “[...] homens e mulheres são produtos da realidade social e não da decorrência da anatomia de seus corpos” (GDE, 2010, p. 43). Acreditamos que falar de gênero requer falar sobre sexualidade, uma vez que as construções de gênero são feitas sobre corpos sexuados.

O projeto foi modificado em 2012 conservando os mesmos objetivos do anterior, porém alterou a estrutura curricular do curso excluindo e substituindo algumas disciplinas. Dentre tais disciplinas, Educação e Gênero foi substituída por Educação Sexual, que abordava a “Sexualidade numa dimensão histórico-filosófica e seus desdobramentos educacionais, emocionais, sociais, construídos nas relações de poder e aspectos da prevenção das DST-AIDS” (UEMA, 2012, p. 61). Percebemos que o ementário é compatível com as orientações do PCN (1997), e com as discussões atuais sobre a sexualidade, que giram em torno de sua construção histórica e social.

As abordagens sugeridas pelo ementário fazem-se fundamentais na formação inicial do professor, pois os desafios referentes à sexualidade e educação estão postos, e para superá-los ou amenizá-los o conhecimento científico é imprescindível, baseando-se nas teorias, estudos e pesquisa é que os professores serão capazes de adotar uma prática que valorize as individualidades de cada aluno. Mesmo assim, a disciplina foi excluída do curso de Pedagogia da CESI/UEMA após a unificação curricular pela qual a instituição passou, definindo um currículo único para todos os campus em 2013.

Durante a definição do novo currículo, feita por meio de reuniões com os diretores de curso da instituição, concluiu-se que a disciplina deveria ser retirada, tal fato nos leva a refletir sobre os motivos que levaram a exclusão da mesma. Seria por conta da falta de professores capacitados para ministrar a disciplina? Ou mesmo uma tentativa implícita de silenciar tais discussões, com a desculpa de que não falando sobre sexualidade ela certamente não adentrará o ambiente escolar? Quais

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

os reais motivos para exclusão da disciplina e da temática do currículo do curso de Pedagogia do CESI/UEMA?

Desde 2013 até o momento o que se tem é um total apagamento no curso de Pedagogia da CESI/UEMA sobre a temática. Não há mais nenhum componente curricular que aborde questões referentes a gênero e sequer sexualidade no currículo do curso. Vale ressaltar que o projeto atual (2013) ainda contém o objetivo específico que diz que o curso deve formar Pedagogos capazes de

Desenvolver, na escola, práticas pedagógicas experiências curriculares fundamentadas em princípios democráticos e no respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, de modo a contribuir na superação dos processos de seletividade e exclusão. (UEMA, 2013, p.14).

Há então uma contradição entre o que o objetivo orienta e o que realmente acontece, visto que para atendê-lo seria necessário algum elemento no currículo do curso que forneça essa formação para o respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais, bem como sua superação da exclusão que os minorizados sofrem. Porém, não há nenhum elemento no currículo que atenda a este objetivo específico do curso de Pedagogia do CESI/UEMA.

Durante as análises, outro fato que chamou a atenção é que as disciplinas Educação e Gênero e Educação Sexual apareciam no núcleo livre do curso, que de acordo com o documento,

Este Núcleo tem como objetivo oferecer um elenco de disciplinas que contribuirão para o enriquecimento do processo formativo pela escolha do aluno. É a possibilidade de o aluno escolher estudos na forma de disciplinas optativas oferecidas dentro do curso. Dentro de um elenco de disciplinas o aluno escolherá duas a serem cursadas. (UEMA, 2012, p. 24).

As disciplinas não faziam parte do núcleo comum nem do núcleo específico, eram oferecidas caso os alunos optassem pelas mesmas. Tal situação traz algumas implicações para a formação acadêmica do futuro professor, uma vez que o trabalho

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

de educação sexual é importante na educação básica e, seria fundamental que nos cursos de formação acadêmica de professores a disciplina que tratasse da temática fosse oferecida no núcleo específico, pois o próprio PCN (1997, p. 303) recomenda: “É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema”. E se o núcleo específico tem como finalidade

[...] proporcionar-lhe [ao futuro professor] um corpo de conhecimentos capaz de assegurar o domínio dos conteúdos das diferentes áreas em que ele deverá atuar na escola, associados às metodologias específicas, de modo a instrumentalizá-lo para efetuar a mediação didática dos conteúdos e conhecimentos científicos e culturais, numa abordagem voltada para a aprendizagem crítica e significativa destes conteúdos por parte dos alunos [...] visa, também, a apropriação de conhecimentos que permitam planejar, executar e avaliar projetos educativos, contribuir na construção da autonomia da unidade escolar, no planejamento didático, na dinamização do projeto curricular e no projeto político-pedagógico da escola, na investigação e diagnóstico dos problemas postos pela prática pedagógica e nas propostas de intervenção para solucioná-los, desenvolvendo ações que visem aproximar escola, família, e comunidade. (UEMA, 2013, p. 23-24).

Por que razão a disciplina não deveria estar no núcleo comum ou específico? O fato da disciplina estar no núcleo livre implica alguns questionamentos, como por exemplo: Será que os alunos têm acesso a lista de disciplinas optativas oferecidas pelo curso ou elas são ofertadas de acordo com a disponibilidade de professores? O curso visa à formação corpo e mente ou faz claramente a separação corpo e mente ao priorizar os aspectos cognitivos a despeito dos aspectos do comportamento humano?

A busca por uma postura profissional consciente é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo professor, o trabalho de educação sexual não é uma tarefa fácil, por ser um tema ainda polêmico, é mais cômodo silenciar tais questões. Entretanto “O educador deve reconhecer como legítimo, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento”. (BRASIL, 1997, p. 302).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Contudo, sabemos do grande conservadorismo que cerca a temática e se faz presente até hoje no discurso de muitas pessoas, inclusive alguns professores. Tal atitude pode fazer com que estes professores encarem manifestações de sexualidade como algo anormal e transmitam seus “[...] valores com relação a sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos”. (BRASIL,1997, p.123). Tendo um discurso de base conservadora ou até mesmo preconceituosa, o professor acabará influenciando na visão dos alunos sobre qualquer que seja o tema. Assim sendo, faz-se necessário um processo de desconstrução e rompimento com o preconceito e conservadorismo que estão impregnados e naturalizados na nossa sociedade.

Os Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia do CESI/UEMA revelam que havia uma disciplina que abordava a sexualidade no ambiente escolar, mesmo sendo optativa. Atualmente não são mais oferecidas, ocasionando aos futuros professores maiores dificuldades com a temática, do que já possuem, pois as manifestações da sexualidade no ambiente escolar e suas implicações sociais, culturais e biológicas na formação da identidade dos seus alunos são visíveis no dia a dia do chão da escola, como afirma Louro (2010, p.131 grifos do original)

As questões referentes à sexualidade *estão*, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula assumidamente ou não, nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes.

Entendemos que a ausência de discussões e reflexões sobre a temática durante o curso de formação de professores pode acarretar muitas consequências negativas, tanto para a prática do professor, quanto para o aprendizado e desenvolvimento de seus alunos.

Diante do exposto, afirmamos ser de fundamental importância o trabalho de orientação sexual na escola, e mais importante ainda que o professor esteja preparado para este trabalho. Essa preparação deverá ser feita, inicialmente, no



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

curso de formação, pois é nesse momento que o futuro professor se apropriará do conhecimento e discussões sobre o tema, assim durante seu exercício docente poderá ter subsídios para refletir com seus alunos sobre a importância da sexualidade na formação da identidade humana, os cuidados consigo e com outro e produzir situações que desconstruam mitos e crenças naturalizadas.

Conclusão

Observamos que os três últimos Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia do CESI/UEMA (2008, 2012 e 2013) citam que o profissional pedagogo deve ser capacitado para trabalhar com diferenças étnicas, sócias, de gênero e sexuais, porém somente os projetos de 2008 e 2012 apresentam disciplinas que oferecem essa capacitação, ainda assim, visa componentes curriculares do núcleo livre. O projeto atual (2013) não oferece nenhuma disciplina quanto à temática.

Diante de tal situação endossamos nossos questionamentos: Por qual motivo a temática foi excluída do projeto do curso? Estaria o curso enfocando os aspectos cognitivos em detrimento de outros, tão importantes quanto? A nosso ver, a exclusão da temática do componente curricular do curso traz mais perdas do que ganhos para os futuros professores que já trazem do cotidiano informações desencontradas e naturalizadas sobre sexualidade e suas manifestações no espaço escolar e não escolar.

Entendemos que este trabalho não é um caminho para pensar a sexualidade nos cursos de formação de professores, e temos consciência que ele não traz todas as respostas sobre a temática, visto que não foi esse o foco da pesquisa. Nossa intenção é contribuir com a discussão e tentar, de um olhar de quem foi estudante do curso, levar à tona a temática educação sexual no currículo do curso de Pedagogia do CESI/UEMA.

Referências

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.** v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ (CESI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Imperatriz, 2008. 63 p.

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ (CESI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Imperatriz, 2012. 63 p.

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE IMPERATRIZ (CESI). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Imperatriz, 2013. 63 p.

BARROS, J. **A orientação sexual no ambiente escolar**: desmistificando ideias e tabus por meio de um projeto de mediação pedagógica. 2014. 62 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)-Departamento de Educação, Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, Imperatriz. 2014.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA (GDE): formação de professoras/ES em Gênero, Orientação Sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. - Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 , p. 17-23, maio/ago. de 2008.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

INFÂNCIA EROTIZADA E A EXPRESSÃO DA SEXUALIDADE NA SALA DE AULA: dizeres e fazeres de professoras

Autora: Emanuella Silva Silveira²²

Coautora: Sirlene Mota Pinheiro da Silva²³

Resumo: Este trabalho trata-se de um recorte da monografia de final de curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e aborda a sexualidade na prática docente em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da UEB Alberico Silva. Objetiva analisar situações que envolvem a sexualidade na sala de aula e como as professoras tratam as questões, identificando fatores voltados à erotização infantil e que influenciam no desenvolvimento da sexualidade das crianças. Inicia-se com levantamento bibliográfico e produções de autores/as como: Foucault (1988), Louro (2000), Furlani (2007, 2009), dentre outros/as. Como instrumento para coleta dos dados realizou-se entrevista semiestruturada com cinco professoras do ensino fundamental. Foi possível perceber que as docentes se sentem inseguras em relação às questões que envolvem a sexualidade na sala de aula e que os mitos e tabus referente à sexualidade e impostos historicamente pela sociedade, também influencia na prática docente, além de a escola também negar o debate de assuntos relacionados a essa temática.

Palavras-chaves: Sexualidade. Erotização Infantil. Prática Docente.

INTRODUÇÃO

Diante das grandes mudanças tecnológicas e das diferentes fontes de informação, sendo que muitas destas apelam à sensualidade e à erotização, as crianças de hoje, que cada vez mais utilizam essas tecnologias e diferentes mídias, também têm acesso a qualquer assunto que incentivam a erotização infantil a partir de conteúdos que apresentam apelo sexual.

²²Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA / São Luís- MA/ E-mail: mannu2916@hotmail.com

²³ Orientadora da Monografia. Professora Adjunta do Departamento de Educação I e do PPGEEB da UFMA. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do GESEPE e do Curso GSE. E-mail: sirlene.ufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir das dificuldades em que discentes em processo de formação, a exemplo as/os do Curso de Pedagogia, apresentam em abordar assuntos relacionados à temática sexualidade na sala de aula. Isso foi percebido tanto durante os estágios do curso, quando vivenciávamos expressões da sexualidade das crianças e que nem as professoras das turmas, nem nós estagiárias sabíamos como lidar, quanto durante a pesquisa monográfica realizada na disciplina de Pesquisa Educacional II, momento no qual foi estudado a temática “A sexualidade na prática docente”, e que percebemos as inquietações das professoras em tratar deste assunto, principalmente por uma professora do 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, quando relatou que aconteciam muitos casos voltados às questões da sexualidade na sala dela, destacando ser importante a existência de mais estudos e pesquisas relacionadas a este tema, bem como cursos de formação continuada para professores.

Percebemos certa evolução nas discussões desse tema desde os anos finais do século XX, tornando-se assunto menos secreto e cada vez necessário nas escolas, isto porque, as crianças estão tendo cada vez mais acesso a essas informações através dos meios de comunicação que mostram um apelo sexual, entre outras mídias que acabam facilitando o acesso das crianças a esses tipos de informações. Isto posto, o presente, estudo buscou responder o seguinte problema: Como o/a professor/a lida com as manifestações/expressões da sexualidade na sala de sala de aula, considerando aspectos voltados à erotização, apresentadas em diferentes mídias?

Como forma de responder a esse questionamento, objetivamos compreender aspectos que conduzem à mistificação da sexualidade pelas professoras identificando suas ações diante de situações que envolvem a erotização infantil e a sexualidade em sala de aula. Este trabalho vem tratar ainda dos mitos, tabus, que cercam as questões relacionadas à sexualidade na prática docente, fazendo assim uma análise da prática docente dos/das professores/as de uma escola de São Luís.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

SOBRE A SEXUALIDADE E A SEXUALIDADE INFANTIL

A sexualidade na atualidade continua sendo tratada como algo privado, particular tanto no campo social, como no contexto escolar, pois como se sabe, ela é carregada de mitos e tabus historicamente. Para compreendermos a questão, percebemos ser importante incialmente conceituarmos e caracterizarmos a sexualidade e a sexualidade infantil.

Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, compreendida como uma invenção social, na medida em que vai se constituindo pela história e sendo vivenciada por meio de múltiplos discursos acerca do sexo que buscam regular, normatizar e trazem o pensamento de produzir verdades. Com isso “Foucault (1988) contextualiza a sexualidade como um aparato histórico, uma “concepção social” criada por linguagens, procedimentos e instituições que se encontram em deliberado tempo e espaço histórico” (NOGUEIRA, et al., 2016 p 320). Em outras palavras o autor citado chega à conclusão que “a sexualidade é produzida ao longo da história”.

Ao discutir sobre sexualidade quase sempre vão remeter-se as mistificações, tabus e preconceitos que acompanha esse assunto historicamente. De acordo com Louro (2000) a sexualidade e o sexo como se dizia, parecia não ter nenhuma dimensão social, pois eram tidos como um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. Ela ainda afirma que existe a ideia de encarar a sexualidade como algo natural que todos os seres humanos possuem “naturalmente”.

Compreendemos que lidar com a sexualidade, não se trata de apenas ser uma questão pessoal, mas também política e social, algo que aprendemos ao longo de nossas vidas assim a sexualidade é algo que todos nós possuímos naturalmente. Conforme Louro, (2000, p. 8):

[...] compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão social, mas é social e política. [...] a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

todos os sujeitos. [...] Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. [...] A sexualidade seria algo “dado” pela natureza inerente ao ser humano.

No que se refere à discussão sobre sexualidade no ambiente escolar, percebemos que a professora e o professor trazem consigo muitas dúvidas, visto ser esse um assunto “polêmico” que às vezes causa certo constrangimento a quem não está preparada/o para lidar com esse assunto, ainda considerado um tabu. No entanto, as escolas deveriam estar mais preparadas para que fossem incluídas nas disciplinas discussões e esclarecimentos de dúvidas que permeiam a sexualidade, mesmo sendo este um assunto cercado de mitos e tabus conforme discutidos neste estudo.

A sexualidade se faz presente durante toda a vida do indivíduo, mas devido a ser um assunto que não é dado tanta atenção, principalmente na infância, entretanto, acaba passando um conceito de forma errônea, principalmente pelo fato que tratar sobre esse assunto com crianças está evoluindo precocemente pelas vias dos meios de comunicação.

Como sabemos ao tratar das questões que envolvem a sexualidade da criança ainda é um pouco difícil, pois ela vem carregada de mitos, tabus, preconceitos que acompanham a sexualidade humana. Assim como, Zornig (2008) no seu artigo intitulado como “As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões”, afirma que:

A sexualidade das crianças é um tema difícil de ser abordado, pois apesar de Freud ter chocado a sociedade vienense cem anos atrás, ao propor a ideia de uma infância que se afastava da tradicional noção de pureza e de felicidade ímpar, trazendo à tona uma criança dotada de afetos, desejo e conflitos, ainda hoje temos dificuldade em aceitar a sexualidade infantil proposta pelo fundador da psicanálise. (p. 73).

Para alguns/mas, as manifestações de sexualidade expressas pelas crianças acabam sendo algo considerado algo feio, vergonhoso ainda mais que as mesmas são consideradas seres inocentes e puros. As crianças são seres “puros” e “inocentes” que não têm sexualidade a expressar, e as manifestações da

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

sexualidade infantil possuem a conotação de algo feio, sujo, pecaminoso, cuja existência se deve à má influência de adultos. (BRASIL, 1997).

Ao responder à questão, considerando o porquê de tantas proibições são afixadas ao corpo da criança, em suas análises, Louro (2000) destaca que Freud atribui a intolerância do adulto a respeito da sexualidade das crianças ao esquecimento por parte do adulto de sua própria sexualidade infantil. Diante disso, a sexualidade expressa na infância acaba sendo mal interpretada pelos adultos, com isso tornando difícil de ser trabalhada tanto na escola ou em casa, pois professores/as e pais não sabem conduzir a situação e nem quais ações devem realizadas a respeito. Com esta inquietação, a seguir discutiremos algumas noções voltadas ao sexo e erotização infantil, bem como ao tratamento de questões voltadas à temática nas escolas.

INFÂNCIA EROTIZADA E A EXPRESSÃO DA SEXUALIDADE NA SALA DE AULA

A infância por ser um período importante do desenvolvimento do indivíduo onde se desperta a curiosidade das crianças através da imaginação, como se sabe hoje em dia esses pequenos, estão cada vez mais, passando essa fase de uma forma acelerada. Como elas aprendem com tudo que vivenciam, observam, ouvem o que acontece ao seu redor, além das mídias que estão por todos os lados que acabam levando as crianças à erotização infantil, com isso despertando a sexualidade infantil. Segundo Valladares (2002 p 22) “Freud, foi o primeiro a constatar que a sexualidade infantil e juvenil apresenta um quadro distinto da sexualidade da pessoa adulta, e que o desenvolvimento psicossexual do indivíduo passa por fases desde o nascimento até a maturidade”. Desse modo, Brizman (2000, p. 91) reitera que:

[...] para a psicanálise, a sexualidade não começa na puberdade. Ela começa no início da vida, cedo demais para que a criança compreenda, mas, não cedo demais para a sensação de prazer. E as



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

crianças, eternamente curiosas sobre a sua própria alteridade produzem suas próprias teorias da sexualidade.

A sexualidade apresentada na prática docente envolve reflexões que precisam ser feitas acerca dos conceitos de sexo, erotização, educação sexual que permeiam a temática apresentada. Quando as questões de sexualidade envolvem a busca de prazer, descobertas de sensações proporcionadas pelo contato ou atração por outra pessoa do sexo oposto ou do mesmo, com intuito de satisfazer os desejos do corpo entre outras características ligadas a fatores sexuais remete se ao sexo. Assim considerado como prática sexual, historicamente ligado à produtividade ideia de castidade praticada somente após o casamento.

Com relação à erotização, Louro (2000) argumenta que, muitas vezes os/as professores/as não trazem a discussão do erotismo para a sala de aula, porque são orientados por um contexto em que há a noção de que existe a separação entre corpo e mente. Sendo assim muitos/as professores/as ensinam somente como se a mente estivesse presente e o corpo não, pois tudo aquilo que se refere ao corpo relaciona-se à ideia de negação ou repressão.

No que se refere à educação sexual em nosso país podemos refletir que através dos pensamentos de Furlani, (2007, p. 272):

No Brasil, no âmbito do currículo escolar oficial, a Educação Sexual não é uma disciplina obrigatória, mas sim uma temática a ser transversalizada nos diversos conteúdos, em que o livro paradidático, por exemplo, constitui-se num recurso metodológico constante e imprescindível no dia-a-dia da sala de aula.

Observa-se no âmbito educacional um novo termo para designar o trabalho de discussão sobre a sexualidade na escola, no qual a Educação Sexual passou a ser chamada de Orientação Sexual. Com isso, a Furlani afirma que o uso da expressão Educação Sexual deve ser usado para todo trabalho e discussão acerca da sexualidade com crianças, jovens e adultos em todos os níveis de escolarização e o termo Orientação Sexual considerado inapropriado para essa atividade pedagógica (2009). Logo, percebemos que essa discussão vem trazendo profundas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

transformações e propõe o repensar de concepções, práticas e identidades que devem ser levadas em consideração pela sociedade e pela escola.

Durante muito tempo se acreditava que a sexualidade não poderia ser discutida nas escolas, para que não despertasse a curiosidade das crianças e assim as mesmas não desenvolvessem interesse precocemente pelo o assunto. Com isso, a sexualidade na prática docente foi ignorada, no qual os/as professores/as tratavam seus alunos/as como se fossem assexuados, reproduzindo mitos e tabus a respeito carregado historicamente pela sociedade.

A discursão sobre a sexualidade na escola segundo Furlani (2005 p. 69) “[...] fascina muitos e apavora outros tantos; ou talvez melhor fosse dizer que ela fascina e apavora ao mesmo tempo a muitos.” Sendo que, segundo ela a sexualidade está viva, no contexto cultural, fazendo assim cada vez mais assunto obrigatório nas escolas, em todos em seus níveis.

A sexualidade para alguns/as docentes pode ser considerada um assunto ainda muito difícil de ser discutido em sala de aula, já que em sua maioria não tiveram oportunidade de conversar com seus pais sobre esse tema, devidos que para algumas famílias ou até mesmo em outras épocas esse tema era considerado “pecado” (SILVA, 2016).

No entanto, os/as professores/as não se sentem preparados/as para abordagem da sexualidade, que para eles/as requer um preparo tanto profissional, bem como pessoal. Ao falar sobre esse tema envolverá as questões sobre valores éticos e morais dos/as docentes, que os/as mesmos/as trazem do convívio na sociedade em que estão inseridos que determinam seu comportamento diante do tratamento de assuntos que causam uma inquietação como a sexualidade.

Sendo assim, a sexualidade já era um tema difícil e como é ainda hoje de ser trabalhado nas escolas devido às concepções acerca do assunto, pois como sabemos, ela envolve questões religiosas, crenças, mitos, tabus, valores impostos historicamente pela sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) dos anos iniciais do ensino fundamental trazem a sexualidade como um tema transversal intencionalmente, pois



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

acredita que o mesmo deve ser tratado pelas diversas áreas de conhecimento, propondo para o assunto uma ação crítica, reflexiva e educativa. Além disso, está contido nele:

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. [...] Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. (BRASIL, 1997, p. 8).

Sendo assim, a docência deveria ser realizada sem “tradicionalismos”, buscando sondar as inquietações dos/as alunos/as, mostrando que a sexualidade não se refere apenas às relações sexuais e de gênero. Porém, muitos destes docentes ainda utilizam de metodologias tradicionais, no qual seu pensamento é que a sexualidade está ligada somente ao estudo do corpo e dos órgãos sexuais, que para eles/as deve ser trabalhado em ciências deixando de lado a transversalidade do tema, em suas dimensões sociais, culturais, psicológicas, dentre outras.

EROTIZAÇÃO INFANTIL E AS EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: dizeres e fazeres de professoras da UEB Alberico Silva

A pesquisa empírica foi realizada na escola Unidade de Educação Básica Alberico Silva- CIEP, localizada no bairro Alemanha, São Luís – MA. Sua dependência administrativa é municipal atendendo ao nível do Ensino Fundamental menor do 1º ao 5º ano, o seu funcionamento é de escola integral, no horário de 7h30min às 16h30min.

A investigação no contexto escolar aconteceu em cinco turmas do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, com a realização das entrevistas com as professoras destas turmas, nos meses de outubro e novembro de 2017. As professoras que foram sujeitos da pesquisa possuem formação em Pedagogia, portanto atende aos requisitos para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A sexualidade representada nas falas das professoras explicitou que esta relacionada ao biológico relacionando aos prazeres do corpo. Uma delas expressou que a sexualidade está relacionada com o “comportamento sexual” e com a “opção sexual” do indivíduo. Para compreender essa questão, buscamos aporte em Silva (2016, p.14) quando vem afirmar que:

O comportamento sexual do indivíduo depende da etapa do desenvolvimento que ele está e o contexto familiar e social em que ele vive, uma vez que isso vai influenciar na sexualidade dele, já que sabemos que a sexualidade não está relacionada somente ao ato sexual e sim a tudo em sua volta, ou seja, a sexualidade vai desde como se porta no convívio social e as suas opções sexuais.

No que se refere à utilização do termo “opção sexual” vale retomar o Caderno de Atividades do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) (BRASIL, 2009b) quando assinala que este “levava-nos a crer que a sexualidade seja uma escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independente do contexto social em que se dá”. Assim, a expressão mais adequada e utilizada hoje é “orientação sexual” ou “identidade sexual” que contemplam a ideia de construção.

Nas respostas das professoras sobre a educação sexual pudemos constatar que elas expressam referir-se ao trabalho com as questões relacionadas à sexualidade. Percebemos então que elas também citam que a educação sexual está relacionada em abordar as questões biológicas, preventivas relacionando as questões性uais. Reiteramos que tratar questões da sexualidade vai muito, além disso, envolve fatores políticos e sociais que acaba influenciando no debate destas questões tanto na escola como no meio, no qual estamos inseridos. O objetivo fundamental de se trabalhar a educação sexual na escola é que os/as alunos/as possam viver suas sexualidades de forma emancipatória, mais prazerosa e mais afetiva (FURLANI, 2009).

Nas compreensões das professoras ficaram evidentes que os meios de comunicação, em que elas citam a mídia, são os maiores influenciadores da

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

erotização infantil então se percebe que devido ao avanço tecnológico as crianças estão tendo cada vez mais acesso a todo tipo de informações.

A fala das docentes só reflete o que já sabemos sobre os veículos midiáticos, pois estão contribuindo para um crescente processo de erotização infantil. Compreendemos então que a mídia assinala as bases tecnológicas de transmitir informações que acaba apresentando uma grande influência na sociedade, com isso resultando na erotização precoce das crianças e ocasionando uma banalização do sexo (LEÃO; MUZZETI; REIS, 2014).

Cada vez mais elas estão se deparando com as manifestações/expressões de sexualidade na sala de aula e ao mesmo tempo percebe-se que as mesmas não se sentem preparadas para agirem pedagogicamente. Todas as vezes que acontece algo relacionado ao assunto sempre procuram a coordenação para que sejam tomadas todas as providências, que segundo elas a coordenadora comunica os responsáveis e pronto na se fala mais no assunto.

Apesar de elas relatarem alguns fatos ocorridos, sentimos que elas não estavam à vontade para responder sobre esses questionamentos como se fosse algo proibido e que não pudesse sair dos portões da escola. Segundo, Furlani (2009) as manifestações de sexualidade infantil se justifica pela descoberta do corpo, visto como um ato de conhecimento, por isso a importância da vivencia da sexualidade desde a infância.

Todas concordaram em dizer que as influências dos/as seus/as alunos/as nas manifestações de sexualidade são que devido eles/as estarem cada vez mais expostos/as a informações que transmitem conteúdos relacionados à sexualidade, através das tecnologias, da mídia televisiva, bem como da família.

Além de manifestações trazidas pelas crianças de casa, reflexo do que elas veem em casa, devido ao comportamento dos pais na frente das crianças. No entanto a criança é estimulada no que vê na mídia, na família, ou seja, no que está sendo reproduzido em seu contexto social. Isso acontece por falta do acompanhamento dos pais ou responsáveis, sendo assim a criança acha natural e acaba reproduzindo na escola, ou em qualquer outro lugar. Diante dessas



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

manifestações, todas afirmaram que a escola não possui nenhum projeto que desenvolva a discussão sobre sexualidade que norteasse as suas práticas educativas relacionadas as questões que envolvessem essa temática.

Foram ressaltadas pelas professoras as dificuldades enfrentadas em tratar a sexualidade na sala de aula, citando o tradicionalismo, tabus, mistificações que são construídos historicamente. Entendemos, então que ao tratar dessa temática estão ligados a questões preconceituosas, valores morais, religiosas que dificultando uma abordagem das questões sexuais na escola.

As professoras afirmam que começar um trabalho como a formação continuada seria muito importante em ajudá-las a desenvolver uma prática educativa envolvendo as questões sobre a sexualidade. Sendo que, as mesmas acreditam que essa iniciativa deveria partir da gestão da escola através da elaboração e do desenvolvimento de propostas e projetos pedagógicos que busquem trazer a relevância da discussão da sexualidade na escola e na sala de aula. Percebemos muitas vezes na escola, é que as questões envolvendo a sexualidade são retratados seja por meio da negação ou pela repressão.

Os currículos dos cursos de formação de professores/as deveriam conter falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções e entender que compreender as questões sobre a mesma vai além de conhecer as estruturas genitais (CAMARGO e RIBEIRO 1999).

As discussões em torno da sexualidade envolvem construções históricas que buscam ratificar a ideia de que essa temática, não precisa ser discutida e em muitos casos ainda é vista como assunto ou conteúdo impróprio em ser dialogado nos diversos espaços sociais, dentre os quais está à escola. Assim, como instituição social, que apresenta como finalidade a transmissão de saberes acumulados pela sociedade de forma sistematizada, precisa trabalhar tais questões, para além do controle imposto socialmente pela humanidade.

CONCLUSÃO

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

O desenvolvimento desta pesquisa nos possibilitou compreender que a sexualidade não está ligada somente ao biológico, mas, também as questões culturais, sociais, religiosas, entre outras. Percebemos como os veículos midiáticos estão contribuindo para um crescente processo de erotização infantil devido a pouca idade as mensagens trazidas pela mídia e outros meios acabam que transmitem informações com apelo sexual, isso ficou refletido na fala das professoras. Nessa lógica, a educação sexual se apresenta como a expressão para ser utilizada nas escolas que envolva um trabalho e discursão acerca da sexualidade com crianças.

A escola considerada como instituição social, responsável pela transmissão de saberes mais elaborado, e por constituir um local explicitador e questionador deveria trazer discursões que envolvem as questões sobre a sexualidade. No entanto, ao tratar desse tema no ambiente escolar poderá contribuir para uma formação cidadã, crítica, reflexiva e consciente de seus corpos e de seu papel social na sociedade, com isso tornando possível acabar ou diminuir com os mitos, tabus e preconceitos sexuais que ainda persistem até hoje.

Consideramos que a participação em cursos, palestras, formações continuadas sobre essa temática, seria uma forma de contribuir com o conhecimento e aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas, com isso acreditamos na relevância dessas formações complementares, que contribuirão com suas atuações na sala de aula.

Concluirmos que a presente pesquisa possibilitou-nos entender que as professoras não sabem lidar com as manifestações /expressões de sexualidade que ocorrem na sala de aula, diante de suas falas elas não se sentem preparadas, qualificadas, além de que a coordenação pedagógica não oferece nenhum suporte teórico-prático que as orientem nesse sentido. Que falar sobre sexualidade remete a mitos, tabus, valores, crenças, preconceitos, além de concepções relacionadas a algo sujo, pecaminoso e proibido. Como se sabe é preciso compreender que a sexualidade faz parte do ser humano e está presente durante toda a sua vida. Enfim, esse estudo foi de grande contribuição para nossa formação acadêmica e profissional, pois através da apropriação dos conhecimentos adquiridos pudemos

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

compreender mais sobre o assunto e enquanto futuros/as professores/as compreendendo a importância da nossa atuação em sala de aula ao lidar com as manifestações/expressões de sexualidade apresentadas pelo/as discentes que estão cada vez mais presentes no espaço escolar.

REFERENCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: a vontade de saber. 11^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s)**: A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar!- um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. Porto Alegre: UFRGS 2005.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46. p 269-285 dez. 2007.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009, p. 37 – 48.

LEÃO, Andrea Marques de Castro; MUZZETI, Luci Regina; REIS, Fernanda. Contribuições da Educação Sexual em Face da Erotização da criança em Veículos Midiáticos. **Revista Contrapontos-Eletrônica** vol. 14 – n. 3 p 634 - 650 set-dez 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NOGUEIRA, ET AL. **Educação Sexual no Contexto Escolar**: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. **HOLOS** Ano 32 vol. 3, 2016 p 319 – 327.

SILVA, Huanny Késia Duarte da. **E agora o que eu faço? O professor e a expressão da sexualidade dos alunos em sala de aula**. Guarabira: UEPB, 2016.

ZORNIG, Silvia Maria. **As teorias sexuais infantis na atualidade**: algumas reflexões. Maringá, 2008.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

O ESPORTE E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO:

Um relato de experiência de um projeto de Intervenção para o PIBID/EDF/UFMA



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Antonio Higor Gusmão dos Santos²⁴

Pablo Linhares Teixeira²⁵

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de relatar o projeto de uma proposta de intervenção pedagógica construído em um curso de extensão de Gênero e Sexualidade na Escola, curso este que levanta várias discussões e dar subsídios aos/as professores/as para atuarem com as temáticas. O projeto a ser realizado em uma escola pública estadual de nível médio, no município de São Luís do Maranhão, onde existe a atuação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com a modalidade Futebol/Futsal no conteúdo Esporte da disciplina escolar de Educação Física. A proposta busca compreender qual conhecimento os/as alunos/as tem sobre a temática e propõem intervenções para qualificar e melhorar o discurso, bem como superar diálogos sexistas e propor uma mudança social na escola afim de promover uma discussão com direitos igualitários, baseado no respeito e tolerância para todos os gêneros e as sexualidades. O projeto encontra-se em andamento, até a confecção deste artigo ainda não foi possível realizar, já que o PIBID passa por uma crise de continuidade. Porém conclui-se que o curso tem sua importância para fomentar, subsidiar e capacitar professores/as para um diálogo aberto sobre a temática de gênero e sexualidade com toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Esporte. Gênero. PIBID.

Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem como um dos objetivos, contribuir na formação profissional de futuros/as professores/as, possibilitando vivências através da inserção dos/as licenciandos/as no cotidiano das escolas da rede pública de educação (BRASIL, 2007).

Desde sua implementação o PIBID apresenta possibilidades de intervenção no ensino básico, trazendo resultados satisfatórios e problemáticas na formação profissional de professores em todo o Brasil, pois segundo afirmações de Alves, Ramos e Souza Júnior (2015, p. 23) o programa “possibilita o contato e vivencia com diferentes situações do cotidianos escolar”, Sawitzki, Rosa e Gama (2016, p. 20) contribuem com a afirmativa, relatando que “os projetos desenvolvidos dentro dos

²⁴Graduando Educação Física, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a – UFMA – higor.gusmao@hotmail.com

²⁵Graduando Educação Física, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a – UFMA – pablolinharest@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES (19 a 23 de março de 2018)

PIBID pelo Brasil afora permitem conhecer melhor tais aspectos [da realidade do contexto escolar] e problematizá-los dentro dessas relações que são dinâmicas, imprevisíveis, complexas e porque não dizer caóticas.” Alviano Junior e Colpas salientam que o:

Programa exerce uma significativa influência nos cursos de formação de professores e na sociedade civil desde 2007 e merece ser compreendido no conjunto de sua complexidade, bem como nas contribuições que oferece para o atualíssimo debate em torno da formação inicial de professores de uma forma geral. (ALVIANO JUNIOR E COLPAS, 2017, p. 7)

Nesse sentido, Alves, Ramos e Souza Júnior (2015, p. 26) ressaltam a importância do “[...] professor (e o futuro professor) [pensar a] sua prática pedagógica na perspectiva de tornar o ensino da Educação Física na escola uma prática educativa mais humanizada, histórica e politicamente engajada”, isto instigou os autores²⁶ pela busca aos estudos relacionados as questões de gênero e sexualidade, uma vez que na graduação estas discussões são praticamente inexistentes.

No universo de experiências que o PIBID proporciona no que diz respeito às práticas no “chão da escola” e a proposta estabelecida pelo Curso de Extensão de Gênero e Sexualidade na Escola (GSE) promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), os autores buscam relacionar as experiências de campo com a finalidade do projeto de intervenção.

O presente trabalho é fruto da etapa final do curso de Extensão GSE que foi proposto a construção de um projeto pedagógico de intervenção sobre a temática na escola.

Diálogos iniciais do projeto de intervenção

²⁶ Por se tratar de duas pessoas do sexo masculino, utiliza-se o termo apenas no masculino quando se tratar de bolsista e autor.

Dialoga-se inicialmente com a afirmação de Malina et al (2017, p. 33) ao passo que “não basta compreender [a] realidade [escolar], é necessário transformá-la”, pois o espaço pedagógico da escola é ideal para mudanças a partir de problemas, desafios, descobertas e (re)descobertas, possibilitando desta forma superações sociais. (MALINA et al, 2017)

Encontra-se ainda no interior da escola, discursos de ordem sexistas²⁷ no ensino da educação física, afirmações de que Futebol/Futsal e Lutas são conteúdos a serem trabalhados com meninos e Dança e Ginástica com meninas, pois os papéis femininos e masculinos ainda são impostos e rotulados por toda a comunidade escolar (SAWITZKI; ROSA E GAMA, 2016) como se o conteúdo ou modalidade esportiva tivesse gênero. Oliveira (2013, p. 2) relata que “trabalhar a questão de gênero é um desafio para o professor, pois nele a um emaranhado de crenças e costumes que advém da própria sociedade”, mas é algo necessário e importante para uma construção social.

Desta forma os autores optam por discutir a temática de gênero atrelado ao conteúdo Futebol/Futsal dentro da instituição escolar, pois como afirma Sawitzki, Rosa e Gama (2016, p.47) “O esporte é tratado como uma importante manifestação da cultura corporal de movimento que precisa assumir, dentro da escola, as características de um conteúdo pedagogicamente sistematizado”.

O projeto de intervenção pedagógica foi proposto para uma escola de ensino médio da rede estadual de ensino, localizado no município de São Luís no Estado do Maranhão onde o PIBID da Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (PIBID/EDF/UFMA) atua.

O Esporte e suas relações de gênero: uma proposta de intervenção pedagógica.

²⁷ Atitude preconceituosa que prescreve para homens e mulheres papéis e condutas diferenciadas de acordo com o gênero atribuído a cada um, subordinando o feminino ao masculino. (CARRARA E HEILBORN 2009 apud MACHADO 2017)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

O primeiro passo foi aprimora-se, pois corroborando com Lima, Cyrino e Souza Neto (2016) o professor tem sua identidade constituída a partir de críticas e reflexões de suas práticas. Os autores compreendem assim como Sawitzki, Rosa e Gama (2016) que a aprendizagem do aluno só se concretiza quando se relaciona o conhecimento (re)descoberto com o que é vivenciado diariamente.

A proposta apresenta como objetivos aos/às alunos/as, compreender a ocorrência do fenômeno esportivo e suas relações de gênero; Relacionar o Esporte com a Mídia e a Indústria Cultural; Abordar os esportes como campo de diversas abordagens; Identificar a participação feminina nos Esportes; Abordar Elementos dos esportes como mercadoria e suas relações de gênero e Vivenciar práticas esportivas fundadas em uma perspectiva crítica e participativa.

O percurso metodológico se divide em quatro momentos:

O primeiro grande momento é perceber o que os/as alunos/as pensam da temática, além de apresentar atividades práticas relacionadas a modalidade esportiva futebol/futsal, onde a segregação de gênero e o sexíssimo se faz fortemente presente, instigar problematizações que provoque os/as alunos/as a exporem suas opiniões, tudo deverá ser registrado para ser analisado e apresentado em um outro momento.

O segundo momento consiste em apresentar aos/às alunos/as os seguintes problemas: Origem dos esportes e seu percurso histórico; A Inserção das Mulheres no esporte; Por que o esporte e a educação física era dividida por gênero; O Papel da Mídia como mercadoria e sua hierarquização do Gênero no Esporte; O papel da Indústria Cultural na segregação de gênero no esporte; Homens x Mulheres - quem é melhor no esporte; A participação de atletas homossexuais no esporte; Transgênero e o Esporte. Neste momento os professores tomam o controle do debate, elucidando fatos já bem discutidos e comprovados nos diversos âmbitos da sociedade e principalmente no esporte.

O terceiro momento, a partir de reflexões anteriores, é de superar o esporte enquanto exclusão e segregação de gênero e propor jogos e atividades da modalidade esportiva Futebol/Futsal em que a igualdade de gênero é prioridade no

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

desenvolvimento do jogo, ressalta-se que será investigado, através de filmagens, com os/as alunos/as se houve alguma mudança de pensamento, de ação na segregação e superação de discursos sexistas.

No último momento será mostrado aos/às alunos/as vídeos de suas falas no primeiro momento e no terceiro momento para que eles/as próprios/as refletem o quanto a intervenção foi satisfatória ou não para sua mudança ou não de pensamentos, momento este que servirá, também, de avaliação do projeto.

Situação do Projeto:

Com o término do ano letivo de 2017 nas escolas estaduais, a escola onde os autores estavam planejando a aplicação do projeto de intervenção pedagógica fez a migração para escola de tempo integral, o professor supervisor²⁸ lotado naquela instituição, foi remanejado, bem como os bolsistas. Até o momento de finalização deste artigo, com essa nova situação e realidade o projeto ainda não pode ser aplicado na prática.

Considerações Finais:

É nítido que os cursos de licenciaturas nos Institutos de Ensino Superior (IES) não dão subsídio na formação inicial para que professores/as sintam-se preparados para abordarem sobre a temática de gênero e sexualidade na escola (SAWITZKI, ROSA E GAMA, 2016), porém isso não é justificativa para que o/a professor/a não busque alternativas de formação continuada, de estudos para trazer a discussão para o âmbito escolar e convidar toda a comunidade para este debate.

O curso de extensão de Gênero e Sexualidade na Escola, é um meio de resistência com essa cruel realidade de um governo golpista que está retirando diariamente direitos de igualdade e tolerância, o curso, também, é uma possibilidade

²⁸ Professor formado em licenciatura da escola pública de educação básica, que supervisiona e orienta os alunos bolsistas em suas atividades

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

para que professores/as em nosso estado tenham contato com a temática e sintam-se capacitados para levarem a discussão para a escola e dessa forma contribuir com uma transformação social, baseado no respeito e tolerância para com todos/as.

A proposta elaborada é algo palpável e possível de ser realizada pelos autores deste artigo em outro momento ou por outros que acreditam na possibilidade de sua realização.

Salienta-se que o PIBID passa por uma crise e encontra-se na eminentia de acabar em todo território nacional, porém ressalta-se a importância do programa para a formação inicial dos/as futuros/as professores/as, pois sem as *praxis* no contexto escolar, não emergiriam as inquietações que levaram os autores em busca de um aperfeiçoamento e orientação para discussões sobre a temática de gênero e sexualidade.

Referências:

ALVES, F. D; RAMOS, G. N. S; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Formação inicial de professores de educação física:** experiências do PIBID/UFSCar. Curitiba: CRV, 2015.

ALVINO JUNIOR, W; COLPAS, R. D. **PIBID e extensão:** diálogos com a formação inicial em educação física. Curitiba: CRV, 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 38**, de 13 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Iniciação à Docência – PIBID.

CARVALHO, R. M. A; TERRA, D. V. **Educação física escolar:** a contribuição do PIBID. Curitiba: CRV, 2015.

LIMA, T.G; CYRYNO. M; SOUZA NETO, S. **Iniciação à docência na educação física:** experiência, desafios e possibilidades na aprendizagem da profissão. Curitiba: CRV, 2016.

MACHADO, R. N. S. **A contribuição dos estudos de gênero.** 2017. Disponível em: <http://www.avacap.ufma.br/file.php/42/BIBLIOTECA/MODULO_II/TEXTO_1_-Genero.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

MALINA, A. et al. **Matriz Metodológica Crítica para o Ensino do Esporte**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

SAWITZKI, R.L; ROSA, C. L. L; GAMA, M. E. R. **Iniciação à docência, reflexões e produção do conhecimento: PIBID educação física no CEFD/UFSM**. Curitiba: CRV, 2016.

MELO, A. S. et al. **PIBID: formação docente e práticas pedagógicas em educação física**. Curitiba: APPRIUS, 2016.

OLIVEIRA, A. O. As perspectivas de um bolsista do PIBID de educação física sobre gênero na escola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 18. E 5. 2013, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: COLÉGIO BRASILEIRO DE CIENCIA DO ESPORTE, 2013. P. 1-3. Disponível: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2013/5conice/paper/viewPaper/4966>>. Acesso em: 10 fev. 2018

MENINOS E MENINAS TODOS (AS) TEMOS OS MESMOS DIREITOS? Um olhar sobre a prática na Educação Infantil

Aldenora Resende dos Santos Neta²⁹

²⁹Pedagoga (UFMA), Mestra em Educação (UFMA), Especialista em Psicopedagogia (UEMA), Professora da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de São Luís, e-mail: aldenoraufma@hotmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Resumo: Este texto apresenta um relato de experiência dos estudos no curso de Gênero e Sexualidade na escola – GSE, da Universidade Federal do Maranhão. Tem como objetivo refletir a questão de gênero e os direitos da mulher. Assim, por meio de um projeto de intervenção em uma escola de Educação Infantil da rede municipal de São Luís, o trabalho buscou contribuir com a discussão sobre os papéis de gênero, os privilégios e cobranças para os homens e expectativas e restrições para as mulheres, tendo como público-alvo: 15 crianças de 3 a 5 anos, professores/as, administrativo, coordenação, merendeira e porteiro. Utilizou-se atividades como a produção de um livro infantil, rodas de leitura e bate-papo. O resultado deste estudo revelou que adultos/as e crianças reproduzem comportamentos machistas e sexistas. Contudo, reconhece que a escola de Educação Infantil é um *locus* privilegiado para problematizar essas discussões e levantar a reflexão sobre a igualdade de gêneros, a fim de reduzir a violência, os privilégios e as hierarquias de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Igualdade. Educação Infantil.

Introdução

Este texto é um relato de experiência dos estudos e pesquisa como aluna do curso de extensão “Gênero e Sexualidade na Escola – GSE”, desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, no período de agosto a fevereiro de 2017.

Nesse sentido, tem como objetivo refletir a questão de gênero e os direitos da mulher, tendo como espaço de pesquisa uma escola de Educação Infantil da rede municipal de São Luís. Com isso, desenvolveu-se um projeto de intervenção por meio de rodas de leitura com crianças, produção de um livro infantil e um curso de formação com a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, o relato divide-se em duas partes: a primeira apresenta uma narrativa sobre o lugar de fala (como mulher e professora) e suas repercussões no cotidiano escolar e nas relações interpessoais, bem como o modo de ver e se relacionar com o mundo; e, na segunda parte, descreve a experiência com o projeto de intervenção “Mulheres e seus direitos: vamos todos (as) pensar juntos (as)”, como trabalho de conclusão do curso.

O projeto de intervenção realizou-se numa escola de Educação Infantil, tendo como sujeitos: 15 crianças (de 3 a 5 anos), por meio de uma contação de história de

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

um livro produzido pela professora, além do desenvolvimento de um curso de formação, que denominados de “bate-papo”, com 4 professoras, 2 administrativos, 1 coordenadora, 1 merendeira e 1 porteiro.

Os conteúdos problematizados foram a questão de gênero, os papéis de gênero e os Direitos da Mulher. O projeto de intervenção tem como expectativa contribuir com a discussão sobre os papéis de gênero, os privilégios e cobranças para os homens e restrições para as mulheres, analisando como isso repercute negativamente nas relações escolares.

ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: memórias, sentidos e significados

A fim de refletir o que os estudos de gênero e sexualidade provocaram no meu modo de ver e me relacionar com o mundo e, consequentemente, no meu trabalho com crianças pequenas, vou iniciar este diálogo pensando sobre mim, o lugar que ocupo, de onde falo, das minhas reações com o outro, como o outro me vê e como vejo o outro.

Nesse sentido, para Djamila Ribeiro (2017, p.84) "pensar lugar de fala é uma questão ética, pois saber o lugar onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza e sexismo". Segundo a mesma autora, todos têm lugar de fala, assim, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. Daí a importância da multiplicidade de vozes e a necessidade de lutar para romper com o regime de "autorização discursiva". Precisamos falar de si, pensar sobre nossos lugares, nossas performances identitárias e o autorreconhecimento como sujeitos com voz, história, perspectiva e direito.

Dessa maneira, vou contar um pouco desse lugar que ocupo.

Sou mulher, feminina de acordo com os padrões de feminilidade criados na sociedade, de classe média, hétero, magra, alta, cabelos lisos conforme o que é estabelecido como "bom e belo", meu gênero corresponde com o biológico e tenho uma cor de pele marrom clara, ou seja, tenho a pele "embranquecida", dessa forma,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

a sociedade me reconhece dentro do mito da miscigenação. Mas o que é essa miscigenação? Dizem que aqui, no Brasil, não há preconceito racial, pois somos todos miscigenados. Será que não há ou o preconceito está no tom da cor da sua pele, como o outro te vê?

Nessa perspectiva, não me recordo de ter sofrido preconceito racial e de identidade sexual, exatamente por corresponder à normatividade mapeada pela sociedade branca, cristã e patriarcal, ou seja, minhas características físicas, sexualidade, comportamento e classe social me deixam numa situação privilegiada em relação à mulher negra, pobre e de identidade sexual homoafetiva, bissexual ou intersexual.

Mas isso não significa que eu não sofra, também, discriminação de gênero. Por exemplo, ao sair de casa, sempre estou preocupada com a roupa que vou vestir, de como serei interpretada pela escolha, medo do assédio, da violência, estupro e dos olhares repressores de uma sociedade machista, misógina e sexista.

Por outro lado, trabalho na primeira profissão que foi liberada para as mulheres brancas e de classe média – professora. Assim, baseando-se na sociedade cristã e europeia, ser professora era uma extensão dos trabalhos do lar e que não precisava de muitos estudos para ensinar as letras. Isso nos faz pensar que a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada. Vale destacar que a mulher negra já trabalhava fora de casa desde a sociedade escravocrata. Nesse sentido, ser professora não distancia do perfil e comportamento pré-estabelecido para a mulher (dócil, gentil, dedicada, cuidadosa e mãe).

Minha irmã, por exemplo, é bem diferente de mim, ela tem músculos, suas mãos são grandes, tem uma pele mais escura, ela sabe usar ferramentas (martelo, chave de fenda, furador etc.), é destemida e enfrenta os perigos da noite. Por isso é menos mulher do que eu? Existe um padrão de feminilidade e masculinidade? Por que não somos tão empáticos quando olhamos pessoas que quebram os padrões sociais - negra, transexual, homossexual, lésbica etc.? Por que não nos chocamos com a violência de gênero? Por que naturalizamos atos machistas e misóginos? E na escola reforçamos esses papéis sociais de masculinidade e feminilidade?

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Essas dúvidas e reflexões só foram possíveis de serem realizadas a partir do meu contato com os estudos de gênero, feminismo e sexualidade. Com isso, esses estudos repercutiram na minha prática docente, na minha postura com as crianças, a forma de vê-las, no planejamento, minha relação com ela e na forma de organizar e conduzir o currículo, o que será relatado no segundo tópico deste texto.

Portanto, os estudos de Gênero e Sexualidade me ensinaram a ver e estar no mundo de outra forma, a exercer o meu direito de ser quem eu sou e respeitar o direito do outro de expressar livremente a sua forma de estar e de aparecer, da nossa liberdade, como também incentivar e mediar as crianças e amigos (as) a pensarem sobre esses assuntos. Enfim, penso em algo transcendental e espiritual, de modo que podemos conseguir nos unir aos nossos ancestrais na luta pela igualdade humana.

Meninos e Meninas todos (as) temos os mesmos direitos? Uma análise do Projeto de intervenção em uma Escola de Educação Infantil

O projeto titulado “Meninos e meninas todos (as) temos os mesmos direitos?” iniciou-se com uma problematização surgida durante uma atividade em uma sala de Educação Infantil, na qual uma criança pediu o pedaço de massinha maior justificando por ser homem e por isso ter o direito desse privilégio. Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de uma intervenção que se trata dos Direitos das Mulheres e suas lutas, pela igualdade entre meninos e meninas, a fim de não reforçar dominação de poder para um determinado gênero na escola.

Ademais, percebeu-se que no seio da escola há desigualdades nas relações de meninos e meninas, em relação ao tratamento, nos comportamentos, na liberdade, nos brinquedos, brincadeiras e em falas que reforçam estereótipos de papéis sociais, limitando-os e reduzindo-os às características da normatividade naturalizada na sociedade.

Portanto, este projeto teve como objetivo estimular desde os/as pequenos (as), como também as professoras, os servidores administrativos, a coordenação, o

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

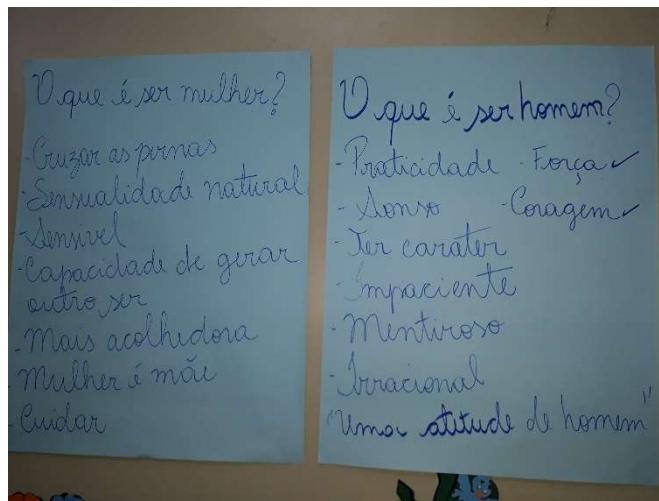
**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

porteiro e a merendeira, ou seja, todo o corpo escolar, para a reflexão sobre a questão de gênero, as Mulheres e seus Direitos.

Nesse sentido, para mobilizar os/as profissionais para pensar sobre o assunto, organizamos uma Formação, denominada de “bate-papo”, no intuito de discutir as seguintes questões: papéis sociais, identidade de gênero e sexualidade.

Nesse bate-papo, detectou-se falas reveladoras de como a cultura do machismo, a misoginia e o sexismº estão naturalizadas no imaginário das pessoas. Por exemplo, iniciamos a conversa com a seguinte dinâmica: o/a participante deve descrever o que pra ele/a é ser mulher? E ser homem?

Assim, obtivemos as seguintes respostas:



Fonte: Imagem do Bate-papo em uma escola de Educação Infantil

Percebemos com essa imagem que os/as participantes associam um comportamento específico a um gênero, alguns têm ressentimentos por alguma frustração na sua relação afetiva e outros esperam atitudes predefinidas como naturais e biológicas para homem e a mulher. Assim, associam a mulher como mãe, como se todas as mulheres quisessem ser mãe, ou seja, generalizam atitudes esperadas que tentam encaixar as pessoas em estereótipos sociais e normatização de gênero.

O que podemos refletir sobre qual é o papel da escola diante desses papéis pré-estabelecidos como verdades? E, quando tivermos crianças que quebram esses

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

comportamentos padronizados que limitam a suas possibilidades de existir no mundo, o que faremos? Esses comportamentos esperados são algo natural ou construções sociais?

Assim, quando levantei a pergunta “se existe diferença entre comportamentos de homens e mulheres e se acham que homem e mulher são criados da mesma forma?”, tivemos as seguintes respostas:

“A menina nós temos o cuidado maior, principalmente em alguns assuntos para protegê-la”. (Professora A)

“Tem coisa que a mulher faz que o homem é incapaz de fazer. E isso está na bíblia. Até cientificamente tem muitos textos falando que a própria natureza da gente favorece a mulher para um lado e o homem para o outro. Por isso as divergências e a não aceitação da gente não entender que a natureza do homem é de um jeito e da mulher é de outro”. (Professora B)

“Na verdade, nós somos muito machistas também, quando olho uma outra mulher no transito fazendo bobagem, já grito que só podia ser mulher” (Professora C)

Para problematizar esses depoimentos, informei os participantes do “bate-papo” dos estudos da antropóloga estadunidense Margaret Mead, citada por Beatriz Lins, que, na década de 1930, comparou a criação de três crianças em três sociedades diferentes na região da Nova Guiné. Com isso, a autora percebeu que, em uma das sociedades, homens e mulheres eram igualmente afetivos e envolvidos nos cuidados com bebês e crianças. Em outra, ambos eram competitivos e agressivos e se dedicavam pouco às crianças. Na terceira, os homens eram mais afetuosa e mais ligados à criação das crianças do que as mulheres. Ademais, a autora detectou que, à época, os três casos não correspondiam às convenções de gênero nos Estados Unidos. (LINS, 2016).

Dessa maneira, se o comportamento de gênero varia de acordo com a sociedade e a cultura, não se pode afirmar que as diferenças percebidas entre homens e mulheres sejam exclusivamente resultado do aparato biológico humano; isto é, do nosso corpo. Ao contrário: podemos supor que é a cultura, e não apenas a natureza, que explica as diferenças entre masculino e feminino. (LINS, 2016, p. 27).

Portanto, há várias formas de conceber papéis e comportamento de homens e mulheres, que dependem da cultura, sociedade, espaço e tempo. Nesse sentido,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

podemos nos questionar o que podemos fazer enquanto escola para não reforçar modos de ser e viver, imagens, costumes, hábitos que naturalizam as desigualdade de gênero e normatizam comportamentos já cristalizados na nossa sociedade.

Nesse sentido, realizamos com as crianças a problematização sobre “se meninos e meninas têm os mesmos direitos?”. Assim, para a realização dessa atividade, a professora produziu um livro Infantil chamado “Quem vai ganhar a massinha maior?”, que trata sobre a conquista histórica dos direitos das mulheres e a importância da igualdade entre as pessoas.

Dessa maneira, organizou-se um grupo de 15 crianças, de 3 a 5 ano, para a contação da história do livro. Durante a roda de leitura, levantou-se questões como violência contra a mulher, relação de poder e lutas das mulheres para estudar, ter uma profissão e votar.



Fonte: Imagem da criança na roda de Leitura

Com isso, as crianças puderam refletir muitos assuntos que permeiam o nosso cotidiano, a exemplo do garoto que narrou que o seu pai batia na sua mãe. Nessa atividade, eles/as tiveram a oportunidade de pensar e falar o seguinte: os meninos não podem bater nas meninas; podem brincar com qualquer brinquedos; meninos e meninas devem ajudar nas tarefas de casa etc.

Vale destacar que, durante o ano, continuaremos com o projeto de intervenção, a fim de problematizar as discussões de gênero, respeito, tolerância e igualdade entre as pessoas, sem com isso desconsiderar as diferenças existentes entre elas.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Enfim, a escola da infância tem, também, o dever ético de combater as hierarquias de gênero, a discriminação, o bullying, a violência e diversas injustiças.

Referências

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LINS, Beatriz. MACHADO, Bernardo. ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** 2ª Ed. Minas Gerais: Autêntica Editora, 2016.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA POR MEIO DA LITERATURA DE CORDEL

José Mario Lima de Jesus³⁰

Resumo: A sexualidade está presente desde o nascimento e vai se transformando no decorrer da vida, como uma força dinâmica no desenvolvimento da personalidade e

³⁰ Aluno do curso: Gênero e Sexualidade na Escola (GSE) turma I, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Rosário – MA. jose.mario_@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

determinante do grau de felicidade e realização do adulto. Desenvolver a temática "Gênero e sexualidade na escola por meio da literatura de cordel", teve por objetivo compreender a importância do trabalho com sexualidade e gênero no contexto escolar, em especial no ensino fundamental; assim como desmistificar tabus em relação à sexualidade. Todo esse processo ocorreu de forma dinâmica por meio de contação de histórias, reflexões, análises de depoimentos e vídeos infantis que retrataram subjetivamente o conceito de gênero, proporcionando um aprendizado contínuo entre os alunos, desenvolvendo a capacidade de inserção social; o desenvolvimento do diálogo entre alunos, pais e educadores. Tendo como eixo final a elaboração de um caderno de cordéis pelos alunos sobre gênero e sexualidade, discriminação, racismo e homofobia.

Palavras chaves: Sexualidade, Gênero, Escola, Cordel

RELATO DE EXPERIENCIA

Participar do curso: Gênero e Sexualidade na Escola, foi vivenciar um momento ímpar na prática educativa; e proporcionar aspectos significativos no processo ensino aprendizagem. Foi condicionar o educando a resolver conflitos internos em seu contexto social e situações problemas em seu contexto educacional, além de transformar o docente de forma expressiva, integrando-o a desenvolver o conhecimento, habilidades e uma educação em valores dentro de sua realidade ou limitações, que servirá como base para um aprendizado eficaz. Com isso percebe-se que essa experiência se torna a confirmação de um aprendizado envolvente cheio de responsabilidades, gerando o conhecimento e formando um ser crítico, reflexivo e transformador da sociedade, além de oportunizar ao acadêmico conhecimentos teórico-prático, desenvolvendo habilidades significativas no contexto educacional.

O projeto de intervenção foi realizado na Escola Municipal Zilda Maria Santos Mesquita na cidade de Humberto de Campos – MA. Tendo como base de apoio o corpo administrativo da escola, onde constatamos dedicação dos agentes da aprendizagem, incluindo gestor e professores, ambos deram o apoio necessário para a aplicação do projeto, mostrando que o primeiro contato com a aprendizagem é o bom relacionamento entre companheiros de profissão. Este auxílio que nos foi proporcionado desencadeou um ambiente agradável, de livre acesso aos procedimentos metodológicos e didáticos.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Após o período de adaptação do projeto tivemos a oportunidade de partir para a implantação do mesmo em especial na turma do 4º ano B no turno matutino. Como proposta inicial propôs-se uma reunião com os pais dos alunos no objetivo de desmistificar tabus em relação à sexualidade e mostrar que assim como a escola, os pais precisam estar preparados para reagir com segurança, naturalidade e tranquilidade às expressões da sexualidade da criança pequena. Tanto os profissionais quanto os familiares devem responder às manifestações da sexualidade infantil, pois na medida em que aparecem se constituem um tema de interesse a sexualidade da criança.

Deixando bem claro para todos, pais e profissionais da educação que a escola é um espaço de formação em que o respeito deve ser a base para o convívio. Com a capacidade de formar cidadãos autônomos, respeitosos, plurais e capazes de lidar com a diversidade. Portanto o respeito a pessoas de todas as raças, regiões, gêneros e orientações sexuais deve ser um valor defendido por todos, principalmente pela escola que tem como uma de suas metas, promover a igualdade de gênero, garantir que meninos e meninas sejam livres para agir na escola da maneira como se sintam confortáveis, sem se preocupar em cumprir determinados papéis pré-estabelecidos. Assim foi esclarecido que para isto acontecer, é necessário promovermos debates sobre igualdades raciais, discutir a questão dos gêneros no meio escolar; elaborar oficinas que mostre a importância do ser humano no contexto social.

Depois desta proposta inicial, alguns pais puderam questionar sobre as temáticas que seriam desenvolvidas no projeto e o mais gratificante foi ouvir dos participantes apoio à implantação do projeto, dizendo que de fato vivemos em um mundo onde tudo avança, a cibernetica, a ciência, a tecnologia, porém os fantasmas da convivência social ainda nos assombram ao longo da existência. O homem torna-se imponente a isto, não é capaz de vencer os preconceitos que estão arraigados na sociedade. Por mais que tenhamos conseguido avançar um pouco, ainda há muito a ser feito. Além do poder público, escola e família têm de estar atentos ao papel essencial que cumprem na formação dos cidadãos. Muitas vezes, é

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

preciso colocar em xeque os próprios preconceitos para, de fato, mudar a realidade, (explicação de um pai). Faz-se necessária uma autoanálise constante nas nossas atitudes, (falou outro pai).

Garantir o direito de todos nem sempre é simples. As situações preconceituosas vivenciadas nas instituições de ensino - discriminação de alunos que vêm de outros estados, crianças negras, estudantes homossexuais, meninos e meninas de famílias mais pobres - são recorrentes e complexas, exigindo que o professor receba formação que o habilite a lidar com cada caso e conte com políticas de gestão permanentes voltadas a combater a discriminação de forma ampla, (relatou um professor).

Tendo apresentado a primeira etapa do projeto por meio da reunião, todos ali presentes refletiram sobre a problematização exposta com base em índices e notícias, as desigualdades de gênero presentes na sociedade; agressões contra homossexuais; atitudes racistas e preconceituosas que ocorrem no dia a dia. Partimos para a segunda etapa do projeto que foi apresentar o mesmo para os alunos, onde foi explicado a importância da temática *“Gênero e sexualidade na escola por meio da literatura de cordel”*. Mostrando a eles quais objetivos a serem alcançados com esta ação na escola, pedindo assim a colaboração de todos a participarem das ações que seriam implantadas na escola desde então.

O ambiente já estava propício para a realização e implantação do projeto, e assim começamos a realizar várias dinâmicas de grupo, e elaborou-se um questionário de levantamento de interesses, no objetivo de indicar outros alunos que gostariam de participar de um projeto sobre gênero. E tentar identificar o grau de preconceitos que alguns alunos sofrem dentro da escola.

Em sala de aula apresentamos uma exposição de fotografias das diversidades de gênero focando no respeito e na valorização do ser humano. Estendendo para outras turmas, pequenas palestras sobre: preconceitos, homofobia, racismo e homossexualismo.

Tais palestras tiveram como objetivos: o conhecimento da diversidade dos conceitos do campo da sexualidade, da identidade de gênero, da orientação sexual

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

e da expressão de gênero; assim como a sensibilização dos alunos e de todos os participantes a minimizarem preconceitos e discriminação no contexto social.

Depois disto, tentamos identificar as dificuldades emocionais dos alunos entre família e escola, assim como principais dificuldades que apresentam na escola em relação a sexualidade.

Mediante todo o desenvolvimento com os alunos desta escola, percebeu-se que alguns têm dificuldades de compreender essa temática, visto que ainda estão arraigados a estereótipos sobre as características de gênero.

Em seus contextos muitos detém a ideia de que existem brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos, outros afirmam categoricamente que meninas não devem jogar futebol, brincar de pegador e outras brincadeiras associadas aos meninos. Afastam-se das brincadeiras ditas de meninas como queimado, bambolê, casinha, amarelinha, etc. Quando algo acontecia nesse sentido, segundo eles são tachados de veados, boiolas, bichinhas e outros apelidos pejorativos carregados de discriminação. Talvez o que mais pesa nesse contexto é o tipo de educação desenvolvida em seus lares, provavelmente alicerçado nos estereótipos sobre o gênero.

Como forma de intervenção pudemos refletir por meio das oficinas realizadas durante o projeto, despertando uma visão diferente entre os alunos sobre a educação de gênero, onde alguns depoimentos de colegas de classe instigaram aqueles que ainda encontravam-se perdidos em suas ações e pensamentos, o quanto é importante valorizar a pessoa humana independentemente de cor, raça, sexo e religião, e que somos todos iguais, apenas temos características diferentes, opiniões diferentes, formas de pensar diferentes e atitudes diferentes.

Muitos alunos deixaram os seus preconceitos e passaram adotar uma nova postura sobre o termo gênero e sexualidade, deixaram de ser imponentes a isto, sentiram-se capazes de vencerem os preconceitos que estão arraigados na sociedade, nas famílias e até mesmo nas escolas.

Quando o professor estimula o aluno com aulas dinâmicas, e diversidades de textos relacionados, desenvolve no discente um instrumento para a superação de



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

dificuldades existentes no processo ensino aprendizagem, despertando no educando uma mente criativa, flexiva e perspicaz em seu contexto educacional.

Veja o que KLEIMAM (1990, p. 20) fala a esse respeito:

Quanto mais conhecimento textual o leitor tiver, quanto maior a sua exposição a todo tipo de texto, mais fácil será sua compreensão (...), o conhecimento de estruturas textuais e de tipos de discursos determinará em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas estas que exercem um papel considerável na compreensão.

Para que haja essa compreensão, o ambiente propício para isto acontecer é a sala de aula, o professor precisa intervir diariamente nesse contexto para desenvolver mentes flexiva e comprehensiva a esse respeito, possibilitando uma interação entre todos independentemente do gênero ou sexualidade, sempre respeitando a diversidade e as escolhas de cada um.

É bem verdade que o “despertar” da sexualidade, no dia-a-dia das escolas, provocam ainda diversos conflitos, não só em relação à dinâmica escola/família, mas, sobretudo, em relação às respostas dos profissionais que são sempre pegos de surpresa e quase nunca se consideram preparados para lidar com as questões das crianças referentes à sexualidade. O que dizer? O que fazer? Como intervir? Sem acarretar alguma consequência para o desenvolvimento da criança.

Assim entendo que esse projeto veio como resposta para responder tais questionamentos. E isto foi possível devido o leque de informações proporcionado pelo curso de gênero e sexualidade.

Diante de todo o processo de desenvolvimento das atividades propostas, sempre procurou-se motivar os alunos, estimulá-los e aproxima-los dos conteúdos trabalhados. Tendo como principal indicador a mudança de atitude de todos, não só eles mas todos os seguimentos da comunidade escolar.

Como etapa final do projeto propomos aos alunos a elaboração de um caderno de poesia em forma de cordéis sobre gênero e sexualidade e alguns temas relacionados como discriminação, racismo e homofobia. Onde essa cartilha será

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

reproduzida e distribuída por toda escola, ficando como acervo didático para os professores trabalharem com seus alunos no decorrer do ano.

Além disto foi feito uma tabulação sobre os casos de bullying, agressões, homofobias e situações sexistas, que serão preenchidas e acompanhadas por todos os professores e direção da escola. Para assim ser divulgado nos murais das áreas comuns e nas reuniões de pais.

Em consequência de todo esse contexto: da recusa de aceitação de uma diferença, brigas, ofensas, disseminação de comentários maldosos, agressões físicas e psicológicas, repressão, falta de afetividade, ausência da família na educação dos filhos, e outros. É preciso que a escola encontre soluções viáveis no combate a essa problemática.

É bem verdade que não há uma receita eficaz de como educar os filhos ou alunos, visto que cada família é um mundo particular, com características peculiares. Mas apesar dessa constatação, a escola não pode cruzar os braços e deixar que as coisas aconteçam, sem que os educadores, pais, façam algo a respeito. Pais porque são os primeiros responsáveis pela educação e orientação dos filhos.

Com a elaboração da cartilha, o projeto chega ao seu final sendo externada em forma de poema toda angustia da recusa de aceitação das diferenças, do respeito e do amor ao próximo.

Sinto-me feliz em ter participado deste curso tão significativo na minha formação profissional e de contribuir para o conhecimento e valorização da sexualidade infantil, onde pude entender que a sexualidade é um assunto que deve ser tratado com muita naturalidade, pois é algo inerente e importante para o equilíbrio do ser humano; e que o professor, além da família, exerce um importante papel na sexualidade da criança, orientando-a no dia a dia. E por mais que vivamos e tenhamos uma educação sexista e patriarcal, o curso deixou bem claro que podemos desconstruir, quebrar paradigmas, tabus sociais, religiosos e fundamentalistas através de informações, reflexões e discussões.

REFERENCIAS

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade (s) e infância (s): a sexualidade como um tema transversal.** São Paulo: Moderna; Campinas, SP: editora da Universidade de Campinas, 1999

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no dia a dia:** primeira coletânea. Londrina: O autor, 1999.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura.** Campinas: Pontes, 1997.

IDEOLOGIAS DAS BRINCADEIRAS X BRINQUEDOS DE MENINOS X MENINAS

Rachel Bonfim da Silva
Mariana Fernandes Brito
Selma Ribeiro Mendonça
SEDUC/MA

Resumo: Este trabalho será apresentado na forma de relato de experiência no I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias Étnico Raciais e de Gênero na Educação (COPERGE) e II Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade (EMGES). O presente relato de experiência se deu a partir do Curso de Extensão denominado de Gênero, sexualidade na escola, em que nos foi repassada uma tarefa para desenvolver em uma escola com alguns dos temas proposto pelo referido curso. Então percebemos que o ambiente escolar é repleto de situações que tem representado grandes desafios para nós educadoras e educadores. Por entendermos a escola como um espaço histórico e cultural

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

em que as diferentes identidades sexuais e de gênero convivem diariamente, caracterizando-se, portanto, como um lugar propício e privilegiado para se educar, realizamos essa problematização teórica sobre como discutir de outras formas a educação sexual na escola, através das brincadeiras e dos brinquedos, em que tratamos dos temas gênero, identidade de gênero e educação sexual, como deveriam ser considerados na formação e prática escolar, buscando sempre uma educação atual e problematizadora. Para tanto, os objetivos foram: compreender a educação sexual como conteúdo importante e necessário na escola; desmistificar as brincadeiras e os brinquedos para meninos e para meninas. Nossa metodologia foi feita a partir da organização de um grande projeto sobre os brinquedos de meninos e de meninas, através de dinâmicas realizadas com: as professoras com situações que discutem sobre a sexualidade e os brinquedos; e também com o desenvolvimento da formação pedagógica através de palestra sobre o assunto convidando toda a comunidade escolar. Concluímos que precisamos de um currículo que contemple as diferenças e as alteridades de cada educando e que nos traga conteúdos que utilizem a ludicidade através das brincadeiras e dos brinquedos sem que haja a separação pelos gêneros.

Palavras-chave: Brincadeiras. Brinquedos. Gênero. Sexualidade.

Introdução

O presente relato de experiência intitulado de “Ideologia das brincadeiras x brinquedos de meninos x meninas” deu-se a partir do Curso de Extensão desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Gênero e Sexualidade na Universidade Federal do Maranhão, em que nos foi repassado como uma das tarefas, desenvolver um projeto em uma escola com alguns dos temas proposto pelo referido curso. Então percebemos que o ambiente escolar é repleto de situações que tem representado grandes desafios para nós educadoras e educadores.

Dado o nosso entendimento sobre a escola como um espaço histórico e cultural, em que as diferentes identidades sexuais e de gênero convivem diariamente, caracterizando-se, portanto, como um lugar propício e privilegiado para se educar, realizamos essa problematização teórica sobre como discutir de outras formas a educação sexual na escola. A problematização foi realizada através das brincadeiras e dos brinquedos em que tratamos de temas como gênero, identidade de gênero e educação sexual, da forma como deveriam ser considerados na formação e prática escolar, buscando sempre uma educação atual e que se propõe a buscar soluções.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Para tanto, nossos objetivos foram: compreender a educação sexual como conteúdo importante e necessário na escola; desmistificar as brincadeiras e os brinquedos para meninos e para meninas. Nossa metodologia foi feita a partir do planejamento para a organização de um grande Projeto sobre as brincadeiras e os brinquedos de meninos e de meninas, com a montagem de uma peça teatral produzida pelas professoras com situações que discutem sobre a sexualidade, as brincadeiras e os brinquedos. Também desenvolvemos uma formação pedagógica através de palestra sobre o assunto, convidando toda a comunidade escolar, além de assistirmos a vídeos sobre a temática e realizarmos dinâmicas de grupo.

Nas sessões seguintes iremos explicar nossa metodologia e faremos nossas considerações finais. Também demonstraremos como cada etapa foi desenvolvida no nosso planejamento, assim como serão mostradas as fotos de cada etapa, juntamente com nossos relatos sobre as possibilidades e dificuldades que encontramos no percurso do nosso projeto. Nas descrições dos nossos passos dados e dos procedimentos, relataremos quais recursos, instrumentos, e ferramentas foram utilizadas nos caminhos para atingirmos os objetivos do projeto, juntamente com o tipo e a razão pela escolha da pesquisa utilizada, bem como a população (universo da pesquisa).

Metodologia

A escola, uma instituição social importante na educação de crianças e adolescentes, desempenha papel relevante na formação do sujeito, incluindo as suas manifestações da sexualidade que aparecem desde a mais jovem idade. Outrossim, questionamentos sobre esse universo precisam ser discutidos e servir de suporte para uma sexualidade ligada à subjetividade, à saúde, ao prazer e ao bem-estar. Logo é de suma importância saber o que pensam e como se sentem a respeito das questões de gênero e sexualidade, e quais os possíveis entraves à naturalização de suas falas e suas atitudes, pois estas irão desencadear um ensino que inclui ou exclui principalmente o desenvolvimento das brincadeiras e dos brinquedos, realizados com as crianças.

Percebe-se que em alguns núcleos familiares, a educação sexual de crianças e adolescentes sempre existiu, mesmo que timidamente, mas geralmente se deu de forma

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

omissa ou reprimida, do que por intermédio de uma educação dialógica, humanista e libertária. Algumas famílias desde o nascimento das crianças incutem o que é permitido e o que é proibido em matéria de sexualidade, e pontuando que “sexo é sujo”, etc., além de permitir alguns tipos de brincadeiras e brinquedos separados pelos gêneros em suas casas.

Na escola, os professores/as repassam conscientemente ou inconscientemente as suas noções sobre sexualidade e educação sexual com traumas ou não. Essa transmissão é dada por meio de verbalizações e/ou posturas preconceituosas, noções essas que recebem reforços dos meios das mídias, das comunicações, podendo ser positivas, negativas, instrutivas, repressoras e castradoras.

Bernadi (2012) sugere que façamos uma reavaliação dos nossos conceitos relacionados à sexualidade, desconstruindo noções como as de pecado, por exemplo. Segundo o autor, “desde que a escola permaneça o que é, parece realmente impossível qualquer operação tendente à sua sexualização” (BERNARDI, 2012, p. 21).

Com a reformulação curricular da Educação Básica brasileira, por exemplo, ocorrida com a aprovação da LDB — Lei 9.394/96 — houveram algumas mudanças significativas de modo geral na educação. Com elas, a política governamental lançou a partir do ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que além de reestruturarem as disciplinas dos Ensinos Fundamental e Médio, sugeriram Temas Transversais como campos disciplinares a serem perpassados em todas as séries, não como disciplinas, mas como assuntos necessários à formação dos cidadãos. Ademais, além de ética, saúde, pluralidade cultural, meio ambiente e estudos econômicos, pela primeira vez, de modo explícito, a sexualidade e as relações de gênero têm espaço no então chamado tema transversal "orientação sexual".

Diante do exposto, nossos objetivos foram:

- Compreender a Educação sexual como conteúdo importante e necessário na escola;
- Desmistificar as brincadeiras e os brinquedos para meninos e para meninas.

Para tanto, em nossos procedimentos:

- Organizamos um grande projeto sobre as brincadeiras e os brinquedos de meninos e de meninas;

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

- Realizamos uma dinâmica em que os professores desenharam e escreveram sobre seus brinquedos e brincadeiras favoritas da sua infância. E depois debatemos sobre as situações que discutem as questões das ideologias de gênero sobre a sexualidade, as brincadeiras e os brinquedos;
- Os professores tiveram acesso a encartes de supermercados, para fazer recortes e colagens sobre os brinquedos favoritos deles;
- Colocamos vários brinquedos sobre uma mesa e os professores fizeram a separação dos mesmos, a partir do que eles acham que deve ser de meninas e meninos;
- Assistimos e analisamos dois pequenos vídeos sobre o tema;
- Analisamos *slides* sobre os brinquedos de super-heróis masculino e feminino;
- Pretendemos que essa atividade possa fazer parte do currículo escolar de atividades durante todo o ano letivo.

Os recursos que utilizamos no desenvolvimento da pesquisa, foram *data show* e seus acessórios, cola, tesoura, papel, encartes, papel chamex, lápis e hidrocor, diversos brinquedos como cordas, bonecas, bolas, carros, aviões, panelas, fogões, jogos, quebra-cabeça etc. Vale enfatizar que o projeto foi realizado no bojo classificatório da pesquisa aplicada, entendida como aquela em que "o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos". (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 47).

Para tanto, a pesquisa buscou a investigação do nosso objeto de estudo, bem como se encaminhou para a pesquisa do tipo intervenção metodológica, na qual segundo Damiani (2012, p. 3), nesse tipo de pesquisa:

[...] são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos.

O procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa participante, pois a mesma "(...) combina investigação social, trabalho educacional e ação" (DEMO, 2004, p. 93). Além disso, concordamos com o autor, quando o mesmo destaca após análise feita da obra de Hall, que este tipo de pesquisa apresenta como princípios:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

[...] a) todos os métodos de pesquisa estão impregnados de implicações ideológicas; b) o processo de pesquisa não pode esgotar-se em produto acadêmico, mas representar benefício direto e imediato à comunidade, ou seja, deve ter alguma utilidade prática social; c) a comunidade ou a população deve ser envolvida no processo inteiro, até a busca de soluções e à interpretação dos achados; se a meta é mudança, deve haver envolvimento de todos os interessados nela; d) “o processo de pesquisa deveria ser visto como parte da experiência educacional total, que serve para estabelecer as necessidades da comunidade, e aumentar a conscientização e o compromisso dentro da comunidade”; e) “o processo de pesquisa deveria ser visto como processo dialético, diálogo através do tempo, e não como desenho estático a partir de ponto no tempo”; f) a meta é a liberação do potencial criativo e a mobilização no sentido de enfrentar e resolver os problemas (DEMO, 2004, p. 95-96).

A partir desse exposto, a escola em que realizamos nosso projeto foi a UEB Dayse Linhares de Sousa, localizada na Rua Gregório de Matos S/N, no Bairro da Liberdade no município de São Luís-MA, juntamente com as professoras da Educação Infantil. Dessa forma, nosso estudo buscou descrever as metodologias desenvolvidas nas brincadeiras e nos brinquedos, bem como seus impactos e os resultados no contexto das práticas desenvolvidas pelos/as professores/as, assim como dar informações para julgamentos do seu valor como uma das ações educacionais da escola.

Conclusões

Tivemos seis professoras da Educação Infantil participando da oficina, na primeira dinâmica todas desenharam seus brinquedos favoritos e quais gostariam de ter tido, do mesmo modo como as brincadeiras. Para nossa surpresa muitas professoras divertiram-se com os brinquedos e participaram das brincadeiras de ambos os gêneros. Entretanto, algumas relataram que não puderam brincar do que gostavam por que seus pais as proibiam de participar de brincadeiras como jogar bola, peteca, corda e andar de bicicleta.

Na dinâmica das caixas, as professoras colocaram os brinquedos de meninas na caixa rosa, e na caixa azul os brinquedos dos meninos. No entanto, apenas uma professora

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

pegou três brinquedos e os colocou na caixa colorida, por acreditar que tanto meninos e meninas poderiam brincar com o mesmo.

Depois das dinâmicas e dos debates, assistimos o vídeo “Diário de Mika”. Nesse vídeo de desenho animado, uma criança demonstra sua vontade de brincar de carro, bola, mas seus amigos não a deixam, por que dizem que ela é menina, e aqueles brinquedos são de meninos. Também assistimos vídeos da psicóloga Daniela Freire, que demonstrava através de vários relatos e exemplos se existem diferenças entre brinquedos de meninas e de meninos, e depois fizemos nossas intervenções sobre o tema.

Por último, mostramos vários *slides* sobre os tipos de brinquedos dos meninos e das meninas, bem como trabalhamos as palavras desconstruir, preconceito e gênero e seus brinquedos. Todas as professoras participaram ativamente da oficina, o que torna muito gratificante ter trabalhado esse tema com as professoras, que no início nos disseram que faziam as brincadeiras diferenciadas pelo gênero.

A direção da escola *locus* de estudo gostou muito da oficina e nos convidou para voltarmos e fazer uma reunião com os pais sobre esse tema. Além disso, a mesma diretora já divulgou a oficina nos grupos de estudos em que participa, e as suas colegas de trabalho já querem a realização dessa mesma oficina nas suas escolas.

Estamos muito felizes com o final dessa tarefa, foi muito prazeroso trabalhar com essa modalidade de ensino e com esse tema.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual: novas buscas em educação.** v. 21. Tradução de Antonio Negrini. São Paulo: Summus, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. A pesquisa: noções gerais. In.: _____ **Metodologia científica.** São Paulo: [s.n.], 1996.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

DAMIANI, Magda Floriana; et al. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/3822/3074>>. Acesso em 10 out 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: saber pensar e interviro juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa 'em Educação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

APÊNDICE A - FOTOS





Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)





Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)



PÔSTER

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

A CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA MULHER POR MEIO DA OBRA “ALMA: EDUCAÇÃO FEMININA” DE COELHO NETO (1900 A 1930).

Maria Roseli da Conceição da Silva³¹

Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales³²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar quais os reflexos da obra “Alma: educação feminina” (1911) de Coelho Neto, visando observar a educação pretendida para as mulheres de classe média e alta no contexto da Primeira República. A referida obra publicada no início do século XX trouxe para as mulheres da sociedade da época um rico conteúdo, contendo ensinamentos de valores morais e cívicos ao mesmo tempo trazia consigo o incentivo na leitura onde se aprendia palavras novas que poderiam ser usadas no dia a dia dessas mulheres. O trabalho se inicia com um breve relato da educação brasileira no início do século XX mostrando a importância da escolarização das mulheres e a educação diferenciada para os meninos. Além de trazer a visão que a sociedade da Primeira Republica tinha sobre a mulher nas primeiras décadas do século XX mostrando como era restrita e limitada a educação feminina e voltada basicamente apenas a cuidar do lar (cuidar dos filhos e ser uma boa esposa).

Palavras-chave: Educação. Mulher. Lar. Coelho Neto.

Introdução

A sociedade do início do século XX limitava e excluía a mulher de uma educação escolarizada, ser feminina era não ter direito a possuir um emprego assalariado porque isso era direitos dos homens, e a mulher não poderia competir profissionalmente e intelectualmente com sexo masculino.

Praticamente toda educação da mulher de classe média e alta estava voltada a cuidar do ambiente doméstico, seu dever era ser uma boa mãe, boa filha e boa esposa sendo agradável a seu marido, essa era a melhor forma de preservar e levar adiante os comportamentos morais e cívicos das famílias tradicionais da classe média. Outra forma de manter esses valores estava na maneira de educar as meninas, elas eram educadas em sua própria residência sem precisar ir na escola.

³¹Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó, e-mail: roselisilva28121994@gmail.com

³²Docente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó, e-mail: Tatiane.ufma@gmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Ainda nas primeiras décadas do século XX, a educação da mulher teve um pequeno avanço, as meninas poderiam estudar em escolas e também ter uma profissão que era aceita na sociedade, a de professora. O ensino superior era o magistério e essas mulheres teriam a missão de ser educadoras da infância. Assim era cada vez mais importante a escolarização dessas mulheres para ser tornarem professoras das gerações futuras e assim poder repassar os valores morais e cívicos que se presava e preservava tanto na sociedade da época.

A educação oferecida nesse período estava servindo de instrumento para manutenção dos papéis e seu reforço de forma mais acentuada, estabelecidos por classes ou gênero. Que critérios essa sociedade exigiria da mulher, esposa e mãe considerada apta às exigências da sociedade republicana? Ainda que o reforço dos mesmos objetivos definidos no Império, a mulher republicana ganhou algum reforço no que tange a sua imagem, uma roupagem nova para discursos antigos embalaram algumas concepções acerca de ser mulher e exercer um papel na sociedade. (SALES, 2010, pág. 285)

A educação para os meninos era diferenciada da educação das meninas. Enquanto as mulheres eram educadas para cuidar no lar, os meninos eram educados para viver em sociedade e ter uma vida pública de respeito. Para isso eram ensinados desde jovens que não teria que ter piedade, muito menos compaixão. Porque para se ter a recompensa da vida pública de respeito era necessário manter o orgulho.

A Educação Feminina no início da República: a relevância do manual escrito por Coelho Neto

O que se pensava para educação das meninas no início do século XX era que fossem boa mãe, boa esposa, boa filha, que não “manchassem” o nome da família. E que mesmo conseguindo a liberdade de ter o ensino secundário para se tornarem professoras, elas mesmas ainda tinham nas mentes conservadoras que a mulher seria sempre designada a cuidar do lar.

Com o intuito de fortalecer um ideal de educação feminina apregoada na tradição de que a mulher tem como finalidade principal o matrimônio e a

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

maternidade, Coelho Neto escreveu um livro que se voltou para instrumentar mães e professoras sobre o ensino feminino. Esta obra configura-se também como forma de promover leituras diárias diretamente relacionadas à menina, exortando-a e aconselhando-a naquilo que se julgava ser mais adequado.

Este livrinho, escrito especialmente para as meninas, presta-se a dois fins – e não me refiro ao que dele possa ficar, em essencia, no coração da alumna: á leitura e á dicção. É um conjunto de pequenas narrativas, á maneira de conselhos, apoiadas em dictames moraes e cívicos. (COELHO NETO, 1911, p. VII)

É interessante notar ainda que a proposta do livro é claramente voltada ao ensino da moral e dos valores cívicos (ao retratar a pátria, bandeira, etc.), tendo como pano de fundo o incentivo à leitura, à dicção e ao conhecimento de novas palavras. Além de sua dupla função (incentivar a leitura doutrinando), o livro ainda educa as mães e professoras sobre a melhor maneira de manter a menina fora das vaidades, frivolidades, sobre a exuberância dos trajes, dentre as diversas temáticas que ainda serão discutidas neste texto.

Falar dessa obra hoje é muito interessante para o público leitor ver como era os comportamentos estabelecidos pelas mães, pela família e pela sociedade da época. Existia uma grande preocupação com o futuro dessas jovens através de sua educação.

Dentre outros aspectos buscava-se reforçar que o espaço, por natureza, do feminino era o lar.

Não, minha filha. Faça cada qual o que lhe compete e cumprirá sua missão na terra. Á mulher cabe o governo da casa e nelle está comprehendido o preparamento da geração futura. O trabalho é uma harmonia, e ao som do malho na pedra ou na bigorna, ao estrondo das minas, ao silvo das machinas, ao murmúrio das águas, ao sussurro das folhas, ao coro infantil de uma escola casa-se uma voz suave da māi embalar um berço. O conjunto de taes sons e vozes forma o hymno da vida, oração por excellencia, grata ao senhor. E é assim que o trabalho é um officio divino. (COELHO NETO, 1911, p. 91)

O sacerdócio feminino estaria ligado às esferas já abordadas neste artigo e tão debatidas nos estudos de gênero no Brasil. Este “ofício divino” destacado por Coelho Neto remonta não apenas o trabalho desempenhado no lar ou o cuidado com a família, mas também as outras formas que, neste começo de século,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

entravam na vida feminina como forma de profissionalização, que era o exercício do magistério, visto também como uma missão.

Além de analisar a caracterização da educação da mulher na obra “Alma: educação feminina” de Coelho Neto, publicada em 1911, analisaremos os reflexos de uma educação disciplinadora às mulheres que se encontram presentes até hoje, pois quando o autor traça em seu trabalho um perfil ideal feminino para o início do século XX era mais uma forma de disciplinar mulher, futuras mães e esposas, e elaborar moldes que reforçassem o ideal “mariano” (entendendo esse ideal como inspiração religiosa cristã de Maria, adotado desde a Idade Média como perfil feminino). Isso tornou sua obra mais importante para as famílias de classes médias e altas que queriam preservar suas tradições e seus valores morais e cívicos, assim como o autor mostra em seu livro, como uma espécie de cartilha.

Considerações Finais

Entretanto, a obra além de mostrar ensinamentos que as meninas deveriam aprender para se tornarem boa filha, boa esposa e boa mãe, aborda também temas importantes para uma boa convivência familiar, conselhos de amizades, a forma correta de se vestir, em fim aspectos que se considerava necessários para a sociedade da época sempre visando a boa dona do lar. “faça cada qual o que lhe compete e cumprirá a sua missão na terra. À mulher cabe o governo da casa e nele está compreendido o preparo da geração futura” (COELHO NETO, 1911, p.91). Para a mulher a simplicidade importante, pois era considerada uma característica necessária, nada de trajes extravagantes, “nos dias comuns, os vestidos devem ser como as folhas: simples, mas limpos e graciosos” (COELHO NETO, 1911, p.126).

Pode se dizer então, que a obra “Alma: educação Feminina” de Coelho Neto, foi de grande importância para a sociedade das primeiras décadas do século XX, no que diz respeito a educação das meninas que se preservavam e que guardavam os valores morais e cívicos das próximas gerações.

Referencias



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

ALMEIDA, Jane Soares de. **As Professoras No Século XX: As Mulheres Como Educadoras Da Infância.** Trabalho Financiado Com Bolsa De Produtividade Em Pesquisa CNPq E Bolsa De Pós-Graduação no Exterior Com Auxilio da FAPESP, Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf>

Acesso em: 29 de janeiro de 2018

COELHO NETO, Henrique Maximiano. **Alma: Educação Feminina.** Rio de Janeiro, 1911.

. SALES, Tatiane da Silva. A Mulher E A Educação feminina Em São Luís Na Primeira República. **Revista Outros Tempos.** Volume 7, número 9, julho de 2010 - Dossiê Estudos de Gênero 275. Disponível em:
http://www.outrostemplos.uema.br/revista_vol7_9_pdf/tatiane_silva.pdf

Acesso em: 29 de janeiro de 2018

SERÃO, Melissa Mendes. **As Moças Da Moda: Literatura E Educação Feminina Na Primeira República.** Anais do Evento: V Congresso Brasileiro de História da Educação. 4 Gênero E Etnia Na História Da Educação Brasileira. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautoriais/eixo05/Melissa%20Mendes%20Serrao%20Caputo%20-%20Texto.pdf>

Acesso em: 28 de janeiro de 2018

**SILHUETA:
percebendo mudanças no corpo e na mentalidade**

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Giselia Alves dos Santos³³

Ana Amélia Coelho Braga³⁴

Resumo: Este trabalho é fruto de um projeto de intervenção do Curso de extensão de Gênero e Sexualidade na Escola da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, realizado na Escola Municipalizada Leônio Pires Dourado em Imperatriz-MA. Com o objetivo de compreender a importância da temática de Gênero e Sexualidade na construção da identidade do sujeito a partir da percepção dos alunos sobre o assunto. Destacando dentro do projeto os conceitos de corpo, identidade de gênero, sexo e sexualidade. Com rodas de conversas; autodescrição; descrevendo imagens e interpretando leituras de fragmentos de textos. Percebendo a curiosidade dos alunos quanto às categorias abordadas, a timidez deles em se autodescrever e a dificuldade em desnaturalizar certos preconceitos naturalizados pela família, pela sociedade e até mesmo pela comunidade escolar. Assim, é preciso despertar a capacidade reflexiva deles, para questionar, problematizar os padrões ditos normais e naturais, e isso só será possível com conhecimento, leituras e releituras dos processos aos quais originaram esse pensamento.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Sexualidade.

Introdução

A sociedade impõe padrões de comportamentos, que as pessoas ao se encontrarem a margem desses padrões, são reprimidos, as vezes, considerados doentes e se sentindo assim recorrendo até mesmo ao suicídio, por que sua capacidade de se integrar em cotidianos fundados pela lógica da heterossexualidade, fica quase que impossível, pois, os pais não devem e nem podem tomar decisões pelos filhos, nem podem viver a vida deles, esse não é o seu papel, o que eles devem é orientar. E quando se trata da sexualidade dos mesmos, a coisa é mais complexa e, é neste momento que devem apoiar eles. E isso, afeta no desempenho do aluno na escola, cabendo também a escola refletir sobre maneiras de evitar que a centralidade na heteronormatividade produza exclusões sociais educacionais com desdobramentos no cotidiano escolar como possibilidade do fracasso do aluno na escola.

³³Graduando (a) da Universidade Federal do Maranhão- UFMA de Imperatriz-MA campus centro. E-mail: xlalves27@gmail.com.

³⁴Pedagoga, Curso de extensão Gênero e Sexualidade na Escola, Imperatriz-MA. E-mail: Ana_amel@hotmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Sabendo que falar de gênero na escola é um processo árduo, imagina então, tentar desconstruir uma mentalidade que já vem posta de casa, pela família. A escola é um ambiente de socialização, ela é responsável pela mediação desse processo, que não pode, por sua vez, permitir que alunos e alunas se excluam desse processo por conta das adversidades, da escola não está preparada, ou mesmo a família. Embora, estando num período em que o fluxo de informações é constante a família ainda não conversa abertamente sobre a sexualidade, o preconceito ainda prevalece, que tudo pode vir a ser nas outras famílias, mas na sua não pode.

As possibilidades de pensar a desconstrução da diferença de gênero no cotidiano escolar podem ser estimuladas em exposição de conceitos, com rodas de conversa, demonstração de cores sem distinção de gênero, brinquedos no geral. De forma que, a Escola e seus membros possam repensar suas práticas e assim direcioná-las, evitando a extensão dos preconceitos, do machismo e outras coisas mais que pudesse favorecer tais práticas no ambiente escolar, em que toda a comunidade escolar precisa estar atenta, pois essas diferenças de gênero estão tão naturalizadas que não são visíveis o quanto parecem ser.

Possibilidades de pensar a desconstrução da diferença de gênero no cotidiano escolar

Qual a importância da temática de gênero e sexualidade na construção da identidade do sujeito? Partimos da percepção dos alunos do 2º ano do Ensino médio da Escola Municipalizada Leônico Pires Dourado sobre a temática com o objetivo de compreender a importância da referida na construção da identidade do sujeito, assim, partimos da observação do comportamento entre os alunos para estimular a capacidade cognitiva dos mesmos para a percepção das mudanças no próprio corpo e na mentalidade, para questionar o que é imposto pela sociedade como padrão de normalidade.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Destacando a temática com conceito de gênero no dia a dia da sala de aula, na abordagem de Marília Pinto de Carvalho (2012), como também, Sexualidade e Educação com base nas produções de Guacira Loro (1997) e etc., na tentativa de descontruir certos erros que foram naturalizados como certos. Com tempo de duração para o desenvolvimento do projeto de intervenção de quatro (4) aulas na disciplina de Português entre os meses de novembro e dezembro.

A priori pensamos que em uma aula daríamos pra desenvolver a nossa proposta de intervenção, porém, percebemos que a disseminação das informações teria um alcance maior se desenvolvêssemos de forma gradual, pois essa temática como sendo pouco abordada em sala de aula gera curiosidade, e foi isso que aconteceu no primeiro contato que tivemos com a turma ao expor alguns conceitos como: corpo; identidade de gênero; sexo e sexualidade. Na roda de conversa inicial propusemos a produção de bonecos (as) de papel com base nos conceitos absolvidos por eles nas explicações, deste modo, nossa avaliação desse primeiro contato foi na observação do comportamento dos alunos antes e durante a produção dos bonecos (as). Na autodescrição, o nosso propósito era conhecer como eles se vêem, se definem, como eles abordam sobre os seus sentimentos, foi um momento muito importante para identificarmos que existe alunos que se retraem por medo da crítica dos outros alunos e que isso fica explícito na fala deles ao se retratar como são ou como pensam. Na descrição de imagens, usamos bonecos (as) de cores diferentes, de partes invertidas, utilizamos o texto “SEXUALIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICA³⁵”, como forma de apreender que, como Andrade (2012) citando Butler diz que a heteronormatividade se constitui como uma matriz de inteligibilidade cultural, através da qual, os corpos, as identidades sexuais, de gênero e os desejos são normatizados. Abordando dentro desse contexto as estatísticas da homofobia no Brasil e os índices de violência por imagens gráficas que contêm no texto

³⁵ Texto do Curso Gênero e Sexualidade na Escola – GSE “SEXUALIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICA” de Tatiane da Silva Sales (2017).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

“COMBATE À DISCRIMINAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO³⁶”, para mostrar que essas normas foram construídas por uma ideologia patriarcal que define padrões e que tem que ser desconstruídos. Pensando sobre os rótulos que a sociedade tem imprimido nos homens e nas mulheres, questionando as supostas brincadeiras, ditas, masculinas e as femininas, contido no texto “DIFERENÇAS DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR³⁷”, propomos, por fim, a construção de objetos feitos de garrafas pet de acordo com a criatividade deles, com o intuito de observar depois das etapas anteriores como os eles reagiriam e a participação nessa atividade, principalmente dos meninos, por ser uma prática artesanal naturalizada feminina.

Resultados e discussões: intervir para contribuir

Quando pensamos no tema e como iríamos abordar, pensamos mesmo em Conhecer e compreender os tipos de representações que os alunos trazem de casa e da comunidade ao qual fazem parte, porém, refletimos que seria bom uma ação que contrariasse certos estereótipos, como forma de mostrar um outro lado. De forma que, os alunos pudessem repensar suas práticas e assim direcioná-las, evitando a extensão dos preconceitos, do machismo e outras coisas mais que pudessem favorecer tais práticas no ambiente escolar, que precisamos nos policiar e estarmos atentos, pois essas diferenças de gênero estão tão naturalizadas que não são visíveis o quanto parecem ser.

No primeiro contato observamos o sorriso de curiosidade dos alunos a respeito das categorias conceituadas, por ser um assunto pouco abordado em sala de aula. No segundo momento, vimos a dificuldade, principalmente entre os meninos, em produzir os bonecos (as) de papel A4, por não saber fazer os contornos do corpo e em dizer que é “coisa de menina”, mas, que depois da roda de conversa fluiu bastante. No terceiro momento, foi um momento muito importante para

³⁶ Texto do Curso Gênero e Sexualidade na Escola – GSE “COMBATE À DISCRIMINAÇÃO SEXUAL E DE GÊNERO” de Mirella Fernanda Nascimento e José Carlos Lima Costa (2017).

³⁷ Contido no texto “DIFERENÇAS DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR” do Curso Gênero e Sexualidade na Escola – GSE de Jônata Ferreira de Moura (2017).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

identificarmos que existem alunos que se retraem por medo da crítica dos outros alunos e que isso fica explícito na fala deles ao se retratar como são ou como pensam. No quarto momento, o objetivo era mostrar as varias configurações de subjetividades humanas, pensando na diversidade, na aceitação do outro como ele é, no pensar e agir com alteridade. No quinto e último encontro, foi uma atividade criativa como forma de observar o comportamento dos alunos, como eles reagiriam depois de todas essas etapas de construção de conhecimento para uma atividade considerada artesanal feminina, boa aceitação e ótima criatividade.

Não é fácil desconstruir uma ideia que foi colonizada e que todos os dias a mídia e outros veículos de comunicação nos impõem como natural, principalmente com os alunos, que tem a família como multiplicadora dessas questões sociais coletivas padronizadas. Assim, percebemos com esse trabalho a importância que foi o Curso Gênero e Sexualidade na Escola para um olhar descolonizador, que faça despertar a capacidade reflexiva de que tudo o que se impõe é natural, e, isso só será possível com conhecimento, leituras e releituras dos processos ao qual originaram esse pensamento, questões, que tem que ser problematizadas, questionadas, só assim poderemos refletir sobre elas.

Referências

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula**. Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 401-412, maio/ago. 2012.

FINCO, D. Relações de gênero e as brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil. **Dossiê Gênero e Infância da Revista Pró-Posições**, n. 42, dez. 2003

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

SOBRE AS ORGANIZADORAS

KARLA CRISTINA SILVA SOUSA (Doutora - DE II/UFMA) – Docente do Departamento de Educação II e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFMA. Possui Especialização em Supervisão e Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É Coordenadora de Gestão do PIBID/UFMA. Trabalha com seguintes temas: Gestão Escolar, Gestão e coordenação de processos formativos na Educação Básica, Estágio de gestão e organização dos sistemas educacionais, Políticas Educacionais e Educação para as relações étnico-raciais.

RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO (Doutora - DE II/UFMA) – É licenciada em Pedagogia e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Adjunta do Departamento de Educação II (Curso de Pedagogia) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Pesquisadora dos Grupos de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe); Gênero, Sexualidade e Práticas Educativas (GESEPE) da UFMA e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Gênero e Afrodescendência (Roda Grô/GEAFRO) da UFPI. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Como docente, atuou também nos Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR), do Programa Rede de Educação para a Diversidade/SECADI/MEC, oferecido pela UFMA, este último, objeto de estudo por ocasião do doutoramento. Na Educação Básica foi professora da Educação Infantil e coordenou o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM) da Rede Municipal de Educação de São Luís. Seus estudos e pesquisas concentram-se na área da Educação, com ênfase na formação docente e prática educativa interseccionados pelas relações de gênero, mulheres professoras, relações étnico-raciais, afrodescendência, educação a distância e tecnologia educacional com ênfase nas diversidades interculturais e epistêmicas.

SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA (Doutora - DE I/UFMA) – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciada em Pedagogia, com Especialização em Metodologia do Ensino Superior e em Supervisão Escolar. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero (GEMGe). Professora do Departamento de Educação I da UFMA. Foi Coordenadora do Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR).

VALDENICE DE ARAUJO PRAZERES (Doutora/DE II/UFMA) – Possui graduação em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1987), Especialização em Educação Especial na Universidade Federal do Maranhão/Projeto Prata da Casa/UFMA (1999) e Especialização em Supervisão Escolar na Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Tem experiência na área da Educação em diversas modalidades: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo. Trabalhou nas Redes Públicas de Ensino Estadual (Maranhão) e Municipal (São Luís). Foi Coordenadora Pedagógica do curso de Pedagogia do Programa de Formação de Professores para a Educação Básica do Plano de Ações Articuladas (PARFOR)/PROFEBPAR (2010 a 2012). É docente efetiva da Universidade Federal do Maranhão, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação docente, políticas de educação superior, Educação e relações étnico-raciais, Educação e Movimentos Sociais. É integrante do Grupo de Investigações Pedagógicas de Estudos Afrobrasileiros (GIPÉAB) da UFMA e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de professores/as para educação das relações étnico-raciais (UFMA).

I COPERGE

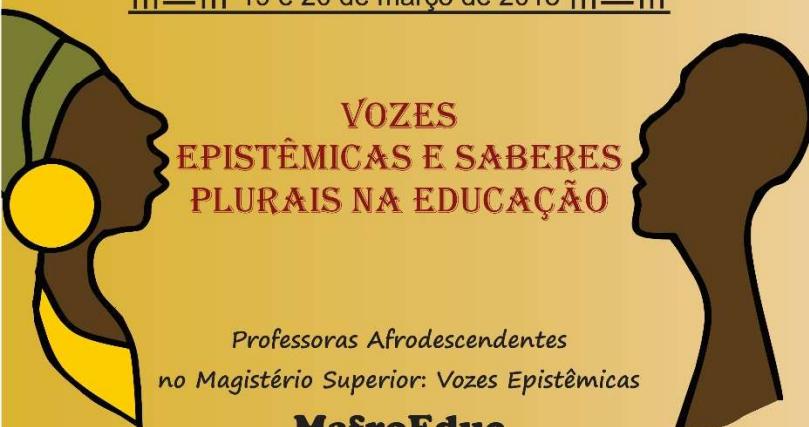
I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias
Étnico-Raciais e de Gênero na Educação

||| 19 e 20 de março de 2018 |||

VOZES
EPISTÊMICAS E SABERES
PLURAIS NA EDUCAÇÃO

Professoras Afrodescendentes
no Magistério Superior: Vozes Epistêmicas

MafroEduc



II EMGES

II Encontro Maranhense sobre Gênero,
Educação e Sexualidade

||| 20 a 23 de março de 2018 |||

**DIFERENÇAS DE
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO:
estudos, pesquisas e intervenções**



Inscrições:
www.neperge.ufma.br/eventos/

Local:
Centro Pedagógico Paulo Freire



CCSO - DE I - DE II - PPGE - PPGEEB - GEP_FOPERER - GEMGe - GEP_HICERER - GESEPE - GIPEAB - RODA GRIÔ GEAfro/UFMA

